

ARS HISTORICA

REVISTA DO CORPO DISCENTE DA PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL
UFRJ



DOSSIÊ 60 ANOS DO GOLPE DE
1964

ESPAÇOS, NARRATIVAS E NOVAS
PERSPECTIVAS SOBRE A DITADURA MILITAR
NO BRASIL, VOL. 2

28

ISSN 2178-244X

Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em
História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro

FICHA

n. 28, jul./dez. 2025, **ARS HISTORICA** [online], Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGHIS) - Rio de Janeiro: Instituto de História /UFRJ, 2025. 156 p.

Periódico semestral
Títulos e resumos em português e inglês

Modo de acesso: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ars/index>

Outras edições: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ars/issue/archive>

ISSN 2178-244X

Publicação Indexada

Sumários.org (Brasil)
Periódicos Capes Brasil)
Latindex (México)
Diadorim (Brasil)

Endereço: Instituto de História - Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Largo de São Francisco de Paula, nº 1, Sala 205 - Centro, Rio de Janeiro - Brasil, CEP 30051-070 | ppghis.ufrj@gmail.com – <https://ppghisufRJ.com.br/>

E-mail: revistaarshistorica@gmail.com

Homepage: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ars/index>

Normas para submissão: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ars/information/authors>

COMITÊ EDITORIAL

EDITORIA-CHEFE

Daiani da Silva Barbosa

EDITORIA-EXECUTIVA

Lavínia Izidoro Martins

EDITORES

Alexia de Santana Rosa
Ana Lectícia Angelotti
Bruno Martins de Castro
Carla Bianca Carneiro Amarante Correia
David Durval Jesus Vieira
Dhyan Ramayana Ramos Rodrigues
Elizabeth Vieira Menezes
Gabriela Fernandes Petrongaro
Isadora Silva Gomes
Iohana Viana Araújo
Juliana Nascimento da Silva
Lucas Sampaio Costa Souza
Mariana Freitas de Andrade
Matheus Teixeira Moretti
Nathália Carvalho da Silveira Assed
Pedro Alexandre de Albuquerque

CONSELHO EDITORIAL CONSULTIVO

Bruno Martins Boto Leite (UFRPE)
Bruno Uchoa Borgongino (UFPE)
Carlos Zeron (USP)

Daniel Aarão Reis (UFF)
Erica Lopo de Araújo (UFPI)
Felipe Augusto dos Santos Ribeiro (UESPI)
Gabriela Alexandra M. M. C. Theophilo (UFJF)
Henrique Espada Lima (UFSC)
João de Azevedo e Dias Duarte (PUC-RJ)
José Ernesto Moura Knust (IFF-Macaé)
Juliana Salgado Raffali (CEDERJ)
Livia Nascimento Monteiro (UNIFAL)
Luís Miguel Carolino (MCUL)
Marcelo Basile (UFRRJ)
Marcos Sanches (UNIRIO)
Maria Letícia Corrêa (UERJ)
Paulo Vinicius Bio Toledo (UFMG)
Renata Vereza (UFF)

REVISÃO

Ana Lectícia Angelotti
David Durval Jesus Vieira
Lucas Sampaio Costa Souza
Mariana Freitas de Andrade
Pedro Alexandre de Albuquerque

DIAGRAMAÇÃO

Daiani da Silva Barbosa

CAPA

Imagem: Isadora Gomes
Edição: Iohana Viana Araújo
Elizabeth Vieira Menezes

Nominata de Pareceristas

Alan Osmo
Ângelo Priori
Antônio Maurício Freitas Brito
Arrizete Cleide de Lemos Costa
Beatrice Rossotti
Beatriz Kurshnir
Carlos Fico
Cíntia Chaves
Clarissa Mattos
Daniela de Campos
Douglas Santos
Eduardo Amando de Barros Filho
Isaac Palma Brandão
Jaime Valim Mansan
José Alexandre da Silva
Lays Corrêa da Silva
Luiz Gabriel da Silva
Luiza Nascimento de Oliveira da Silva
Maria de Fátima Novaes Pires
Mariana Muaze
Marina Regis Cavacchioli
Meize Regina de Lucena Lucas
Monique Guimarães Cittadino
Murilo Calmon da Cruz
Nara Tinoco
Priscila Oliveira Pereira Monteiro
Rodolfo Costa Machado
Sabrina Steinke
Sara Antunes de Oliveira e Souza
Stella Titotto Castanharo
Tarcísio Fernandes Cordeiro
Tatianne Ellen Cavalcante Silva
Thales Contin
Thiago Fidelis
Thompson Clímaco Alves

Agradecimentos

A Revista **ARS HISTORICA** é uma publicação científica online da área de História, **Qualis B1** (avaliação quadrienal 2017-2020), vinculada ao corpo discente do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS - UFRJ), com sede no Instituto de História, situado na cidade do Rio de Janeiro (RJ).

Criada em 2010, a ARS HISTORICA é organizada e editorada por alunos dos cursos de doutorado e mestrado do PPGHIS-UFRJ, apoiada por um Conselho Editorial Consultivo formado por professores de diversas universidades espalhadas pelo Brasil. A Revista é mantida com o apoio financeiro do PPGHIS-UFRJ e tem por objetivo proporcionar aos seus alunos um primeiro contato com o processo editorial de periódicos científicos da área de História.

Os agradecimentos desta publicação são direcionados aos professores, vinculados ou não ao PPGHIS/UFRJ e, especialmente, aos que aceitaram realizar, de maneira voluntária, os pareceres para os textos que compõem este e os números subsequentes da Revista e também à coordenação do programa. Agradecemos o apoio e colaboração com a criação e a manutenção da Revista, seja pelo envolvimento ou, simplesmente, por serem exemplos para todos os alunos em formação na pós-graduação. Agradecemos também ao corpo discente que compõe a Revista de forma voluntária e interessada.

Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro,
Largo de São Francisco de Paula, nº 1, Sala 205 - Centro, Rio de Janeiro.
<https://ppghis.historia.ufrj.br>

**28ª EDIÇÃO - DOSSIÊ 60 ANOS DO GOLPE
DE 1964: ESPAÇOS, NARRATIVAS E NOVAS
PERSPECTIVAS SOBRE A DITADURA MILITAR
NO BRASIL, N.2**

DAIANI BARBOSA¹

LAVÍNIA MARTINS²

O lançamento do segundo número do Dossiê *60 anos do golpe de 1964: espaços, narrativas e novas perspectivas sobre a ditadura militar no Brasil* é fruto do trabalho dedicado da equipe editorial, dos autores e pareceristas para construir um dossiê e marca o grande interesse e a urgência de continuarmos discutindo este tema tão relevante.

Como enfocamos no número anterior, os artigos deste dossiê seguem a tendência das novas abordagens na História Presente, particularmente, no tema da Ditadura Militar no Brasil, cujos debates comunicam com amplas dimensões sociais e políticas que giram em torno da Comissão Nacional da Verdade e se inserem no conjunto e redes de discussão no espaço público e acadêmico, onde a efeméride dos 60 anos ecoa ainda na busca por memória, justiça e reparação.

O primeiro artigo que compõe o dossiê, intitulado *Inimigo “Número Um”: as representações sobre o comunismo através do jornal A Semana (1946-1984)*, de Denise Silva e Souza, discute o tema a partir das publicações do jornal na cidade de Divinópolis, Minas Gerais, investigando a influência católica na construção de uma imagem sobre o comunismo e, ainda, como essa imagem se altera ao longo dos anos a partir de transformações no seio da própria igreja católica.

¹ Doutoranda e mestra pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS/UFRJ), pesquisadora do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Judaicos (NIEJ/UFRJ) e editora-chefe da Revista Ars Historica. Bolsista Capes. E-mail: daianisilvabarbosa@gmail.com.

² Doutoranda e mestra pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS/UFRJ), pesquisadora do Laboratório de Imagem, Memória, Arte e Metrópole (IMAM) e editora-executiva da Revista Ars Historica. Bolsista Capes. E-mail: laviniaizidorom@gmail.com.

No segundo artigo, “*O Que Preocupa*”: *debates sobre crianças e jovens que assistiam à TV (1972 – 1988)*, Valesca Gomes Rios analisa as preocupações que surgem do avanço simultâneo da modernização dos meios de comunicação em massa e dos anos de endurecimento da ditadura brasileira, e como elas se traduziram na montagem da programação televisiva para o público infanto-juvenil. A autora se debruça sobre documentação relativa à grade, à censura e aos debates acadêmicos, tanto na área da educação como da psicanálise e da psicologia, para colocar em pauta como esse novo elemento do cotidiano foi encarado diante da formação de uma nova geração.

O terceiro e último artigo que completa o segundo dossiê traz como título *Políticas de Memória e a Justiça de Transição no Cone Sul: o “Irrevogável” Frente ao “Irreversível”*. Nele, Guilherme da Conceição de Lima vai discutir a aplicação de diferentes sentidos de justiça de transição nos países do Cone Sul diante de seus processos de redemocratização, destacando a atuação das comissões da verdade instauradas em cada um deles e os níveis de negociação entre os regimes democráticos que retornavam e os próprios militares que, na maior parte dos casos, tutelaram de forma rigorosa essas transições. Assim, o autor analisa as percepções colocadas pela interjeição entre passado e presente, a partir dos conceitos de “passado irrevogável” e “passado irreversível”.

Compõem, ainda, esta edição, três artigos livres e uma resenha. *Negociante e Senhor de Engenho no Antigo Regime nos Trópicos: a Trajetória de Inácio Francisco de Araújo na Capitania do Rio De Janeiro. C. 1688-1742*, escrito por Carlito Lopes de Oliveira Junior, analisa as mobilidades entre a elite agrária e mercantil no século XVIII, a partir da figura do capitão português Inácio Francisco de Araújo. Sua trajetória representa as ambiguidades e interações em sua atuação como senhor de engenho e negociante que, segundo o autor, retrata bem as dinâmicas sociais e políticas do Rio de Janeiro deste período.

O segundo artigo livre, escrito por Antonio Gasparetto Júnior, tem como título *Por uma análise bibliométrica da historiografia sobre a Primeira República (2010-2020)* apresenta uma análise das produções historiográficas recentes sobre a Primeira República, detalhando, não só os números de publicações de teses, mas também os temas e as maneiras que foram abordados. O autor enfoca as diversas mudanças na historiografia sobre este período a partir das influências teóricas na área em dez anos.

W.E.B. Du Bois e a construção das identidades raciais: uma teoria pioneira e fundamental para o debate sobre a desigualdade sociorracial, de Luis Fabiano Pereira, último artigo desta seção, debate as contribuições do importante sociólogo norte-americano. De acordo com Pereira, Du Bois ajudou a construir e consolidar as pesquisas sobre raça a partir de uma perspectiva sociológica, que analisa aspectos objetivos, sociais e políticos e que se distanciavam das visões biológicas sobre raça (racismo pseudocientífico). O autor o define por sua “classicidade” e destaca sua atuação como um “um crítico da modernidade racializada”. As obras e a teoria sociológica de Du Bois impulsionaram o desenvolvimento do debate sobre o racismo nos Estados Unidos e na luta por direitos e políticas públicas e contribuíram para a fundação da Sociologia contemporânea.

Finalizando a presente edição, a resenha *A modernidade em novos mares: um comentário sobre “A Época Moderna”*, de Luan de Oliveira Vieira, apresenta uma análise do livro *A Época Moderna*, organizado por André de Melo Araujo, Luis Filipe Silverio Lima, Andréa Dore, Rui Luis Rodrigues, Marília de Azambuja Ribeiro Machel e Rui Luis Rodrigues e publicado em 2024 pela editora Vozes. Segundo Vieira, o livro pretende ser um manual, apresentando os principais eventos do período de maneira didática, porém, sem ignorar os debates que auxiliam na argumentação sobre o período e temas tratados em cada capítulo. É fundamental no livro, portanto, a problematização e a historicização dos conceitos, da cronologia e do que pode ser entendido por “época moderna” no Brasil, suscitando outros caminhos metodológicos, partindo da própria especificidade histórica, do desenvolvimento do campo nas universidades brasileiras e da noção descentralizada de “múltiplas modernidades”.

Ademais, agradecemos aos autores que submeteram seus artigos, aos pareceristas pelas análises minuciosas e atentas, ao corpo editorial da Ars e à coordenação do PPGHIS pelo apoio. Desejamos uma ótima leitura e que esta edição amplie e inspire novos debates.

INIMIGO “NÚMERO UM”: AS REPRESENTAÇÕES SOBRE O COMUNISMO ATRAVÉS DO JORNAL A SEMANA (1946-1984)

ENEMY “NUMBER ONE”: THE REPRESENTATIONS OF COMMUNISM THROUGH THE NEWSPAPER A SEMANA (1946-1984)

DENISE SILVA E SOUZA¹

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar as representações do comunismo feitas pelo jornal *A Semana*, semanário surgido no ano de 1943 por iniciativa dos frades franciscanos instalados em Divinópolis, Minas Gerais. O periódico teve circulação local e regional e manteve-se sob responsabilidade dos religiosos até 1984, quando sua propriedade foi transferida. Mais especificamente, quer compreender as possíveis transformações nessas representações, uma vez que o próprio perfil da Igreja e dos frades se modificou ao longo do século XX. Foram utilizadas como fontes algumas edições do jornal *A Semana* produzidas entre 1946 e 1984 que citam o comunismo ou comunistas.

Palavras-chave: Representações; Comunismo; Jornal *A Semana*.

Abstract: This article aims to analyze the representations of communism made by the newspaper *A Semana*, a weekly newspaper created in 1943 on the initiative of Franciscan friars installed in Divinópolis, Minas Gerais. The periodical had local and regional circulation and remained under the responsibility of the religious until 1984, when its ownership was transferred. More specifically, he wants to understand the possible transformations in these representations, since the profile of the Church and the friars changed throughout the 20th century. Some editions of the newspaper *A Semana* produced between 1946 and 1984 that mention communism or communists were used as sources.

Keywords: Representation; Communism; Newspaper *A Semana*.

Introdução

¹ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de São João Del Rei. Pesquisadora colaboradora no projeto *A Ditadura em Minas Gerais*, financiado pela FAPEMIG. (Email: denisesouza.historia@gmail.com).

Desde meados de 1920, causou impacto no Brasil a cultura comunista, ligada à bem-sucedida Revolução bolchevique ocorrida na Rússia, em 1917. As ideias e valores dessa cultura foram consolidados em solo brasileiro a partir da mobilização de símbolos e figuras importantes – como a de Luís Carlos Prestes – além de terem sido disseminados por representantes das esquerdas e por intelectuais do país². Esses últimos, conforme Ana Paula Palamartchuk, contribuíram para o desenvolvimento de um “espaço público” e de uma “identidade” comunista no Brasil, mesmo que as práticas dos mesmos nem sempre se aproximassem do projeto político do Partido Comunista Brasileiro (PCB).³ Assim, o comunismo pode ser entendido como uma cultura política⁴ perene, ganhando espaços e envolvendo-se em diversos debates no país.⁵

Dentre algumas características da cultura política comunista estão o internacionalismo frente ao nacionalismo burguês, o anti-imperialismo, símbolos e vocabulário específicos e comportamento heroico. Entretanto, há um ponto característico dos comunistas que, aqui, interessa mais: uma defesa do cientificismo que os colocava em oposição às religiões. As disputas entre religiosos e comunistas fizeram acirrar, de cada um dos lados, sobretudo na primeira metade do século XX, o anticomunismo e o anticlericalismo.⁶

Tal cenário é pano de fundo para esta pesquisa, que busca analisar as representações acerca do comunismo/comunistas através do jornal *A Semana*, semanário surgido na cidade de Divinópolis, Minas Gerais, em 1943, como uma publicação interna dos franciscanos, religiosos católicos instalados no local. A partir de 1946, porém, passou a ter um público mais amplo, circulando entre a população divinopolitana e das cidades vizinhas.

² MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A cultura política comunista: alguns apontamentos. In: NAPOLITANO, Marcos; CZAJKA, Rodrigo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **Comunistas brasileiros**: cultura política e produção cultural. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013. p. 17-37. (Humanitas).

³ PALAMARTCHUK, Ana Paula. **Os novos bárbaros**: escritores e comunismo no Brasil (1928-1948). Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP), 2003.

⁴ “(...) conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por um determinado grupo humano, expressando identidade coletiva e fornecendo leituras comuns do passado, assim como inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro”. Cf. MOTTA, *op. cit.*, p. 17-18.

⁵ NAPOLITANO, Marcos; CZAJKA, Rodrigo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Apresentação. In: _____. (org.). **Comunistas brasileiros**: cultura política e produção cultural. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013. (Humanitas). p. 9-13.

⁶ MOTTA, *op. cit.*, p. 21-32.

Sendo os periódicos frutos de seus contextos de produção⁷, o *A Semana* sofreu influência das diferentes fases pelas quais passou a Igreja Católica ao longo do século passado. A instituição religiosa saiu de uma posição mais dogmática e fechada, para uma postura de maior abertura e envolvimento com a sociedade. Isso porque teve sua concepção de fé transformada devido as influências da atuação religiosa no contexto internacional e do aumento na participação dos leigos.⁸ Ademais, Michel Löwy afirma que, com o advento do Papa João XXIII e do Concílio Vaticano II⁹, desenvolveu-se o que chama de cristianismo da libertação¹⁰, movimento que aproximou os cristãos da realidade social.¹¹ Com base nisso, tem-se como objetivo específico verificar, no *A Semana*, as possíveis transformações nas formas de representar o comunismo/comunistas, já que se levanta a hipótese de ter havido alteração nessas representações conforme as mudanças vividas pela Igreja no século XX.

Apesar da longevidade do periódico a ser estudado, o recorte temporal desta investigação se delimitará entre os anos de 1946, marco da ampliação do público-alvo, e 1984, quando o semanário teve sua propriedade passada de seus idealizadores, os frades franciscanos, para Maria Cândida Aguiar, Maria Eloisa Antunes e Maria Aparecida Carvalho Carrilho, conhecidas como “Três Marias”.¹² Quanto ao percurso metodológico o que se

⁷ CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007.

⁸ MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)**. Tradução: Heloisa Braz de Oliveira Prieto. São Paulo: Brasiliense, 2004.

⁹ Concílio, convocado pelo Papa João XXIII, realizado em Roma entre 1962 e 1965. Trazia maior abertura ao diálogo com a “modernidade” e aproximação com questões sociais. Cf. DELGADO, Lucília de Almeida Neves; PASSOS, Mauro. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **Brasil Republicano – O tempo da ditadura: regimes militares e movimentos sociais em fins do século XX**. Livro 4. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 93-132.

¹⁰ Movimento social que influenciou religiosos e setores da população, gerou vasta produção textual após 1970 e impactou as formas de pensar e ver a sociedade e as camadas populares, agora vistas como protagonistas de sua transformação. A chamada Teologia da Libertação, foi denominada por Löwy de Cristianismo da Libertação. Para o autor, o nome inicial não explicaria o que foi o movimento, que não era composto somente por teólogos, nem se resumiu apenas a questões teóricas. Cf. LÖWY, Michael. **O que é cristianismo da libertação: religião e política na América Latina**. 2 ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2016.

¹¹ LÖWY, Michael. As esquerdas na ditadura militar: o cristianismo de libertação. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. (org). **Revolução e democracia (1964...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 304-320.

¹² PEREIRA, Leonardo Lucas; DUARTE, Erivelto Diniz; OLIVEIRA, Anderson Cardoso de. Sinos e sirenes se beijaram – ideologias de franciscanos em Divinópolis nos jornais Santuário Santo Antônio, Sino e a Semana (1924-1984). In: CATÃO, Leandro Pena. PIRES, João Ricardo Ferreira. CORGOZINHO, Batistina de Sousa (org.). **Divinópolis: História e Memória - volume 1: Origens e Religião**. Belo Horizonte: Crisálida, 2015. p. 397-454.

propõe é a análise de edições do *A Semana*¹³ produzidas no período abrangido em cada fase da presença franciscana em Divinópolis, Minas Gerais, não abrindo mão de analisá-las tanto como fonte quanto como objeto.¹⁴ Sobre as citadas fases da presença franciscana, são apresentadas por Leonardo Lucas Pereira e serão mais bem detalhadas ao longo do texto.¹⁵

Em relação à categoria de *representação*, utiliza-se a definição de Roger Chartier. Para ele, “a representação é o instrumento de um conhecimento mediato que revela um objeto ausente, substituindo-o por uma ‘imagem’ capaz de trazê-lo à memória e ‘pintá-lo’ tal como é”.¹⁶ Segundo o autor, entre a representação e seu referente existe uma distância, que pode ser deturpada gerando confusões que levariam à tomada da representação como algo verdadeiro, como a própria coisa representada. Por isso, é preciso atentar para as lutas de representação, pois são delas que surgem as identidades sociais definidas e redefinidas pela relação de força entre as representações feitas de (ou imposta a) determinado grupo social e as formas de se apresentar ao mundo que partem do próprio grupo.¹⁷

Diversidade e desenvolvimento: Divinópolis em histórias entrelaçadas

Divinópolis foi emancipada em 1912, separando-se de Itapecerica, Minas Gerais, e em meio século, a cidade já se configurava como “o maior polo da região centro-oeste” de Minas, contando com mais de cinquenta mil habitantes e com um desenvolvimento econômico constante.¹⁸ Esse processo ocorreu devido às ondas de crescimentos iniciadas ainda em 1890, com a inauguração da primeira estação ferroviária local, em torno da qual o então arraial se desenvolveu. Os franciscanos da Ordem dos Frades Menores chegaram à cidade no ano de

¹³ Será utilizado apenas o jornal *A Semana* devido a intenção de realizar um estudo das representações e transformações dessas representações ao longo de diferentes fases do semanário em questão, o que exige foco maior nesse impresso. Somado a isso, a comparação entre diferentes periódicos demandaria discussões mais elaboradas, que ficariam limitadas pelo pouco espaço para escrita oferecido por artigos acadêmicos.

¹⁴ CRUZ; PEIXOTO, *op. cit.*, p. 256 *et seq.*

¹⁵ PEREIRA, Leonardo Lucas. Introdução. In: PEREIRA, Leonardo Lucas; LUNKES, Sheila Almeida Nery; FERREIRA, Mauro Eustáquio (org.). **Franciscanos na terra do divino**: presença, palavras e ações. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2021. p. 13-18.

¹⁶ CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: _____. **A beira da falésia**: a História entre incertezas e inquietudes. Trad.: Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2002. p. 61-80.

¹⁷ CHARTIER, *op. cit.*, p. 74-75.

¹⁸ SOUZA, Renato João de. Repercussões do golpe Civil Militar de 1964 em Divinópolis. In: CORGOZINHO, Batistina Maria de Sousa; PIRES, João Ricardo Ferreira; CATÃO, Leandro Pena (org.). **Divinópolis**: história e memória – vol. 2: Política e Sociedade. Belo Horizonte: Crisálida, 2015. p. 115-129.

1924, em meio a disputas de influências entre as diferentes visões de mundo que nela se instalaram. Já na década de 1920, Divinópolis contava com a presença da Loja Maçônica Estrela do Oeste de Minas¹⁹, de representantes do Centro Espírita Redentor do Rio de Janeiro e da Igreja Batista.²⁰ Apesar de toda essa diversidade, o local era marcado pelo tradicionalismo católico e contou com figuras religiosas importantes nas primeiras décadas do século XX, como padre Matias Lobato que se envolveu profundamente com a emancipação e melhorias do município²¹. Da mesma forma, os frades menores não limitaram sua atuação às atividades religiosas. Segundo Márcia Helena Batista,

Os franciscanos envolveram-se totalmente na vida da cidade. Atuaram nos processos políticos, em momentos de decisão eleitoral, em condutas administrativas do poder público e no posicionamento frente a ideologias e programas contrários aos defendidos pelos católicos. Investiram na organização do movimento operário cristão em Divinópolis através da criação do Círculo Operário e da institucionalização da Juventude Operária Católica, direcionando seu trabalho para os ferroviários. (...) No campo cultural, marcaram sua presença incisivamente através de seu apostolado, atuando também no campo do entretenimento, como foi o caso do investimento no cinema e do estímulo às vocações artísticas pelo apoio dado ao teatro e à música.²²

Os frades foram marcantes também na educação, seja através do Curso de Teologia – o primeiro de nível superior do Centro-Oeste mineiro – sediado pelo Convento Franciscano, seja na formação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Divinópolis, em 1964, ou na atuação como docentes nas instituições de ensino da cidade.²³ Na imprensa, fundaram a Gráfica Santo Antônio, onde eram impressas revistas como *O Santuário de Santo Antônio* e *O Sino*, além do próprio jornal *A Semana*, foco desta investigação.²⁴

O semanário aqui estudado teve o público-alvo ampliado em 1946 por iniciativa de Frei Rafael Zevenhoven²⁵ e passou a veicular textos que tratavam de questões operárias,

¹⁹ GOMES, Nilton. A História da Maçonaria em Divinópolis. In: CORGOZINHO, Batistina Maria de Sousa; PIRES, João Ricardo Ferreira; CATÃO, Leandro Pena. (org.). **Divinópolis: história e memória** – vol. 2: Política e Sociedade. Belo Horizonte: Crisálida, 2015. p. 539-548.

²⁰ GONTIJO, Pedro X. **História de Divinópolis**. 2 ed. Divinópolis (MG): Sidil, 1995; SANTOS, Maria Cecília Guimarães. **Patrimônio cultural de Divinópolis**. Divinópolis (MG): Grupo Capela, 2015.

²¹ *Ibid.*, p. 57-58.

²² BATISTA, Márcia Helena. **A Restauração Católica no cotidiano da cidade: Círculo Operário, Imprensa e Obras Sociais em Divinópolis entre os anos 30 e 50**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

²³ *Ibid.*, p. 68-69.

²⁴ PEREIRA, *op. cit.*, p. 16.

²⁵ AZEVEDO, Flávia Lemos Mota de; PIRES, João Ricardo Ferreira; PEREIRA, Wiliam Santos; FIGUEIREDO, Victor Santos; SILVA, Ariana Dayana Coimbra. Imprensa e História: Jornal A Semana e a História Social de Divinópolis - 1943 - 1965. In: AZEVEDO, Flávia Lemos Mota de; SOARES, Izaac Erder

temas internacionais e religiosos, além das famosas “Bombas da Raf”, colunas polêmicas de cunho moral, assinadas por frei Rafael. O frade tinha perfil conservador e sua postura combativa era condizente com o cenário divinopolitano do início do século XX, marcado por efervescência de posicionamentos políticos e de modos de pensar. Esses fatores refletiam nos jornais da época, que se multiplicaram, possuindo, muitas vezes, um caráter panfletário e tendo tempo de circulação variável.²⁶ Portanto, é importante analisar profundamente os periódicos, atentando-se ao projeto editorial, percebendo as intenções e visões que os regem.²⁷

Primeira fase da presença franciscana: o comunismo como um inimigo a ser combatido

O ambiente de embates intensos durante o século XX em Divinópolis, pelo viés da História Cultural, pode ser entendido por meio da categoria de “lutas de representação”. Essas lutas visam “a ordenação da própria estrutura social”.²⁸ Dessa forma, são influenciadas e influenciam a formação da sociedade. Tais disputas por espaços e por colocação de pontos de vista próprios a cada grupo são intensificadas em contextos de diversificação e expansão demográfica e econômica, como o que passava Divinópolis naquele momento.

A primeira fase da presença franciscana na cidade se inseriu e acompanhou tal processo. Essa etapa foi marcada por “brigas homéricas contra ateus, comunistas, maçons, espíritas, protestantes, livres pensadores, contra também os novos costumes, modernos (...)” e durou de 1924, ano que marca a chegada dos religiosos a Divinópolis, a 1949.²⁹ O surgimento do jornal *A Semana* se deu nesse cenário e, assumido pelo já mencionado Frei Rafael, refletiu não só os acontecimentos da época como também o conservadorismo do religioso. Em 4 de agosto de 1946, por exemplo, foi publicada a primeira *Bombas da RAF*, artigo que se tornaria frequente e seria veiculado na capa do jornal. Vale ressaltar que as capas de periódicos são espaços privilegiados para os temas abordados.³⁰

Silva; PIRES, João Ricardo Ferreira; FERREIRA, José Heleno; ARRUDA, Lúcia Maria Silva (org.). **História e Memória do Centro-Oeste mineiro: perspectivas** – Memória, Literatura e Educação. Belo Horizonte: O Lutador, 2016. p. 190-201.

²⁶ *Ibid.*, p. 190-191.

²⁷ CRUZ; PEIXOTO, *op. cit.*, p. 260.

²⁸ CHARTIER, *op. cit.*, p. 73.

²⁹ PEREIRA, *op. cit.*, p. 15.

³⁰ CRUZ; PEIXOTO, *op. cit.*, p. 262; LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-153.

Intitulada “A Finalidade de um Jornal”, a primeira “Bomba” de frei Rafael parece seguir a tradição, notável nos textos de publicações apresentados por Corgozinho, Pires e Catão³¹, de demonstrar os objetivos daquele periódico, evidenciando, já de início, as visões de mundo que carregava. Nesse sentido, o frade oferece vários significados do que seria “Bomba”, que vão desde o nome de um doce até o de explosivos. Nota-se, entretanto, que a noção de “Bomba” como “projétil” é o que se destaca, uma vez que usa também a ideia de “avião” para criar uma metáfora e explicar o que seriam esses novos artigos do *A Semana*. “RAF” – sigla que resulta da brincadeira com o nome do autor e que busca representá-lo como alguém que estaria atento aos acontecimentos locais³² – seria, portanto, o avião que sobrevoaria tanto Divinópolis como outras cidades e até outros países e captaria toda a atmosfera necessária para inspirar seus escritos polêmicos, que “cairiam” sobre a sociedade divinopolitana como “Bombas”. Vale lembrar que esse jornal é de 1946, ano subsequente ao fim da Segunda Guerra Mundial, e parece ter influência desse contexto ainda muito presente. Além disso, como o próprio título da coluna já diz, frei Rafael coloca sua visão de qual seria o propósito de um jornal, que passaria pela orientação e formação dos leitores, defende regulamentar de forma rigorosa a profissão de jornalista e define o que, para ele, seria um bom perfil de periódico – comprometido com a verdade e com a imparcialidade.³³

Como comenta Tânia Regina de Luca, entretanto, ao analisar jornais como fontes, é preciso submetê-los à crítica e entender que, assim como os demais vestígios do passado, os mesmos não são neutros.³⁴ Isso é claramente percebido ainda nessa primeira “Bombas da RAF” quando o próprio Frei Rafael, que exalta a imparcialidade como elemento de um periódico de virtudes, apresenta suas opiniões sobre um “mau jornal”, que seriam “panfletos sujos, boletins fedorentos, exalando mau cheiro”:

São os jornais do PCB, que, escondendo suas baixeiras e más intenções sob a capa da democracia, envenenam o povo, apregoando em letras garrafais a paz, a tranquilidade e o bem-estar da coletividade, mas que são uns traidores que, se chegarem um dia a tomar o poder, farão neste Brasil o que estão fazendo na Polônia, bestialidades, crueldade, crimes hediondos, judiando com irmãs, mocinhas, mães, e

³¹ Cf. CORGOZINHO; PIRES; CATÃO, *op. cit.*, p. 273-274.

³² RAF é também a sigla para Royal Air Force, braço aéreo das Forças Armadas do Reino Unido. Na Segunda Guerra (1939-1945) atuou no Dia D, momento crucial para a derrota do Eixo e para a finalização do conflito. Apesar de frei Rafael não fazer referência clara à RAF, não se pode descartar que tenha se inspirado nessa sigla para nomear sua coluna no *A Semana*. Cf. <https://www.raf.mod.uk/>. Acesso em: 19 dez. 2024.

³³ RAF (Frei Rafael). A Finalidade de um Jornal. *A Semana*, Divinópolis, MG, capa, 04 ago. 1946.

³⁴ LUCA, *op. cit.*, p. 132.

outras coisas que a decência não permite escrever aqui. Que o nosso povo se acautele contra a influência pestilenta dos esgotos comunistas!³⁵

O PCB, citado por frei Rafael, naquele momento funcionava legalmente e ganhava espaço nos movimentos sociais, aumentando sua influência no país.³⁶ A presença do comunismo já na primeira “Bombas da RAF”, antes de qualquer outro “inimigo” a ser combatido, pode ser lida, então, como resultado dos processos históricos que se desenrolavam no período, uma possível reação aos seus avanços no Brasil. Já ao definir o que seria um “mau jornal”, frei Rafael corresponde ao que Maria Helena Capelato chama de “lógica burguesa”, que trata como “má” uma imprensa considerada ameaçadora à ordem vigente.³⁷

O anticomunismo nessa época era algo persistente e, por isso, escritos com o mesmo tema voltaram a aparecer em futuras edições do jornal. O próprio frei Rafael, por exemplo, em 21 de setembro de 1947, publicaria um texto apresentando uma breve trajetória de vários líderes mundiais que circularam e se encontraram na Europa em tempos de guerra, concluindo que uma parte significativa deles foi “julgada pela história”.³⁸ Sendo assim, alguns foram assassinados, outros cometeram suicídio ou simplesmente foram esquecidos. O mais interessante, entretanto, se apresenta no seguinte trecho:

Somente dois continuam no palco europeu. Dois homens, dos quais um representa o mal e o outro o bem. Moscou e o Vaticano. Stalin e o Papa Pio XII. O primeiro o mensageiro de Satanaz³⁹, o segundo o mensageiro de Cristo. Dois poderes, que definirão o destino futuro do mundo. Stalin com legiões de soldados e aviões, com milhares de tanques e metralhadoras. O Papa sem soldados, sem aviões e tanques, sem material bélico!

A luta gigantesca! A luta decisiva! A luta entre o Comunismo e Cristianismo. Stalin, um criminoso de guerra, destruidor da família russa, assassino de milhões.

Pio XII, o príncipe da Paz, o Sumo Pontífice, o representante de Cristo.⁴⁰

Nesse mesmo texto, ao se referir ao fim que teve Hitler, o autor diz: “depois de Stalin um dos maiores criminosos suicidou-se com um tiro de revólver, e 180 litros de gasolina despejado e incendiado o reduziram a pó”.⁴¹ Comparação semelhante, frei Rafael faz na edição de 28 de setembro do mesmo ano, quando comenta a perseguição a católicos nos

³⁵ RAF (Frei Rafael), *op. cit.*, capa, 04 ago. 1946.

³⁶ NAPOLITANO, CZAJKA, MOTTA, *op. cit.*, p. 9-10; PALAMARTCHUK, *op. cit.*, p. 12.

³⁷ CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A imprensa na história do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

³⁸ RAF (Frei Rafael). Os dois que ficaram: Pio XII-Stalin. **A Semana**, Divinópolis, MG, capa, 21 set. 1947.

³⁹ Houve preservação da ortografia de acordo com o original e época, o que se fará também nas demais citações.

⁴⁰ *Ibid.*, capa, 21 set. 1947.

⁴¹ RAF (Frei Rafael), *op. cit.*, capa, 21 set. 1947.

territórios comunistas e cita um suposto silenciamento da “imprensa mundial” diante de tais acontecimentos. Para ele, os nazistas não conseguiram calar tal imprensa, mas “a perniciosa infiltração comunista fez silenciar êstes porta-vozes da civilização, pois, muito pior que os alemães, fazem as camarilhas soviéticas (...)”.⁴²

Voltando a Chartier, as representações passam pela construção de imagens, toca a dimensão do imaginar.⁴³ Nos textos aqui apresentados,⁴⁴ nota-se o esforço para “fazer imaginar” o comunismo como o pior mal existente. Isso é percebido já na primeira “Bomba da RAF” que, como já citado, elege tal cultura política como sua inimiga número um.

Quanto às estratégias de escrita utilizadas para isso, uma delas é o uso constante de adjetivos que simbolizam algo negativo. “Traidores”, “sujos”, “destruidor” e “assassino” são alguns exemplos das características que o autor atribui aos comunistas. Assim, ele passa uma imagem de perversidade dos mesmos, que estariam cheios de “más intenções” escondidas por traz da “capa da democracia”⁴⁵. Dessa forma, fica perceptível que o religioso toma para si o papel de “desmascarar” seus “inimigos”, colocando-se como mensageiro da verdade.

A utilização do sentimento de medo também é algo visível. No primeiro texto citado, por exemplo, frei Rafael prevê o que acontecerá caso os comunistas cheguem ao poder no Brasil, dizendo que realizariam, como na Polônia, “bestialidades (...) que a decência não permite escrever (...)”.⁴⁶ Já no trecho da publicação de 21 de setembro de 1947, ele diz que quem definirá o futuro do mundo será o Papa ou Stalin, mas deixa claro que o último o fará com o uso de “legiões de soldados e aviões”⁴⁷, frase na qual fica implícito o receio do desencadeamento de uma nova guerra.

Outra maneira encontrada pelo autor para representar negativamente os comunistas foi através das comparações, que são mais bem observadas nos textos de 1947. No primeiro deles, RAF compara Papa e Stalin, criando uma oposição diametral entre os dois, sendo Pio XII “mensageiro de Cristo”, representante do que há de mais pacífico, e Stalin, o “mensageiro

⁴² RAF (Frei Rafael). Tácticas russa de despistamento... *A Semana*, Divinópolis, MG, capa, 28 set. 1947.

⁴³ CHARTIER, *op. cit.*, p. 74.

⁴⁴ Optou-se por analisar apenas textos publicados por frei Rafael devido ao grande destaque que obtiveram em seu período de circulação. Entretanto, outros autores escreveram sobre o comunismo no jornal *A Semana*. Cf. ANTUNES, Geraldo. Que quer essa gente?... *A Semana*, Divinópolis, MG, 2, 08 ago. 1948.

⁴⁵ RAF (Frei Rafael), *op. cit.*, capa, 04 ago. 1946.

⁴⁶ *Ibid.*

⁴⁷ RAF (Frei Rafael), *op. cit.*, capa, 21 set. 1947.

de Satanaz”. Assim, ele propõe “uma luta entre o Comunismo e o Cristianismo”⁴⁸ que remete a uma luta do bem contra o mal, em que o cristianismo seria a escolha certa. Porém, quando compara o líder da União Soviética a Hitler, outra lógica se impõe. Ambos são colocados no lado “mau” da história, porém, na hierarquia da “maldade”, Hitler e os alemães estariam em segundo lugar, perdendo para Stalin e os comunistas. Novamente é importante lembrar que frei Rafael escreve em um momento de pós-guerra, quando o que ocorreu na Alemanha nazista se tornou modelo de atrocidade. Portanto, comparar Stalin a Hitler é buscar construir uma imagem do comunismo/comunistas como algo tão horrível, que nem mesmo a experiência modelo – a Alemanha nazista – poderia servir de medida. Assim, seria melhor que o leitor “se acautele contra a influência pestilenta dos esgotos comunistas!”⁴⁹.

Segunda fase da presença franciscana: o comunismo questionado

A situação da cultura política comunista entre 1950 e 1960 se mostrava tão complexa quanto o próprio cenário no qual estava inserida. Devido ao crescimento dos movimentos nacionalistas, o comunismo mudou a maneira de defender o internacionalismo para se adaptar às demandas do período. As esquerdas passaram a falar a mesma língua, apesar de defenderem projetos diferentes e, como resultado, “a arregimentação nacionalista/anti-imperialista/reformista teve grande impacto social, no início dos anos de 1960, gerando uma onda de medo nas hostes conservadoras e liberais”.⁵⁰ Sabe-se que, o medo do “perigo comunista” justificou o golpe de 1964, que destituiu do cargo o presidente da República João Goulart e deu início a uma ditadura militar no país.

A segunda fase da presença franciscana em Divinópolis coincide com tal etapa da história do Brasil, estando entre 1950 e 1970. A Igreja Católica seria impactada pelas orientações do Concílio Vaticano II, iniciado em 1962⁵¹, que propunha uma transformação na instituição, visando inseri-la no contexto histórico, na realidade social. Por isso, essa foi uma fase de “transição pastoral”, em que a postura de embates da primeira fase daria lugar a um

⁴⁸ RAF (Frei Rafael), *op. cit.*, capa, 21 set. 1947.

⁴⁹ RAF (Frei Rafael), *op. cit.*, capa, 04 ago. 1946.

⁵⁰ MOTTA, *op. cit.*, p. 30.

⁵¹ PEREIRA, *op. cit.*, p. 15.

perfil mais acolhedor entre os religiosos. Ou seja, os discursos foram suavizados enquanto que a abertura – e até a aproximação – a outras crenças e ao mundo passou a ser uma realidade.

Nesse contexto de transformações e contradições, o jornal *A Semana* ganha um perfil informativo, mesmo mantendo escritos que perpassavam pela moral, pela religião e pela oposição a certas visões de mundo.⁵² Larissa Virginia Veiga, em dissertação⁵³ que mapeia as formas de resistência em Divinópolis durante a ditadura, analisa algumas edições do semanário produzidas nessa segunda fase da presença franciscana na cidade. Seu trabalho permite perceber continuidades, em relação à primeira fase, nas formas de representar o comunismo. Como é possível apreender de suas análises e das edições do jornal que destaca, a demonização, a oposição cristãos/comunistas e a busca por “desmascarar” o “inimigo” se mantiveram como estratégias para definir uma imagem da cultura política em questão.

Interessante notar que a busca por demonizar os comunistas não era algo exclusivo dos católicos. Em uma das poucas pesquisas⁵⁴ com recortes e temática semelhante a este, Luciane Silva de Almeida trabalha com as representações anticomunistas disseminadas por protestantes batistas da Bahia entre 1963 e 1975. Os periódicos investigados pela autora eram produzidos pelos próprios batistas e continham “desde acusação de ateísmo até satanismo”

⁵² AZEVEDO *et al.*, *op. cit.*, p. 196.

⁵³ VEIGA, Larissa Virgínia. **Ditadura civil-militar em Divinópolis, Minas Gerais: memórias, trajetórias e resistências**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de São João del Rei, São Joao del Rei (MG), 2022.

⁵⁴ Ao buscar na Base Nacional de Teses e Dissertações e no Google Acadêmico com a expressão “Representações sobre o comunismo” não são encontrados muitos trabalhos com a temática deste artigo. Menos ainda quando se acrescenta o recorte religioso e regional na pesquisa. Alguns trabalhos encontrados que perpassam a temática são: ALMEIDA, Luciene Silva de. **“O comunismo é o ópio do povo”**: Representações dos batistas sobre o comunismo, o ecumenismo e o governo militar na Bahia. Dissertação (Mestrado em História Social) – Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2011; _____. **“Missionários do inferno”**: representações anticomunistas dos batistas no Brasil (1917-1970). Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências e Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016; BETT, Ianko. **A (re)invenção do comunismo**: discurso anticomunista católico nas grandes imprensas brasileira e argentina no contexto dos golpes militares de 1964 e 1966. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo (RS), 2010; NOGUEIRA, Maristel Pereira. **O anticomunismo nos jornais**: correio do povo, diário de notícias e última hora, uma perspectiva de análise. Tese (Doutorado em História das Sociedades Ibéricas e Americanas) – Faculdade de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

contra os comunistas. Para a autora, esses impressos foram os mais importantes meios de propagação do anticomunismo entre os religiosos dessa denominação.⁵⁵

No *A Semana*, percebe-se também a utilização do anticlericalismo – uma das características da cultura política comunista destacadas por Motta⁵⁶ – como recurso para enfatizar a representação negativa que se buscava construir. Um exemplo é o texto de 31 de maio de 1964, apontado por Veiga⁵⁷, que trata da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”. Em Divinópolis, essa marcha ocorreu em 1º de junho de 1964, dia do aniversário da cidade, como forma de festejar a “Revolução”. Em certo momento, a citada publicação afirma que “A atitude dos comunistas com respeito à religião tem raízes profundas, que jamais poderão ser erradicadas. Os líderes comunistas sempre tiveram o mais profundo desprezo pela religião, mesmo os primeiros líderes como Karl Marx e Engels.”⁵⁸

Em uma sociedade marcada pela religiosidade e, mais especificamente, pelo cristianismo católico o “desprezo pela religião” é algo repugnante. Além do mais, segundo o texto, o caráter anticlerical do comunismo nunca poderia ser superado, pois esse “desprezo” estaria em suas origens. Novamente, nota-se a busca por afastar permanentemente os cristãos dos comunistas, com base na oposição entre eles.

Apesar das continuidades e dos escritos conservadores, que apoiavam o golpe de 1964, Veiga demonstra a existência de heterogeneidade dentro da Igreja. Nessa linha, apresenta textos de Frei Bernardino Leers, frade holandês que veio para o Brasil na década de 1950 e, em Divinópolis, envolveu-se com a educação, conscientização e emancipação dos trabalhadores, principalmente os do campo. Segundo a autora, essa trajetória contribuiu para que o religioso desenvolvesse uma postura de defesa da reforma agrária, assunto que perpassou pelos textos registrados por ele no jornal *A Semana* nos anos de 1960. Porém, Veiga destaca que Bernardino marcava posição contrária ao comunismo quando, em 15 de outubro de 1961, escrevia:⁵⁹ “Não queremos a reforma agrária de Cuba, porque não somos

⁵⁵ ALMEIDA, Luciane Silva de. “O Comunismo é o Ópio do Povo”: Representações dos Batistas sobre o Comunismo, o Ecumenismo e o Governo Militar na Bahia. *Anais dos Simpósios da ABHR*, [S. l.], v. 13, 2012.

⁵⁶ MOTTA, *op. cit.*, p. 22.

⁵⁷ Os jornais analisados por Veiga, e aqui citados, foram acessados em fonte primária para a escrita deste artigo. A menção às análises da autora visa demonstrar que o trabalho dela apontou tais jornais e destacar a existência de outras abordagens em torno das mesmas fontes, enriquecendo o debate. Cf. VEIGA, *op. cit.*, p. 40.

⁵⁸ VALÊNCIA. “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”. *A Semana*, Divinópolis, MG, p. 2, 31 mai. 1964.

⁵⁹ VEIGA, *op. cit.*, p. 44-46.

comunistas e nem cubanos. Mas queremos a reforma agrária, sim, em moldes cristãos e brasileiros. Começando hoje.”⁶⁰.

A autora analisa também a edição de 30 de agosto de 1964 do jornal *A Semana*,⁶¹ em que o mesmo Frei Bernardino diz:

A onda que a revolução provocou, abafou profundamente a voz de nosso operariado. Férias para recompensar o negócio todo? Férias de morte, então. Para que, afinal de contas? Lembro-me ainda daquela alma boa que, com a cara mais séria do mundo, afirmou-me que tinha mais do que mil comunistas aqui na cidade. Pode ser, a gente nunca sabe. Mas de qualquer jeito, parece que não estavam em nossos sindicatos.⁶²

Veiga percebe uma crítica, mesmo que limitada, a “Revolução” que acontecera naquele ano.⁶³ Mas, para este trabalho, o que mais desperta o interesse é a forma como frei Bernardino aborda o comunismo. Nota-se que o religioso coloca em dúvida a existência de comunistas em Divinópolis, quando comenta que ouviu de alguém haver “mais de mil comunistas na cidade” e logo conclui “Pode ser, a gente nunca sabe”⁶⁴.

Dessa maneira, se até o momento o *A Semana* buscava construir uma representação do comunismo - baseada na mobilização do medo e dos valores religiosos - como algo extremamente negativo e perigoso, com o qual se deveria tomar cuidado e do qual se deveria afastar, a fala de frei Bernardino parece amenizar esse perigo ao colocar a existência de comunistas na cidade como uma questão. Ou seja, ele apresenta a possibilidade de não haver comunistas ou, ao menos, de não haver uma quantidade expressiva deles em Divinópolis. Para que tanto pânico, então, se o perigo não está tão próximo e nem parece ser tão grande? Para que abafar “profundamente a voz de nosso operariado”?⁶⁵ Essas poderiam ser as questões subentendidas nas frases de Bernardino e que, inclusive, poderiam ser elaboradas por seus leitores. De toda forma, na frase seguinte, o frade parece reforçar a imagem negativa dos comunistas, pois coloca a sua percepção de que os membros do comunismo possivelmente não “estavam em nossos sindicatos”⁶⁶. Uma das possibilidades de entendimento que a frase permite é a de que ter esses membros como participantes em entidades seria algo ruim, daí a

⁶⁰ FREI BERNARDINO. Reforma Agrária. *A Semana*, Divinópolis, MG, capa, 15 out. 1961.

⁶¹ VEIGA, *op. cit.*, p. 47.

⁶² FREI BERNARDINO. Acorde, Operário. *A Semana*, Divinópolis, MG, capa, 30 ago. 1964.

⁶³ VEIGA, *op. cit.*, p. 47.

⁶⁴ FREI BERNARDINO, *op. cit.*, capa, 30. ago. 1964.

⁶⁵ *Ibid.*

⁶⁶ *Ibid.*

importância de afastar a ideia de existência de comunistas nos sindicatos. Se esse sentido for tomado como verdade, o trecho demonstra o quanto o comunismo ainda era malvisto e representado de maneira negativa, mesmo que de forma implícita.

Quanto aos demais textos apresentados por Veiga⁶⁷ e comentados anteriormente, eles não carregam apenas semelhanças em relação aos da primeira fase da presença franciscana em Divinópolis, mas também diferenças que estão sobretudo nas estratégias de construção da imagem do comunismo. Nos textos de frei Rafael, por exemplo, nota-se uma escrita mais “belicosa”, repleta de adjetivos e de comparações extremas. Já nos escritos dessa segunda fase é perceptível uma linguagem mais serena que busca convencer o leitor com o uso de recursos como fábulas⁶⁸ e com a demonstração de sabedoria e acolhimento cristãos. Observa-se isso nas orientações sobre o comunismo dadas pelo jornal em 5 de abril de 1964, em texto também trabalhado pela autora:⁶⁹ “O comunismo não se vence por orações, S. Comunhão, ou Santa Missa. Pela prática integral da justiça, virtude que é companheira do amor ao próximo, conseguiremos tirar a base à pregação comunista”.⁷⁰

Portanto, o escrito de frei Bernardino parece ser o que mais divergiu em relação à representação que vinha sendo construída pelo *A Semana* até aquele momento, já que deixou subentendido não ser o comunismo um inimigo tão perigoso quanto parecia. Nos outros textos, a mudança aconteceu mais na forma do que no conteúdo, que continuou carregado do anticomunismo presente na primeira fase analisada. Tal mudança parece ser resultado das transformações que aconteciam no período e estão alinhadas às características, já citadas, dessa segunda fase da presença franciscana.⁷¹ Ademais, tais modificações possivelmente estavam relacionadas ao perfil mais profissional que o periódico assumia, do que a uma mudança de visão sobre a cultura política comunista. De toda forma, o jornal reflete a dinâmica do período e demonstra a heterogeneidade existente dentro da Igreja Católica. Heterogeneidade essa que leva Veiga a constatar que “no mesmo ano em que um frei

⁶⁷ VEIGA, *op. cit.*, p. 37-48.

⁶⁸ Veiga explica que no texto de 31 de maio de 1964 em que é tratado do “desprezo” dos comunistas pela religião, ainda é utilizada a fábula da “Chapeuzinho Vermelho” como recurso para comparar os “inimigos” ao lobo enganador que foi detido pelos caçadores – nesse caso os militares. Cf. VEIGA, *op. cit.*, p. 40.

⁶⁹ VEIGA, *op. cit.*, p. 39.

⁷⁰ ATITUDE DE A SEMANA. *A Semana*, Divinópolis, MG, capa, 05 abr. 1964.

⁷¹ PEREIRA, *op. cit.*, p. 15.

marchava junto com coronéis comemorando a vitória do ‘movimento revolucionário’, outro manifestava sua indignação por eventos trágicos que ocorreram após o episódio do golpe”.⁷²

Terceira fase da presença franciscana: comunismo como possível alternativa

A terceira e última fase a ser analisada iniciou-se em 1971 e se encerrou em 1984, quando o jornal *A Semana* teve a propriedade transferida para as “Três Marias”.⁷³ O período foi marcado pela secularização da sociedade e pela diminuição da influência dos frades em Divinópolis⁷⁴. Além disso, o *A Semana* passou por uma revitalização, tornando-se ainda mais informativo. Leonardo Lucas Pereira, Erivelta Duarte e Anderson Oliveira destacam alguns textos publicados no semanário durante essa fase que mostram o enraizamento dos preceitos do Concílio Vaticano II, como o contato com a realidade social, e de elementos do cristianismo da libertação, como a preferência pelos pobres.⁷⁵ Ademais, apresentam textos que evidenciam o apoio da Igreja na cidade à greve de metalúrgicos ocorrida em 1979, bem como um editorial de repúdio à censura. Isso revela que o clero divinopolitano, incluindo os frades do município, acompanhou as modificações ocorridas na Igreja, que, a partir de 1970, tornou-se uma voz de resistência à ditadura e em defesa dos direitos humanos.⁷⁶

Nessa nova fase do semanário é comum a republicação de informações de outros periódicos. Na edição de 21 de maio de 1977, chama atenção a reprodução de uma notícia do jornal *A Folha*, que aparece na segunda página do *A Semana*, não estando, portanto, destacada na capa. Porém, ocupa quase metade da folha na qual foi publicado. Com o título “Ele seria hoje crucificado do mesmo jeito”, o texto comenta as acusações que dom Geraldo Sigaud, arcebispo de Diamantina, fez contra um bispo de Goiás e outro de Mato Grosso, os chamando de comunistas e defendendo que o Estado brasileiro os expulsassem do país. Adiante, a publicação sai em defesa dos bispos acusados e busca fundamentar o argumento de que “A

⁷² VEIGA, *op. cit.*, p. 48.

⁷³ PEREIRA, *op. cit.*, p.16.

⁷⁴ Até hoje os frades são atores prestigiados e respeitados na cidade, mantendo o Centro Franciscano de Formação e Cultura, sendo responsáveis pela Paróquia de Santo Antônio e se inserindo nos trabalhos pastorais.

⁷⁵ PEREIRA; DUARTE; OLIVEIRA, *op. cit.*, p. 47-54.

⁷⁶ MAINWARING, *op. cit.*, p. 103. Para o autor, além das transformações pelas quais passavam a Igreja, outro fator importante para a adoção dessa nova postura foi a repressão que membros da instituição passaram a sofrer.

ambiguidade do ato de acusar está em que os inocentes são também os acusados”⁷⁷. Para isso, resgatam na história da Igreja e do ocidente exemplos de pessoas e profetas que teriam sido “perseguidos” por incomodarem os “conservadores”. Usam, inclusive, a história de Cristo que foi acusado pelos “chefes dos sacerdotes que dispararam o dispositivo repressor para destruir Jesus...” uma vez que “sua mensagem contestava estruturas injustas...”⁷⁸.

Infere-se que o *A Folha* citado pelo *A Semana*, seja o folheto litúrgico da Mitra Diocesana de Nova Iguaçu, que circulou entre as décadas de 1970 e 1990 e contava tanto com leituras e cânticos para celebrações de missas quanto com uma página inicial voltada a conscientização social e política.⁷⁹ Esse folheto foi introduzido e circulou nas paróquias de Divinópolis por iniciativa de frei Leonardo Lucas Pereira, padre Zé Raimundo e padre Pedrosa, por volta do ano de 1975.⁸⁰

Quanto ao texto, ao mesmo tempo exemplifica a nova linguagem adotada por uma ala da Igreja Católica e o acirramento entre os diferentes setores da instituição. Dom Sigaud tinha histórico de atuação em meio aos conservadores⁸¹. Já, dom Adriano, bispo de Nova Iguaçu e criador do *A Folha*, pertencia ao setor progressista⁸², normalmente associado pelos militares aos comunistas. Dom Adriano chegou a sofrer um atentado em 1976, quando foi espancado, teve o corpo pintado de vermelho e seu carro foi explodido.⁸³

Sobre o comunismo, o texto não tece críticas como os analisados anteriormente – não utiliza adjetivos, comparações ou analogias, nem oferece orientações sobre como evitá-lo. Pelo contrário, os alvos dos julgamentos negativos são os próprios anticomunistas que, agora, por meio de exemplos históricos e bíblicos, são tidos como perseguidores, conservadores das estruturas sociais dos “dominadores” e atribuidores de culpa aos “inocentes”.

⁷⁷ ELE seria hoje crucificado do mesmo jeito, [1977?] *apud* A SEMANA, Divinópolis, MG, p. 2, 21 maio 1977.

⁷⁸ ELE [...], [1977?] *apud* A SEMANA, p. 2, 21 maio 1977.

⁷⁹ SAMPAIO, Matheus da Silva; ILIESCU, Diana. De folheto litúrgico a ocupação cultural – práticas de resistência contra autoritarismos. *Mosaico*, v.11, n.17, p. 86-104, 2019.

⁸⁰ VEIGA, *op. cit.*, p.57.

⁸¹ SILVEIRA, Marco Antonio; MAIA, Marta Regina; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; SILVA, Camilla Cristina (org.). **Histórias de repressão e luta na UFOP, Ouro Preto e região**. Ouro Preto: UFOP, 2018.

⁸² A divisão entre “conservadores” e “progressistas” é utilizada de forma ideal típica, pois, como se observa em Mainwaring, as clivagens dentro da Igreja faziam parte de um contexto complexo em que havia leigos e clérigos com diferentes posturas políticas ou com perfis políticos oscilantes. *Cf.* MAINWARING, *op. cit.*, *passim*.

⁸³ SAMPAIO; ILIESCU, *op. cit.*, p. 94.

Entretanto, o escrito reproduzido por *A Semana* não termina aí. Ele traz ainda as palavras do próprio dom Adriano, que rebate a possibilidade de dom Sigaud apresentar as provas que disse ter contra os “religiosos comunistas”:

“D. Sigaud nunca poderá provar que D. Pedro e D. Tomás são comunistas porque não existem tais provas. O que existe é a veemência de dois profetas da Igreja que, diante de terríveis profanações da dignidade dos filhos de Deus, têm de levantar a voz para dizer aos poderosos do (ilegível) “Isto não te é permitido”. D. Sigaud conhece a Sagrada Escritura, conhece o Novo Testamento. Deveria assim interpretar (na visão de uma Igreja que, por sua própria essência, (ilegível) de ser profética, por isso desagrada) o comportamento perfeitamente evangélico dos nossos dois irmãos no episcopado”. E termina Dom Adriano com uma verdade que muita gente boa devia levar mais a sério: “Todos sabemos que o adversário do marxismo não é o capitalismo e sim o Cristianismo”.⁸⁴

Ao dizer que “não existem tais provas”, dom Adriano está afirmando que os religiosos acusados não são comunistas. Isso fica claro na frase seguinte, quando ressalta que os bispos estão, na verdade, “levantando voz” contra as “profanações da dignidade dos filhos de Deus” e dizendo aos “poderosos” que suas ações têm limites⁸⁵. Ou seja, o que estariam fazendo não seria comunismo, mas sim a defesa dos que estavam sob as “profanações” dos dominadores.

Assim, apesar de o texto não qualificar negativamente o comunismo, nota-se nele a busca por afastar dos religiosos a imagem de comunistas, reafirmando a ação da chamada “Igreja Progressista” como algo “perfeitamente evangélico”. Esse afastamento é reforçado na frase final do trecho destacado, onde se lê que o “adversário do marxismo” é o “Cristianismo”.⁸⁶ Ou seja, como fez Frei Bernardino nos escritos analisados na fase anterior, a publicação reproduzida por *A Semana* deixa implícita a imagem negativa em relação aos comunistas, bem como a incompatibilidade entre Igreja e comunismo, afinal, normalmente aquilo que é negado e afastado só é por ser malvisto ou por não ser aceito.

De toda forma, cabe mencionar que a frase final de dom Adriano não cita “inimigo”, mas sim “adversário”, o que faz diferença porque o termo “adversário” parece comportar melhor a coexistência das formas de pensamento divergentes. Isso impacta na representação do comunismo na medida em que ele deixa de ser um “inimigo” horrendo, que precisa ser combatido/eliminado, para ser imaginado como uma força presente nas disputas de poder, com o qual seria necessário conviver e disputar de forma menos hostil.

⁸⁴ ELE [...], [1977?] *apud* A SEMANA, p. 2, 21 maio 1977.

⁸⁵ *Ibid.*

⁸⁶ *Ibid.*

Entretanto, o texto que apresenta uma ruptura clara com a representação do comunismo que vinha sendo construída até então aparece na terceira página da edição de 21 de agosto de 1982 do jornal *A Semana*. Intitulada “Assim não, PC!”, a coluna é assinada por Maria Cândida Aguiar que a apresenta de forma irônica, firme e até bem-humorada, bem diferente das publicações afrontosas dos primeiros anos do jornal. Nela, a autora conta que uma subcoordenadora do Projeto Cultura e Educação de Divinópolis teria ficado indignada com a utilização da sigla PC, feita em uma edição anterior do jornal, para se referir ao Projeto, pois poderia causar associação com o “Partido Comunista”. A reclamante teria ainda afirmado em telefonema a qualidade da iniciativa, “apartidária” e “não ideológica”, bem como reiterado que as pessoas que nela trabalhavam eram “honestas”. Sobre isso, Aguiar comenta:

Mais curiosa ainda, a pressurosa preocupação em se defender do que foi tomado como acusação de haver no PC elementos comunistas. Bizantina, a preocupação. Comunista não é mais aquele, o bicho papão de criancinhas inocentes. Tem muita gente boa que vê no comunismo a melhor solução para o angustiante e insolvente problema da injustiça social. E daí? Por que tanto cuidado? Ademais todos os coordenadores (generalização que raramente fazemos é consciente), todos os coordenadores do Projeto-Cultura são, como nós, sólidos e pesados burgueses, donde tamanha preocupação com o que “todo mundo pensa”, não se justifica.⁸⁷

Em seguida, a autora ainda reforça o quanto o Projeto Cultura seria positivo, defende a “frágil plantinha” da liberdade de imprensa, deixando subentendido que ela compreendeu tal ligação como uma forma de censura, ofereceu os espaços disponíveis no semanário para que o “desagravo” da subcoordenadora pudesse ser feito publicamente e finalizou ironizando: “Passagem para o PC do D! Olho vivo no PC do D!”⁸⁸.

Analisando a coluna, percebe-se o enraizamento de uma imagem negativa do comunismo, imagem essa que se desenvolveu após décadas de esforços. Prova disso é a subcoordenadora, uma pessoa comum, integrante da população de Divinópolis e leitora do jornal, ter levado a possível associação entre “Projeto Cultura” e “Partido Comunista” como uma ofensa, mostrando o quanto estava internalizada a representação negativa do comunismo, construída por setores da sociedade, pela Igreja e, em certo nível, pelo jornal *A Semana*.

Em segundo lugar, nota-se que a negação em relação ao comunismo, feita no final do trecho, não ocorre porque a associação aos comunistas se mostra como algo ruim, mas sim porque, se fossem “acusados” de comunismo, o próprio perfil burguês “sólido e pesado” que

⁸⁷ AGUIAR, Maria Cândida. Assim não, PC! *A Semana*, Divinópolis, MG, p. 3, 21 ago. 1982.

⁸⁸ *Ibid.*

os membros do Projeto Cultura, e até mesmo a autora da coluna, possuíam, já diria o contrário. Ou seja, ser chamado de comunista não torna ninguém comunista. Além do mais, “comunista não é mais aquele bicho papão...” e “tem muita gente boa que vê no comunismo uma solução...”, qual seria, portanto, o problema de ser chamado de comunista?⁸⁹

Estava lançada, portanto, uma nova imagem do comunismo. Agora ele não é apresentado como um “monstro”, mas como uma maneira, e “a melhor” maneira, aos olhos de alguns, frente às “injustiças sociais” que, nesse caso, parecem ser um problema muito mais grave, “angustiante e insolúvel”. Ademais, se antes o comunismo era defendido apenas por pessoas “malignas”, agora “tem gente boa” que o faz. “E daí?”.⁹⁰

Assim, a representação do comunismo vista nessa coluna do jornal *A Semana* é a que mais proporciona uma imagem dos comunistas como pessoas comuns, em oposição à monstruosidade atribuída a eles anteriormente, além de amenizar ou desprezar o “perigo” que supostamente apresentavam. Apontá-lo como uma possível solução para questões sociais, também é sinal de mudança, afinal, há pouco tempo isso seria inadmissível.

Por isso, é importante comentar: compreende-se do texto de Chartier que as representações e as práticas, conseqüentemente o mundo social, se constroem mutuamente.⁹¹ Se passou a ser aceitável representar o comunismo de forma positiva, é porque houve uma mudança de cenário. Na década de 1980, o Brasil enfrentava uma crise econômica que castigava principalmente os mais pobres. O regime militar findava, encontrando-se em uma abertura “lenta, gradual e segura” desde 1974. Multiplicavam-se as greves e movimentos de oposição. As violências de Estado faziam com que os militares fossem alvos de críticas. Aqueles que eram vistos como responsáveis por afastar o “perigo comunista” se tornaram os “perseguidores”. O PCB não tardaria a entrar em crise, sendo “extinto” em 1992⁹². A União Soviética, tão temida, cairia em 1991. O comunismo não parecia mais tão forte e perigoso como antes. A representação mudou porque os tempos mudaram.

Considerações Finais

⁸⁹ AGUIAR, *op. cit.*, p. 3, 21 ago. 1982.

⁹⁰ *Ibid.*

⁹¹ CHARTIER, *op. cit.*, p. 72.

⁹² PANDOLFI, Dulce Chaves. **Camaradas e Companheiros**: História e Memória do PCB. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

O jornal *A Semana* perdurou por quase sessenta anos, dos quais mais da metade esteve sob responsabilidade dos frades de Divinópolis. Essa resiliência mostra que o semanário conseguiu atender as expectativas dos leitores, que se configuram como grupo de pressão para os periódicos.⁹³ Sendo assim, há uma influência mútua entre público e jornal. A adaptação do *A Semana* ao longo do tempo, passando por diferentes fases, pode ser vista tanto dentro dessa lógica, quanto como reflexo dos contextos nos quais estava inserido. Percebe-se que as transformações na Igreja Católica, que direcionaram a atuação franciscana na cidade, também impactaram na forma como o *A Semana* se apresentava ao público.

Sabendo disso, esse artigo buscou entender como o jornal representava o comunismo, cultura política que tem como característica o anticlericalismo e que, por isso, protagonizou embates com religiosos. Ademais, pretendeu-se perceber possíveis transformações na construção da imagem do comunismo operadas pelo *A Semana* ao longo do tempo, afinal, até mesmo a atuação dos franciscanos, criadores do semanário, classifica-se em fases conforme as mudanças em seus perfis. Mudanças essas que poderiam ter refletido na produção do jornal. Essa hipótese foi confirmada pois verificou-se que a representação feita pelo *A Semana* sobre o comunismo se transformou, principalmente em sua forma. Se nos primeiros anos da presença franciscana essa representação era feita de maneira belicosa e evidente, nas fases posteriores ela foi construída de forma mais amena ou até mesmo subentendida.

As representações perpassam pelo universo do simbólico e no processo de suas construções são mobilizadas estratégias para fazer valer a imagem que se quer projetar. Assim, na primeira fase da presença dos frades em Divinópolis, o uso de adjetivos desfavoráveis para qualificar o comunismo e a comparação deste com experiências extremas, como o nazismo, ajudaram a construir a imagem negativa que o jornal buscava passar. Em uma cidade marcada por diversidade, os “inimigos” da Igreja estavam bem definidos.

Na segunda fase, a escrita se torna acolhedora, refletindo a postura renovada, orientada pelo Concílio Vaticano II. A agressividade das publicações diminui e surge uma oposição “sábia” ao comunismo, que passava um ar de moderação e de confiança em relação à Igreja. Frei Bernardino, porém, coloca em dúvida a existência de número significativo de comunistas

⁹³ CRUZ; PEIXOTO, *op. cit.*, p. 263-264.

em Divinópolis, amenizando a periculosidade atribuída a eles até então e, sutilmente, promovendo alguma modificação na imagem acerca do comunismo.

Na terceira fase, devido a atuação da ala progressista da Igreja em defesa dos direitos humanos e dos menos favorecidos, os próprios religiosos passaram a ser acusados de comunistas. Reforçando a ideia de que ser atrelado ao comunismo seria algo ruim e, portanto, reiterando a imagem negativa construída até então, o *A Semana* reproduz um texto em que religiosos negam tais acusações e passam a afirmar que suas ações são “evangélicas”. Mas, ainda nessa fase, outro escrito rompe com a forma e com o conteúdo da representação do comunismo construída pelo jornal, trazendo uma linguagem irônica e bem-humorada e utilizando adjetivos positivos para tratar do tema. Ademais, abre a possibilidade de o comunismo ser um caminho para combater problemas mais graves, como as injustiças sociais. Rechaça, ainda, o entendimento de que os comunistas seriam “monstros”, “perversos”.

Portanto, a representação do comunismo promovida pelo jornal foi predominantemente negativa, mas se transformou, mesmo que minimamente, seja na forma ou no conteúdo. As próprias mudanças de contexto histórico e de atuação da Igreja Católica impactaram nessa imagem. Percebe-se, assim, a complexidade das relações sociais e de poder que influenciam as representações, o que se torna ainda mais profundo diante da constatação de Motta quando diz que enquanto “os inimigos disseminavam representações terríveis sobre os comunistas, (...) a presença do comunismo no cenário público era constantemente reafirmada por tais discurso (...) criando mitos sobre a força e efetividade revolucionária.”⁹⁴.

Referências

Fontes

Centro de Memória Prof^a Batistina Corgozinho (CEMUD) – Acervo digital do site Emredes

AGUIAR, Maria Cândida. Assim não, PC! *A Semana*, Divinópolis, MG, ano XL, n.33, página 3, 21 ago. 1982.

ANTUNES, Geraldo. Que quer essa gente?... *A Semana*, Divinópolis, MG, ano III, n. 104, página 2, 08 ago. 1948.

⁹⁴ MOTTA, *op. cit.*, p. 29.

ATITUDE DE A SEMANA. **A Semana**, Divinópolis, MG, ano XXI, n. 13, capa, 05 abr. 1964.

A SEMANA, Divinópolis, MG, ano XXXV, n. 20, página 2, 21 maio 1977.

FREI BERNARDINO. Reforma Agrária. **A Semana**, Divinópolis, MG, ano XVIII, n. 41, capa, 15 out. 1961.

_____. Acorde, Operário. **A Semana**, Divinópolis, MG, ano XXI, n. 34, capa, 30 ago. 1964.
RAF (Frei Rafael). A Finalidade de um Jornal. **A Semana**, Divinópolis, MG, ano I, n. 1, capa, 04 ago. 1946.

_____. Os dois que ficaram: Pio XII – Stalin. **A Semana**, Divinópolis, MG, ano II, n. 59, capa, 21 set. 1947.

_____. Táticas russa de despistamento... **A Semana**, Divinópolis, MG, ano II, n. 60, capa, 28 set. 1947.

VALÊNCIA. “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”. **A Semana**, Divinópolis, MG, ano XXI, n. 21, página 2, 31 maio 1964.

Bibliografia

ALMEIDA, Luciane Silva de. **“O comunismo é o ópio do povo”**: Representações dos batistas sobre o comunismo, o ecumenismo e o governo militar na Bahia. Dissertação (Mestrado em História Social) – Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2011.

ALMEIDA, Luciane Silva de. “O Comunismo é o Ópio do Povo”: Representações dos Batistas sobre o Comunismo, o Ecumenismo e o Governo Militar na Bahia. **Anais dos Simpósios da ABHR**, [S. l.], v. 13, 2012.

_____. **“Missionários do inferno”**: representações anticomunistas dos batistas no Brasil (1917-1970). Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências e Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

AZEVEDO, Flávia Lemos Mota de; PIRES, Joao Ricardo Ferreira ; PEREIRA, Wiliam Santos; FIGUEIREDO, Victor Santos; SILVA, Ariana Dayana Coimbra. Imprensa e História: Jornal A Semana e a História Social de Divinópolis - 1943 - 1965. In: AZEVEDO, Flávia Lemos Mota de; SOARES, Izaac Erder Silva; PIRES, João Ricardo Ferreira; FERREIRA, José Heleno; ARRUDA, Lúcia Maria Silva (org.). **História e Memória do Centro-Oeste mineiro**: perspectivas – Memória, Literatura e Educação. Belo Horizonte: O Lutador, 2016. p. 190-201.

BATISTA, Márcia Helena. **A Restauração Católica no cotidiano da cidade**: Círculo Operário, Imprensa e Obras Sociais em Divinópolis entre os anos 30 e 50. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

BETT, Ianko. **A (re)invenção do comunismo**: discurso anticomunista católico nas grandes imprensas brasileira e argentina no contexto dos golpes militares de 1964 e 1966. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo (RS), 2010.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A imprensa na história do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: _____. **A beira da falésia**: a História entre incertezas e inquietudes. Porto Alegre: Editora Universidade/ UFRGS, 2002. p. 61-80.

CORGOZINHO, Batistina Maria de Sousa; PIRES, João Ricardo Ferreira; CATÃO, Leandro Pena. Jornais editados em Divinópolis durante a primeira metade do século XX. In: _____. **Divinópolis**: história e memória – vol. 2: Política e Sociedade. Belo Horizonte: Crisálida, 2015, p. 267-318.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves; PASSOS, Mauro. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **Brasil Republicano – O tempo da ditadura**: regimes militar e movimentos sociais em fins do século XX. Livro 4. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 93-132.

FERREIRA, Mauro Eustáquio. Divinópolis, muitas histórias desde as suas origens. In: PEREIRA, Leonardo Lucas; LUNKES, Sheila Almeida Nery; FERREIRA, Mauro Eustáquio (org.). **Franciscanos na terra do divino**: presença, palavras e ações. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2021. p.23-32.

GOMES, Nilton. A História da Maçonaria em Divinópolis. In: CORGOZINHO, Batistina Maria de Sousa; PIRES, João Ricardo Ferreira; CATÃO, Leandro Pena (Orgs). **Divinópolis**: história e memória – vol. 2: Política e Sociedade. Belo Horizonte: Crisálida, 2015, p. 539-548.

GONTIJO, Pedro X. **História de Divinópolis**. 2 ed. Divinópolis (MG): Sidil, 1995.

LÖWY, Michael. As esquerdas na ditadura militar: o cristianismo de libertação. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs). **Revolução e democracia (1964...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 304-320.

LÖWY, Michael. **O que é cristianismo da libertação**: religião e política na América Latina. 2 ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2016.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PÍNSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 111- 153.

MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A cultura política comunista: alguns apontamentos. In: NAPOLITANO, Marcos; CZAJKA, Rodrigo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.) **Comunistas brasileiros**: cultura política e produção cultural. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013. (Humanitas). p. 17-37.

NAPOLITANO, Marcos; CZAJKA, Rodrigo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Apresentação. In: _____. (org.) **Comunistas brasileiros**: cultura política e produção cultural. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013. (Humanitas). p. 9-13.

NOGUEIRA, Maristel Pereira. **O anticomunismo nos jornais**: correio do povo, diário de notícias e última hora, uma perspectiva de análise. Tese (Doutorado em História das Sociedades Ibéricas e Americanas) – Faculdade de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

PALAMARTCHUK, Ana Paula. **Os novos bárbaros: escritores e comunismo no Brasil (1928-1948)**. Tese de Doutorado. Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. Campinas (SP): 2003.

PANDOLFI, Dulce Chaves. **Camaradas e Companheiros: História e Memória do PCB**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

PEREIRA, Leonardo Lucas; DUARTE, Erivelta Diniz; OLIVEIRA, Anderson Cardoso de. Sinos e sirenes se beijaram - ideologias de franciscanos em Divinópolis nos jornais Santuário Santo Antônio, Sino e a Semana (1924-1984). In: CATÃO, Leandro Pena. PIRES, João Ricardo Ferreira. CORGOZINHO, Batistina de Sousa (org.). **Divinópolis: História e Memória - volume 1: Origens e Religião**. Belo Horizonte: Crisálida, 2015. p. 397-454.

PEREIRA, Leonardo Lucas. Introdução. In: PEREIRA, Leonardo Lucas; LUNKES, Sheila Almeida Nery; FERREIRA, Mauro Eustáquio (Orgs.). **Franciscanos na terra do divino**: presença, palavras e ações. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2021. p. 13-18.

SAMPAIO, Matheus da Silva; ILIESCU, Diana. De folheto litúrgico a ocupação cultural – práticas de resistência contra autoritarismos. **Mosaico**, v.11, n. 17, p. 86-104, 2019.

SANTOS, Maria Cecília Guimarães. **Patrimônio cultural de Divinópolis**. Divinópolis (MG): Grupo Capela, 2015.

SILVEIRA, Marco Antonio; MAIA, Marta Regina; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; SILVA, Camilla Cristina (org.). **Histórias de repressão e luta na UFOP, Ouro Preto e região**. Ouro Preto: Editora UFOP, 2018.

SOUZA, Renato João de. Repercussões do golpe Civil Militar de 1964 em Divinópolis. *In*: CORGOZINHO, Batistina Maria de Sousa; PIRES, João Ricardo Ferreira; CATÃO, Leandro Pena (Orgs). **Divinópolis: história e memória** – vol. 2: Política e Sociedade. Belo Horizonte: Crisálida, 2015, p. 115-316.

VEIGA, Larissa Virgínia. **Ditadura civil-militar em Divinópolis, Minas Gerais**: memórias, trajetórias e resistências. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de São João del Rei, São Joao del Rei (MG), 2022.

“O QUE PREOCUPA”: DEBATES SOBRE CRIANÇAS E JOVENS QUE ASSISTIAM À TV (1972 – 1988)

“WHAT WORRIES”: DEBATES ABOUT CHILDREN AND YOUNG PEOPLE WHO WATCH TV (1972 – 1988)

VALESCA GOMES RIOS

Resumo: A televisão começou a fazer parte do cotidiano da população brasileira, sobretudo da classe média, a partir de 1970. Esse contato fez com que vários questionamentos surgissem acerca das consequências que isso poderia trazer à sociedade, em especial para crianças e jovens, vistos como mais vulneráveis. Este artigo tem por objetivo apontar algumas das preocupações em torno do público infanto-juvenil que assistia à TV, entre 1972 e 1988. Esse debate se formou na academia, em periódicos e mesmo na Censura Federal sobre o assunto. O período em questão compreende boa parte da ditadura militar, sendo a discussão acerca da TV de grande interesse do regime, entre outros motivos, por gerar a expectativa de alcançar a Integração Nacional, defendida pela Escola Superior de Guerra (ESG). Durante esse recorte temporal, também houve um crescimento dos grandes centros urbanos e do acesso a bens de consumo em grande parte pelo aparato material dado pela ditadura. Nesse momento, buscou-se modos modernos para discutir a sociedade e suas transformações, ganhando força, principalmente, o discurso especializado da psicologia e da psicanálise, apropriado desde jornais e revistas até legislações censórias da época.

Palavra-chave: Ditadura Militar; Televisão; Infância e Juventude.

Abstract: Television began to be part of the daily life of the Brazilian population, especially the middle class, from 1970's. This contact caused several questions to arise about the consequences that this could bring to society, principally to children and young people, seen as more vulnerable. This article aims to highlight some of the concerns surrounding children and young people who watch TV, between 1972 and 1988. This debate took place in academia, in newspapers and even in the Federal Censorship on the subject. The period in question comprises a large part of the military dictatorship, with the discussion about TV being of great interest to the regime, among other reasons, for generating the expectation of achieving National Integration, defended by the Higher School of War (ESG). Over the delimited time cutting, large urban centers grew and access to consumer goods was facilitated by the dictatorship's developmental policies. At that time, a search was made for modern ways of discussing society and its transformations, thus gaining strength, mainly the specialized discourse of psychology and psychoanalysis, appropriated from newspapers and magazines to censorship legislation of the time.

¹ Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará (UFC) e professora da rede pública da Secretaria de Educação do Estado do Ceará. (E-mail: valescagomesjg@gmail.com)

Keyword: Military Dictatorship; Television; Childhood and Youth.

Introdução

Com a popularização da televisão no Brasil, principalmente a partir de 1970², o contato com esse eletrônico passou a ser uma questão para aqueles que tentavam entender as mudanças sociais que o aparelho poderia causar. Psicólogos, médicos, políticos, burocratas, cronistas, críticos de cinema e televisivos, diretores de televisão entre tantos outros letrados, bem como o regime militar, por meio dos censores e da Escola Superior de Guerra, vislumbraram muitas possibilidades de influência da TV. Entretanto, alguns grupos eram vistos como mais vulneráveis à ação das imagens em movimento com sons, entre eles, as crianças e os jovens.

Assim, destacavam-se as preocupações quanto às consequências para o desenvolvimento físico e moral daqueles que estavam no início da vida, além das projeções de futuro da nação diante daquelas novas gerações que se formavam. Nesse artigo, buscamos apontar alguns dos interessados no debate acerca do que seria adequado às crianças e aos jovens assistirem na TV, entre 1972 e 1988, e suas perspectivas sobre o impacto que a televisão causaria não só aos mais jovens quanto à sociedade.

As mudanças nas tecnologias, na rotina, na urbanização e nas relações sociais, pelas quais passava a sociedade brasileira, principalmente a classe média³, entre as décadas 1960 e

² O advento da TV se deu nos anos 1950 e ainda nessa década foi incluída na legislação censória brasileira, mas só foi uma realidade material, como veremos, a partir da década de 1970. Apesar da classe média ser aquela que teve maior acesso ao aparelho no período, é de “se se considerar práticas como a do ‘televisinho’ e das ‘telepraças’ (estas a partir da década de 1970), ver televisão era uma prática comunitária para uma grande quantidade de telespectadores, se não para a maioria, entre as décadas de 1960 e 1980”. Cf. VIEIRA, Rafael F. **Quando a babá eletrônica encontrou a integração nacional:** ou uma história da censura televisiva durante a ditadura militar (1964 – 1988). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016, p. 107.

³ Na atualidade, “classe média” é principalmente associada a pessoas que ocupam cargos públicos, profissionais liberais, trabalhadores burocráticos e outras profissões, no entanto é um termo problemático. Johnson acredita que existem muitos motivos para isso, mas pontua dois deles no Dicionário de Sociologia. Primeiro, a difícil separação em relação à classe operária. A classe média não desempenha trabalhos braçais, mas também não faz parte da elite – intelectual ou financeira. Um segundo ponto é o uso conflituoso do termo “média” como intermédio entre a classe operária e a classe dominante, em relação à renda. A classe média possui uma grande variação na renda, mas, em geral, está muito mais próximo da classe operária. “Poderíamos argumentar que a classe média fica a meio caminho entre a classe operária e a alta em termos de prestígio ocupacional, mas, no que interessa a grandes segmentos da classe alta, o prestígio ocupacional é irrelevante porque não é através de suas características que seus membros atingem ou mantêm sua posição de classe.”. Cf. JOHNSON, Allan G.

1980, especialmente nos grandes centros urbanos, desterritorializavam as experiências. Durante esse processo, as pessoas teriam se dado conta das transformações que também atingiam as subjetividades e que tais alterações as ultrapassariam.⁴ Entender a si e à sociedade que se construía naquele momento passou a ser um desejo que deixou o terreno fértil para a emergência do discurso “psi”.

Desse modo, os diversos questionamentos que surgiram sobre TV e infância, tiveram viés psicológico e psicanalítico: como a criança e jovens eram criados, o que eles assistiam, quais atividades teriam sido substituídas pela “babá eletrônica” – como o aparelho era muitas vezes chamado – etc. Tanto no Brasil quanto em outros países, houve estranhamentos em relação à televisão, não só quanto à sua difusão, mas também em relação ao que seria transmitido. Entretanto, o período de crescimento da televisão foi também o momento em que estava em curso a ditadura militar⁵ no país.

O desenvolvimento tecnológico entrava em consonância com a ideia de modernização dos meios de comunicação e com o projeto de integração nacional, ou seja, a manutenção do território e a união da nação por meio de valores comuns. Programações que teriam a “cara do Brasil” facilitariam esse objetivo de construção de identidade nacional que já não era uma novidade na história republicana, sendo, por exemplo, também almejado por Juscelino Kubitschek, com a construção de Brasília.

Este trabalho de caráter documental, fragmento da nossa dissertação de mestrado, teve seus primeiros passos a partir da inquietação que surgiu após encontrar um ofício da revista *Revista Filme Cultura*⁶, de 1972, convidando o Diretor da Divisão de Censura de Diversões

Dicionário de sociologia: guia prático da linguagem sociológica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997, p. 51. Mesmo diante dessa dificuldade de definição, é possível perceber uma tentativa da classe média de se aproximar das camadas mais altas e dominantes da sociedade, por meio da diferenciação das classes mais baixas, seja por meio de apoio político à elite conservadora, seja por meio da posse de bens de consumo considerados modernos para o período.

⁴ BORGES, Dulcina Tereza Bonati. **A cultura “psi” das revistas femininas:** gênero, subjetividade e psicologização (1970-90). Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

⁵ Ditadura Militar ou Ditadura Civil Militar são conceitos ainda em construção diante das novas fontes e das contribuições constantes da historiografia. De fato, o apoio popular aos governos do período entre 1964 e 1985 foi de fundamental importância desde o golpe. No entanto, adota-se neste trabalho a perspectiva de uma Ditadura Militar, considerando que “[...] o regime subsequente [ao golpe] foi eminentemente militar e muitos civis proeminentes que deram o golpe foram logo afastados pelos militares justamente porque punham risco ao seu mando”. Cf. FICO, Carlos. **O golpe de 64:** momentos decisivos. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014. p. 9.

⁶ *Filme Cultura* foi uma revista brasileira vinculada ao Instituto Nacional de Cinema que se debruçou sobre o universo do cinema internacional e, especialmente, nacional. Criada em 1966, o periódico teve 63 edições. O

Públicas (DCDP) a responder algumas questões que fariam parte de uma Enquete, publicada em uma edição voltada a discutir o cinema com classificação livre.⁷ O ofício faz parte da série Correspondências Oficiais, do fundo DCDP. Nesse documento, além do então diretor, Rogério Nunes, alguns censores responderam às perguntas com tom de crítica, pois algumas questões criticavam as decisões da censura, como por exemplo, quanto a *Tom & Jerry*, desenho animado transmitido na televisão. A revista trouxe à superfície a televisão como um problema, apresentando entre suas perguntas, temas mais amplos. Foi o caso da questão de número cinco, em que se questionou sobre se “evitar [...] violência, registradas através dos meios de comunicação de massa” seria algo “desejável” para crianças e adolescentes.⁸

Para entender os grupos interessados em definir o adequado à “sensibilidade” da criança e dos jovens, utilizamos como fonte as Normas para Classificação de Espetáculos para Menores – disponível no livre de compilado de lei e decretos intitulado *Censura Federal* – utilizadas pela censura, bem como o livro *Censura & liberdade de expressão*, de Coriolano Loyola Cabral Fagundes, censor e professor da Academia Nacional de Polícia. Apesar de considerarmos que o cotidiano censório dava ao censor a possibilidade de usar as normas a partir da sua interpretação, a proposta deste artigo é entender quais as questões basilares que o censor, pela normativa, deveria se preocupar, compreendendo a Censura dentro desse processo de modernização e burocratização que, muitas vezes, tentava justificar sua ação com argumentos mais teóricos. O livro de Fagundes foi pensado como um material consultivo e, sendo assim, nos foi cara a interpretação de uma percepção de um censor sobre a infância e juventude.

A preocupação com os mais novos também estava nas páginas de jornais como *O Estado de São Paulo* e *Jornal do Brasil*. Para analisar os periódicos como fonte, além do conteúdo das matérias e dos argumentos utilizados, interessou-nos observar qual o título da matéria, quem eram os colunistas, qual o destaque dado dentro da revista ou jornal, bem como na página em que se encontrava, além de problematizar a frequência com que o tema foi

número 48 foi lançado em 1988 e, em 2007, a publicação foi retomada. Por conta da sua temática muito voltada para as pessoas que estão envolvidas, profissionalmente de um modo geral, com o meio cinematográfico, é provável que sua circulação tenha se dado principalmente na região Sudeste do país, em especial São Paulo e Rio de Janeiro.

⁷ OFÍCIO INC-PB 3229/72, Carlos Amaral Fonseca, 22/09/1972, f. 169-171. BR AN, BSB NS. ORI.NOR.3.

⁸ REVISTA FILME CULTURA. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Cinema, v. 22, 1972, p. 27..

tratado. O debate acerca do que a criança e o jovem deveriam ver na TV era recorrente, não só nesses como em outros periódicos, apresentando-se diversos depoimentos contra e a favor da televisão.

Por fim, compreendendo a Escola Superior de Guerra como um dos alicerces intelectuais do regime⁹, nos foi cara a leitura do Manual Básico, não apenas pelos seus conceitos acerca da sociedade brasileira, mas pelas indicações de bibliografia. Na listagem, saltou aos olhos o livro de Samuel Pfromm Netto, psicólogo, professor da Universidade de São Paulo e que pesquisava sobre a comunicação social. Indo ao Instituto de Psicologia da USP, em pesquisa por meio de palavras-chave, encontramos alguns trabalhos de pós-graduação na área sobre TV e infância. Assim, fez-se necessário entender o espaço que a psicologia tinha no Brasil, não só em seu sentido clínico, mas também acadêmico.

Crianças e jovens que veem TV: sujeitos de um tempo moderno

Em 1972, Lurdes Ferreira Coutinho defendia sua tese de doutorado intitulada *ADOLESCENTES E TELEVISÃO: Estudo junto a adolescentes ginásianos na cidade de Londrina* no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP), uma das primeiras pós-graduação do país nessa área, tendo como orientador Samuel Pfromm Netto¹⁰. No primeiro capítulo, “A televisão e a sua influência como objeto de investigação científica”, o texto foi iniciado com uma epígrafe de Platão, em que o filósofo grego questionou se “consentiremos descuidadamente que as crianças ouçam toda a sorte de histórias casuais engendradas por quaisquer pessoas casuais, e recebam em suas mentes ideias as mais das

⁹ Cf. ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964 – 1984)**. Petrópolis: Vozes, 1987.

¹⁰ Entre os profissionais que se dedicavam a psiquê, Samuel Pfromm Netto era um intelectual que, frequentemente, aparecia em diferentes círculos, para tecer considerações sobre a “comunicação de massa” pelo olhar da psicologia. Sendo essa a sua área de produção acadêmica, os livros de Samuel Pfromm Netto – professor do curso de psicologia da Universidade de São Paulo – eram indicados no Manual Básico da Escola Superior de Guerra e o autor proferiu uma palestra na mesma instituição, em 1976 – o que rendeu um capítulo no livro *Tecnologias da educação e comunicação de massa*. O mesmo professor ainda foi convidado a participar de outros espaços pensando a criança, a modernização e a televisão, inclusive periódicos, como o jornal *O Estado de São Paulo*.

vezes totalmente contrárias as que desejamos que tenham quando adultos?”¹¹. A citação foi debatida em seguida:

A indagação que Platão fazia há vinte e quatro mil [sic] anos é mais atual do que nunca, nos dias que correm. Depoimentos, opiniões e pareceres de psicólogos, sociólogos e especialistas nas demais ciências humanas têm sido frequentemente solicitados por pessoas, grupos, organismos governamentais e instituições que repetem hoje, em outras palavras, a pergunta do filósofo grego. Quais são os efeitos da comunicação de massa na vida das crianças e dos jovens? É possível imunizar a criança, com uma educação e um ambiente sadios no lar, contra os efeitos possivelmente perniciosos da comunicação de massa? Existe uma variação significativa nos efeitos, em função das características individuais das crianças ou dos diferentes meios em que vivem? Quais são as repercussões da exposição precoce do ser humano, no desenvolvimento de sua consciência moral, a situação, conflitos e problemas de adultos como, por exemplo, os que caracterizam as telenovelas? A introdução da comunicação de massa na vida de crianças em tenra idade está produzindo um amadurecimento precoce nessas crianças? Até que ponto a aprendizagem escolar e a atitude da criança frente à escola e aos professores estão sendo afetados pela exposição diária ao material de comunicação de massa?¹²

O trecho acima trouxe questões norteadoras para o trabalho de Coutinho, no entanto, apesar de a introdução ter sido feita por meio de perguntas, todas elas abordam a “comunicação de massa” de modo negativo, como um mal que pode assolar crianças e que, por esse motivo, deveriam ser “imunizadas” por meio da ação familiar. Aprendizagem, desenvolvimento da personalidade e amadurecimento foram alguns dos aspectos diretamente apontados, apenas nesse fragmento. Assim, a pesquisadora evidenciou que a televisão poderia atingir diferentes características de crianças e jovens, causando impacto (negativo) para o resto de suas vidas.

A autora comentou que, entre tantos meios de comunicação de massa, a TV seria o alvo de sua pesquisa e tentou, ao longo do texto, levantar a possibilidade de haver benefícios no contato com a televisão. No entanto, essa tentativa de neutralidade não se sustentou se levarmos em consideração as perguntas feitas acima, indicando tendenciosamente como seriam as relações das crianças com a televisão e quais seriam as intervenções possíveis de serem feitas pelos adultos. Nessa perspectiva, Coutinho apoiou-se teoricamente em Schramm que afirmou:

¹¹ PLATÃO *apud* COUTINHO, L. D. **Adolescentes e Televisão**: Estudo junto a adolescentes ginásianos na cidade de Londrina. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972, p. 1:1.

¹² *Ibid.*

Nenhuma pessoa bem informada pode dizer simplesmente que a televisão é boa ou má para as crianças.

Para algumas crianças, sob algumas condições, alguma televisão é prejudicial. Para outras crianças, sob as mesmas condições, ou para as mesmas sob outras condições, poderá ser benéfica. Para a maioria das crianças, sob a maioria das condições, provavelmente, a maioria da televisão não é particularmente benéfica¹³

A então recém-doutora compreendeu a postura do autor como cautelosa, mas necessária diante da complexidade da “natureza do problema em tela”¹⁴. A “cautela”, no entanto, relacionava-se também ao medo da televisão e de seus efeitos (que aparentavam para Schramm ser mais negativos do que positivos) sobre as crianças.

A tese de 1972 levantava uma preocupação em relação à TV que, apesar de ainda não estar na casa de todos os brasileiros, tornou-se uma realidade mais presente no Brasil a partir daquela década com a colaboração e interesse do Estado ditatorial. Assim, a indústria televisiva integrou o mercado nacional e alcançou novos consumidores. Desse modo, a televisão deixou de ter uma programação local para ter lideranças de grupos empresariais que distribuíam conteúdo para todo o Brasil e, para isso, foi necessária uma série de inovações tecnológicas que desse suporte a esse tipo de transmissão. Os números acerca da televisão aumentaram, atingindo 56% da população em 1970 e 73%, em 1982.¹⁵

Ao longo da Ditadura Militar, em especial a partir do início dos anos 1970, não só a TV passou a ter números mais expressivos na sociedade brasileira, mas também ocorreu “[...] uma mudança significativa [no mercado cultural], surgindo uma nova classe média consumidora, cada vez mais escolarizada [...]”¹⁶. O historiador Marcos Napolitano aponta o “crescimento do mercado de bens simbólicos e culturais” com expressivo crescimento da produção de livros (43,6 milhões de unidades em 1966, 191,7 milhões, em 1974, e chegando a 245,4 milhões em 1980), de revistas (com 100 milhões de unidades em 1960, 193 milhões, em 1970, e 500 milhões em 1985) e de longas-metragens (tendo uma média anual de 30 filmes por ano, em 1966, subindo para 50 filmes anualmente entre os anos de 1967 e 1963, chegando a 103 filmes por ano, em 1980), por exemplo.¹⁷

¹³ SCHRAMM, 1961, *apud*. COUTINHO, *op. cit.*, p. 1:5.

¹⁴ *Ibid.*

¹⁵ ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira**: Cultura Brasileira e Indústria Cultural. São Paulo: Brasiliense, 2001, p. 128-130.

¹⁶ NAPOLITANO, Marcos. **Coração civil**: a vida cultural brasileira sob o regime militar (1964 – 1985) – ensaio histórico. São Paulo: Intermeios, 2017, p. 202.

¹⁷ *Ibidem*, p. 203.

Ao estudar as novelas e o sucesso que esse produto teve em mídias como o LP, o historiador Thiago de Sales Silva aponta que esse alcance passou pela necessidade de uma estrutura material que foi possível porque convergia com os interesses da ditadura.¹⁸ Sendo assim, foram criados aparatos para as comunicações, como a fundação da Empresa Brasileira de Telecomunicações (EMBRATEL), em 1965, além de outras instituições que surgiam no período, ligadas diretamente à cultura, como é o caso da Empresa Brasileira de Filmes (EMBRAFILME), em 1969, e a Fundação Nacional de Arte (FUNARTE), em 1975.

Esses estímulos relacionavam-se com o projeto de integração nacional que a ditadura tentou executar, de modo a conectar os mais distantes pontos do país em torno de uma indústria cultural. Essa promoção do setor se dava pela visão “esperançosa” de que os meios de comunicação poderiam ser utilizados em favor do governo, em especial, para alcançar este objetivo nacional, apontado pela Doutrina de Segurança Nacional (DSN), defendido pela Escola Superior de Guerra (ESG)¹⁹.

Para a ESG, a integração nacional, assim como as ideias de integridade territorial, democracia, progresso, paz social e soberania eram objetivos nacionais²⁰. A ESG apresentou em seu principal material doutrinário, o *Manual Básico*, o entendimento de que os objetivos nacionais mudam ao longo do tempo, dependendo da “evolução da história”. Os objetivos nacionais apresentados acima foram apontados como permanentes, pois, segundo o material doutrinário, isso se construiria “com base na evolução da história, [que] ressaltam em importância e que, por isto, são adotados didaticamente, pela Escola Superior de Guerra”²¹. Assim, a integração nacional foi caracterizada como o objetivo que almejava:

¹⁸ SILVA, Thiago de Sales. “**Espetáculo inconveniente para qualquer horário**”: a censura e a recepção das telenovelas na ditadura militar brasileira (1970-1980). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

¹⁹ A ESG surgiu em meio a Guerra Fria e foi o principal centro de elaboração e disseminação de um pensamento acerca da segurança nacional e das formas de combater ameaças a esse projeto. A instituição carregava características próprias da época de sua criação, como a defesa da nação contra o comunismo e outras adversidades que colocassem o país em instabilidade. Desse modo, em seu material doutrinário, o *Manual Básico*, apresentavam-se vários estudos que tinham por objetivo entender a sociedade brasileira e desenvolver estratégias de defesa ao inimigo interno: o comunismo. Cercando o assunto, o *Manual Básico* analisava o Brasil por meio quatro estratégias: política, econômica, militar e psicossocial. Os concludentes eram tanto militares como civis e desenvolviam trabalhos de conclusão dos cursos, pensando a sociedade na perspectiva da defesa nacional e da segurança nacional. Cf. ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964 – 1984)**. Petrópolis: Vozes, 1987.

²⁰ BRASIL, Escola Superior de Guerra. **Manual Básico**. Rio de Janeiro, 1975, p. 50-55.

²¹ *Ibid.*, p. 50.

Consolidar a inteireza da comunidade nacional (língua, ascensão moral, miscigenação e supressão de desníveis sociais e regionais) mediante crescente espírito de solidariedade entre seus membros, sem preconceitos de qualquer natureza, com sua participação consciente e ativa no esforço comum para preservar os valores que caracterizam a personalidade cultural brasileira tradicionalmente cristã²².

Nesta perspectiva, unir o país não seria um processo apenas de abrir estradas, facilitando o acesso físico, mas de estabelecer uma cultura comum, com valores cristãos. Para isso, as condições materiais de fomento à difusão de editorial, de cinema, de rádio e de TV caminhavam juntas com um esforço por falar sobre os brasileiros para todo o país.²³ Para além do *Manual Básico*, temas que pensavam a sociedade também eram debatidos em palestras para os cursos ofertados pela ESG. Entre os palestrantes, muitos eram professores universitários, como Samuel Pfromm Netto que tentou compreender o momento e agir adequadamente:

O que singulariza a CM [comunicação de massa] é efetivamente o fato de permitir que a mesma mensagem, ou cópias exatamente iguais da mesma mensagem atinja(m) instantaneamente, ou dentro de curto lapso de tempo, um público gigantesco, distribuído no mais amplo espaço geográfico.²⁴

O psicólogo apontou a importância estratégica que os meios como a TV tinham, difundindo mensagens, rapidamente, para um amplo público. A Escola Superior de Guerra se colocou como *locus* intelectual da ditadura, seus integrantes pensaram sobre a sociedade e produziram trabalhos que articularam seus conceitos com o momento histórico vivido. As conferências, como a que originou o texto de Pfromm Netto, eram feitas por pessoas especializadas no tema e eram convidadas pela própria instituição.²⁵

A importância e o interesse pela psicologia se transformaram ao longo do tempo, tendo na década de 1970, no Brasil, um terreno fértil para sua disseminação, não apenas pela

²² *Ibid.*, p. 55.

²³ É preciso considerar que a transmissão para todo o Brasil não se concretizou no período do regime ditatorial, se considerarmos os dados de distribuição de energia elétrica da época, por exemplo.

²⁴ PFROMM NETTO, Samuel. **Tecnologia da educação e comunicação de massa**. São Paulo: Pioneiras, 1976, p. 124. Segundo o autor, o capítulo “Que é comunicação de massa?”, de onde foi tirado o excerto, foi também conferências proferidas na ESG e no Conselho Técnico de Economia, Sociologia e Política da Federação do Comércio do Estado de São Paulo.

²⁵ DUARTE, Ana Rita Fonteles. Televisão, família e mudança: o debate sobre um tempo de imagem na revista *Pais e Filho*. In: LUCAS, M. R. L.; RAMOS, F. R. L.; BRAUNA, J. D.. **A censura e outros limites**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2020, p. 20-21.

sua disputa acadêmica para se afirmar enquanto ciência autônoma²⁶, mas também por espaço autorizado para a análise da subjetividade e dos problemas que afligiam homens e mulheres “modernos”. Segundo Sérvulo Figueira, a psicanálise (e, diante das nossas fontes, entendemos que o discurso psicológico, em geral) ganhou força a partir de 1970 como um ideal modernizador, como aquela área responsável por identificar, mas também interpretar.

É óbvio que todo ideal modernizador tem um discurso *interpretativo* que ataca e desfaz um determinado conjunto de posições e preconceitos tidos como arcaicos. A diferença é que os analistas aparecem como aqueles que são especialistas neste tipo de desconstrução *onde quer que ele se torne necessária*.²⁷

Desse modo, compreendemos que o crescimento do número de cursos, de profissionais e de demandas – o que não se refere apenas ao atendimento, mas também à expressão pública do psicólogo sobre os mais diversos assuntos – deu-se em um momento em que a sociedade pretendia ser moderna com o fortalecimento de um discurso acadêmico especializado, mesmo que as conclusões de tais análises alimentassem o conservadorismo do período.

Sérvulo Figueira²⁸ aponta como o uso da psicanálise (e aqui também entendemos a psicologia no mesmo movimento) estava associado a um “ideal modernizador”. A sociedade brasileira que se modernizava, principalmente se considerarmos os bens de consumo,²⁹; também começava a valorizar o psicólogo como fala autorizada para tratar dos mais diferentes assuntos, como as consequências da criança que assistia à TV. Para Cecília Coimbra³⁰, as décadas de 1960 e 1970 foram marcadas por um “boom psi”, entre outros motivos, pela “crise da família”, em que os mais diversos temas deveriam ter um especialista, o psicólogo: criação dos filhos, sexo, virgindade, desquite e divórcio etc.

Dulcina Tereza Bonati Borges afirma que “[...] a popularização dos conceitos das psicologias e da psicanálise acompanha o mesmo contexto de renovação de práticas e

²⁶ A psicologia já existia no Brasil diluída em disciplinas de diversos cursos acadêmicos. Só em 27 de agosto de 1962, com a lei número 4.119, iniciou-se a normatização dos cursos de psicologia e regulamentou-se a profissão de psicólogo. Em 19 de dezembro do mesmo ano, o Conselho Federal de Educação fez o parecer de número 403 para regulamentar os cursos que começariam a surgir a partir de então.

²⁷ FIGUEIRA, Sérvulo. O “moderno” e o “arcaico” na família brasileira: notas sobre a dimensão invisível da mudança social. In: FIGUEIRA, Sérvulo. **Uma nova família?** O moderno e o arcaico na família de classe média brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1987, 18.

²⁸ *Ibid.*

²⁹ ORTIZ, *op. cit.*

³⁰ COIMBRA, C. M. B.. **Guardiões da Ordem:** Uma viagem pelas práticas psi no Brasil do Milagre. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1995.

discursos, denominados por psicologização e apresenta como sistema organizador de condutas, investido da autoridade conferida a ciência”³¹. A expansão da psicanálise e da psicologia não estavam restritos ao divã e a autora aponta em seu trabalho como os meios de comunicação – e, em seu caso, as revistas femininas – estavam envolvidas nessa penetração da abordagem psicologizante sobre inúmeros assuntos. O discurso “psi” se tornava um ponto de apoio para pensar e falar sobre a criança e seu contato com a TV e as implicações disso – no desenvolvimento físico e mental, no acesso a determinados conteúdos e nas consequências da política nacional.

Em 24 de novembro de 1974, o ministro da comunicação, Euclides Quandt de Oliveira, manifestou-se no jornal *O Estado de São Paulo* em uma entrevista que foi intitulada “TV será forçada a mudar a programação”:

O que preocupa: a televisão pode mudar substancialmente o homem, embora Quandt reconheça que o assunto é contraditório. Se as crianças pertencem a um grupo social de melhores condições culturais e econômicas, a influência da TV pode ser contrabalanceada por outros meios de difusão cultural (cinema, teatro, viagens, formas sofisticadas de lazer). Mas os meninos muito pobres ou com problemas de personalidade, com recalques e frustrações podem sofrer efeitos extremamente negativos ante os programas de TV.³²

Em ambas as situações financeiras, segundo o ministro, a televisão causaria problemas, mas entre as crianças com acesso a “formas sofisticadas de lazer”, a ameaça poderia ser “contrabalançada”. Quandt também comentou, em outro trecho, sobre a possibilidade de “[...] conviver com a televisão, obtendo dela o máximo de benefícios para a Educação e para a cultura em geral [...]”³³. Tais pontos de vista colocavam a TV como um possível perigo, mas que poderia ser combatido ou minimizado. Para essa análise, o ministro usou de termos próprios do vocabulário psicanalítico – “recalque” e “frustrações” –, abordando o tema sobre a chave de leitura que modernizava a discussão.

Na mesma entrevista, o militar Quandt de Oliveira afirmou concordar com a ideia de “escola paralela”, defendida por Samuel Pfromm Netto. O professor do Instituto de Psicologia

³¹ BORGES, *op. cit.*, p. 2.

³² TV será forçada a mudar programação. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, ano 95, n. 30573, 24 de novembro de 1974, p. 60. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19741124-30573-nac-0060-999-60-not/busca/TV+será+forçada+mudar>. Acesso em: 20 jan. 2021.

³³ *Ibid.*

da USP entendia que cada classe social (levando em consideração também casos psicológicos e psiquiátricos) tinha um aprendizado diferenciado. O conceito de “escola paralela” referia-se ao tempo gasto pela criança em frente à TV e a aprendizagem advinda do meio eletrônico, além do amplo alcance sobre o público, que também foi lembrado pelo ministro, fazendo referências a outros psicólogos e pedagogos.³⁴ Segundo o ministro, digna de preocupação, a televisão poderia trazer problemas a qualquer criança que a assistisse. No entanto, algumas ainda poderiam reverter isso. Desse modo, Euclides Quandt de Oliveira lamentou:

Como espectadores comuns, confessam essas autoridades [do Ministério da Comunicação] que não permitem às suas crianças permanência [sic] por mais de duas horas diárias [sic] diante do aparelho de TV. Mas lamentam que pessoas de nível [sic] cultural não tenham condições de impor a mesma coisa aos seus filhos, por falta de outros meios de entretenimento e ocupação, como o clube, o colégio [sic] e os livros.³⁵

A presença e a condição da família foram mais uma vez evocadas como aquelas que poderiam conter os possíveis danos que a televisão causaria entre as crianças. No entanto, a rotina mais corrida de pais e, especialmente, das mães com o trabalho fora de casa era evidenciada como uma preocupação e como uma justificativa para a ação do Estado na fiscalização do que a “babá eletrônica” colocaria “no ar”. Nessa perspectiva de proteção dos mais novos, a censura era um dos modos apontados, pelo governo ditatorial, e por setores da sociedade civil, para impedir a influência negativa da programação. Assim, elaborando ou complementando leis, usava-se como argumentação a proteção daqueles que seriam o futuro da nação – diferentemente dos “menores”, mais pobres, de quem a sociedade deveria ser protegida.

O alarme para uma crise no âmbito familiar e dos valores cristãos foi algo observado em pesquisas sobre o período da ditadura militar. As transformações da “sociedade moderna” geraram medo dos rumos que o Brasil estaria tomando, caracterizando um pânico moral. Concordamos com Jeffrey Weeks ao afirmar que o pânico moral se relaciona a “agitações de ansiedade cultural e medo social, que geralmente se concentram numa condição ou pessoa, ou grupo de pessoas, que se definem como uma ameaça aos valores e aos pressupostos sociais

³⁴ PFROMM NETTO, *op. cit.*

³⁵ TV [...], *op. cit.*, p. 60.

aceitos”³⁶. Segundo Weeks, essas inquietações acontecem “geralmente em situações de incerteza, confusão e ambiguidade, nos períodos em que as fronteiras entre comportamento legítimo e ilegítimo parece precisar de redefinições ou classificações”³⁷.

O conteúdo da TV no Brasil, nas décadas de 1970 e 1980, foi abordado com “a ideia de decadência orientando a interpretação desses sujeitos sobre o período”³⁸, entre membros do regime, psicólogos e periódicos apoiadores. O pânico moral em relação à televisão foi objeto de pesquisa de David Buckingham que observa o discurso sobre a TV – e outros meios de comunicação – e entende que o “[...] *moral panic often reflect fundamental tensions in society, and have to be seen in terms of their historical context*”³⁹. Assim, ao se debruçar sobre os discursos acerca de filmes de terror, o intelectual britânico entende que havia uma classificação positiva sobre longas-metragens desse gênero na década de 1950, considerando-os clássicos, enquanto outros filmes, como *O Exorcista*⁴⁰, da década de 1970, eram abordados com foco na violência que eles possuiriam. Para o autor, o gênero mudou assim como a sofisticação do olhar da audiência. Mas, para além disso, ele observa que:

[...] *the concern over young people and video should also be seen as a manifestation of more specific contemporary anxieties about the relation between the public and the private, particularly in the context of historical changes in the family structure.*⁴¹

A entrada de conteúdo televisivo nas casas estava marcada por outras questões como crescimento de famílias chefiadas por mulheres, divórcio, crianças sozinhas enquanto os pais trabalhavam. Em meio a essas transformações, cobrava-se a atenção familiar ao que as crianças assistiam, repercutindo casos de violência envolvendo menores que, segundo a imprensa inglesa da década de 1980 e 1990, poderiam ser evitados caso houvesse maior responsabilidade dos pais.

³⁶ WEEKS, Jeffrey *apud* BRITO, A. M. F. A subversão pelo sexo: Representações comunistas durante da ditadura no Brasil. **Varia Historia**, Belo Horizonte, vol. 36, n° 72, p. 859-888, set/dez 2020, p. 875.

³⁷ *Ibid.*, p. 876.

³⁸ BRITO, *op. cit.*, p. 879.

³⁹ Em tradução livre “pânico moral muitas vezes reflete tensões fundamentais na sociedade e deve ser visto em termos de seu contexto histórico”. BUCKINGHAM, David. **Moving images**: Understanding children’s emotional responses to television. Manchester: Manchester University Press, 1996, p. 31.

⁴⁰ Filme de 1973, dirigido por William Friedkin, em que a jovem de 12 anos, Regan MacNeil (interpretada por Linda Blair) é possuída e sua mãe Chris MacNeil (Ellen Burstyn) chama padres para exorcizar sua filha: Lankester Merrin (Max von Sydow), Damien Karras (Jason Miller) e Dyer (William O’Malley).

⁴¹ Em tradução livre: “[...] a preocupação com os jovens e o vídeo também deve ser vista como manifestação de inquietações contemporâneas mais específicas sobre a relação entre o público e o privado, particularmente no contexto de mudanças históricas na estrutura familiar”. BUCKINGHAM, *op. cit.*, p. 33.

Buckingham, apoiando-se no sociólogo Stanley Cohen que cunhou o conceito de pânico moral em 1972, vê a imprensa – inclusive televisiva – tendo papel fundamental na propagação dessa ansiedade social acerca dos jovens telespectadores. No Brasil, o pânico moral se dava, entre outros aspectos, quanto à popularização da TV, que ocorria no período da ditadura. Portanto, pedidos de controle e crítica ao meio de comunicação ocupavam pedidos na imprensa, sendo os meios de comunicação escritos mais presentes nessa avaliação do que o televisivo, além de teses acadêmicas que também compunham o debate, assim como a ESG. Por outro lado, por diversos momentos, membros da TV tentavam defender seus espaços (e lucros) e buscavam rebater algumas das críticas recebidas.

“Psicologicamente adequada”: a Censura se colocando no debate:

Nessa perspectiva, a Censura Federal também buscou atualizar seu debate não apenas para acompanhar o novo meio de comunicação, mas também as formas de análise. Em 27 de julho de 1970, o então chefe do Serviço de Censura de Diversões Públicas (SCDP), Wilson Aguiar⁴², foi notícia no *Jornal do Brasil* por falar da admissão de novos censores. Segundo o periódico, o chefe do órgão “disse [...] que os 30 novos censores do órgão recentemente admitidos ‘não são reacionários’, mas homens com os ‘pés no chão’ e um senso crítico muito elevado”. A maioria deles tinha entre 23 e 30 anos e “todos têm, ou estão terminando, curso universitário, falam língua estrangeira e ganham Cr\$ 875,00⁴³, pouco mais do que os censores antigos”⁴⁴.

Os trechos, tirados de parágrafos em destaque no início da notícia, evidenciavam a qualificação dos novos servidores do setor, o que era importante diante da ideia de incompetência que muitas vezes aparecia ao se abordar o trabalho censório. A sequência do

⁴² Wilson Aguiar foi censor, chegou à direção da SCDP em 1970, mas passou apenas um ano no cargo. Ao se aposentar, foi contratado pela Rede Globo, tendo como uma de suas funções a negociação com o órgão censor acerca das obras censuradas. Cf. VIEIRA, *op. cit.*, p. 265.

⁴³ Um valor bem superior ao do salário mínimo da época que, a partir de 1º de maio de 1970 era no valor de Cr\$176,60 no Distrito Federal. Cf. BRASIL. Decreto Nº 66.523, de 30 de abril de 1970. Altera a tabela do salário-mínimo aprovada pelo Decreto nº 64.442 de 1º de maio de 1969. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/atos/decretos/1970/d66523.html. Acesso em: 16 out. 2025.

⁴⁴ WILSON Aguiar garante que o senso crítico dos novos censores é muito elevado. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, ano LXXX, nº 95-, 27 jul. 1970, p. 4. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&Pesq=curso%20censores&pagfis=190917. Acesso em: 04 ago. 2022.

assunto seguiu com o subtítulo “tarefa racional”, em que foi relatado que os novos censores deram celeridade ao trabalho e tiraram a sobrecarga dos colegas. Além disso, “na quinta-feira, vão ser iniciadas aulas teóricas para novos censores, no auditório da Academia Nacional de Polícia. Receberão ensinamentos de Psicologia Social e de Comunicação de Massa e tomarão conhecimento das leis censórias”⁴⁵. Organização da censura, conhecimento de psicologia e comunicação das normas a serem seguidas não foram assuntos mencionados à toa, eram, de fato, questões importantes para a Censura Federal que passava por um processo de modernização e burocratização no período.

A ação censória do Estado não foi uma inovação pós-golpe de 1964. O historiador Alexandre Ayub Stephanou aponta uma “tradição censória luso-brasileira, transportada de Portugal para a colônia, mantida no período imperial e ampliada no republicano, especialmente durante o Estado Novo e Regime Militar”⁴⁶. Muitas das legislações pensadas no período varguista permaneceram nas décadas seguintes e ganharam desdobramentos durante a ditadura militar. Nesse sentido,

a racionalização, a centralização, a ênfase na eficiência burocrática e a ligação fundamental entre censura e a política de Segurança Nacional foram as principais linhas de força que orientaram o projeto da Ditadura Militar para a censura e, em especial, a censura de diversões públicas.⁴⁷

Desse modo, as colocações de Wilson Aguiar, no *Jornal do Brasil*, davam luz a assuntos que eram prioritários na Censura Federal, ao longo do regime militar, em especial a partir da década de 1970. É importante mencionar os conceitos de Segurança Nacional e Comunicação eram debatidos na ESG, instituição essa que tinha articulação com outras instituições e lugares de produção intelectual, como as universidades, partilhando de pontos de vista, bibliografias e conhecimentos produzidos por elas sobre temas e conceitos que reverberavam no âmbito da Censura. Na Escola, passaram muitos daqueles que assumiram cargos em ministérios e outras instituições estatais. O desenvolvimento de seus conceitos era encontrado em leis, atos institucionais e na Constituição de 1967, além de estar presente nas normativas que regulavam trabalhos específicos, como o da censura. Ou seja, a visão da

⁴⁵ *Ibid.*

⁴⁶ STEPHANOU, Alexandre Ayub. **O procedimento racional e técnico da censura federal brasileira como órgão público**: um processo de modernização burocrática e seus impedimentos (1964-1988). Tese (Doutorado em História)– curso de Pós-graduação em História, PUC – Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004, p. 16.

⁴⁷ VIEIRA, *op. cit.*, p. 23.

instituição ultrapassava seus muros e tinha pretensão de produzir conhecimento intelectual para analisar o país, colocando-se na lógica de valorização da produção acadêmica.

Diante disso, o *Manual Básico* também aborda o entendimento da ESG sobre “Comunicação Social”.

Constituem instrumento pelo qual se dá a interação e o vínculo próprio para a difusão das correntes de opinião. É óbvia sua influência sobre a Expressão Política. Sua importância cresce quando se consideram os meios de comunicação de massa, cuja influência sobre o povo e sobre a cultura não precisa ser realçada porquanto possibilitam a rápida divulgação de fatos, idéias, sentimentos e emoções, atingindo, num espaço de tempo muito curto, uma grande área da população. Quando se utilizam meios eletrônicos, encurtando receptores, criam-se possibilidades insondáveis para a comunicação direta a uma grande massa de pessoas. Desse modo é possível, inclusive, criar - em pouquíssimo tempo - estados emocionais coletivos. Como quer que seja, os meios de comunicação em massa constituem um instrumento poderosíssimo para a rápida e padronizada difusão de idéias, criação de estados emocionais, alteração de hábitos e atitudes.⁴⁸

Segundo o material doutrinário, "Comunicação Social" foi entendida como uma forma eficiente de se defender “subversões” e “transgressões” na área da política e da cultura. Nessa perspectiva, a “influência” das imagens sobre homens e mulheres mudaria comportamentos e valores de uma vasta população em um curto espaço de tempo. Assim, esses temas que impactariam, segundo a ESG e mesmo a Censura, eram objeto de estudo bem como de cursos de atualização.

Segundo Stephanou, o Departamento de Polícia Federal (DPF), que substituiu o DFSP, buscou resolver a questão com a oferta de cursos de formação, na Academia Nacional de Polícia (ANP), sendo o primeiro dele o *Curso Intensivo de Treinamento de Censor Federal*, entre 8 de julho e 16 de setembro de 1968.⁴⁹ Compreender bem o trabalho censório passava pelo conhecimento não só da legislação, mas também dos meios e conteúdos midiáticos a serem analisados, temas abordados em cursos de formação para censores.

Os cursos faziam parte da busca por uma centralização na análise, bem como dar maior modernidade ao debate, ou seja, analisar as diversões públicas em diálogo com pensamentos científicos e artísticos da época. Nesse mesmo sentido, também fazia parte desse esforço a lei nº 5.536⁵⁰, de 21 de novembro de 1968. Foi a partir dessa legislação que se

⁴⁸ BRASIL, *op. cit.*, 1975, p. 121.

⁴⁹ STEPHANOU, *op. cit.*

⁵⁰ A mesma lei também mudou o nome do cargo de censor federal para técnico em censura.

começou a exigir diploma nas áreas de Ciências Sociais, Direito, Filosofia, Jornalismo, Pedagogia ou Psicologia para o concurso de censor e para os servidores da área. Ainda nessa direção, o segundo curso ofertado pela ANL foi ministrado, entre outras pessoas, por professores da Universidade de Brasília, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e da Universidade Federal de Minas Gerais,

com uma carga-horária de quinhentas horas-aula e com o currículo dividido em 14 matérias: Introdução à Ciência Política, Introdução à Sociologia, Psicologia Evolutiva e Social, Legislação Especializada, História da Arte, Filosofia da Arte, História e Técnica de Teatro, Técnica de Cinema, Técnica de Televisão, Comunicação em Sociedade, Literatura Brasileira, Ética Profissional, Técnica Operacional e Segurança Nacional.⁵¹

O objetivo era que, a partir das aulas e dos materiais do curso⁵², os censores pudessem entender as obras, as mensagens veiculadas e a recepção da população (com observância de faixa-etária e gênero). Além disso, com essa formação, buscava-se aprender a sugerir cortes discretos, de modo a não mostrar que houve uma intervenção.⁵³

Várias normativas foram elaboradas para guiar o trabalho dos censores ao longo dos anos de Serviço de Censura de Diversões Públicas (SCDP, criado em 1945) e a Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP, como o órgão censor passou a ser chamado entre 1972 e 1988). Desses documentos, três têm destaque: Decreto nº 20.493 de 24 de janeiro de 1946, Lei nº 5.536 de 21 de novembro de 1968, Decreto-lei nº 1.077 de 26 de janeiro de 1970.⁵⁴

A lei de 1968 teve especial lugar no esforço de regulamentar uma padronização do trabalho censório, estabelecendo mínimo de censores para emitir pareceres, almejando diminuir os erros e divergência de avaliação, “uma vez que determinava que a obra deveria ser apreciada pelo censor em seu contexto geral, levando em consideração o valor artístico, cultural e educativo, sem isolar cenas, trechos ou frases”⁵⁵.

⁵¹ STEPHANOU, *op. cit.*, p. 38-39.

⁵² O material dos cursos atualmente encontra-se no Arquivo Nacional de Brasília, na Seção de Orientações, do Fundo DCDP. A Seção, criada em meados de 1970, contém outros documentos que buscam a centralidade do trabalho censório, dividida em Recursos, Cursos e Normatização. Cf. VIEIRA, *op. cit.*, *passim*. Os cursos que tivemos acesso ao material fazem parte do acervo de pesquisa do Grupo de Estudo em História e Gênero.

⁵³ STEPHANOU, *op. cit.*

⁵⁴ Os documentos são abordados pela historiografia como “tripé legislativo” por estarem presentes em documentos, como por exemplo, pareceres de censores. Além de serem citados em entrevistas de algumas pesquisadoras, como é o caso dos trabalhos de Beatriz Kushnir e Miliandre Garcia. Cf. STEPHANOU, *op. cit.*

⁵⁵ CARNEIRO, Ana Marília. **Signos da política, representação da subversão: a Divisão de Censura de Diversões Públicas na ditadura militar brasileira.** Dissertação (Mestrado em História) –Programa de

Para corroborar com a convergência de análises, foram elaboradas algumas normas que pudessem ser consideradas na prática censória. Entre esses documentos, existiam as “Normas para Classificação de Espetáculos para Menores”⁵⁶, de 17 de setembro de 1970, que tinha como finalidade:

- a) Nortear cada censor na análise e apreciação dos espetáculos proporcionando-lhes critério que lhe permitem uma classificação justa e psicologicamente acertada.
- b) Promover a unidade de pensamento e de ação das Comissões de Censura, mesmo quando compostas por grupos muito numerosos de colaboradores.⁵⁷

O trecho expressava a tentativa de unificar os entendimentos do que seria adequado para crianças e jovens, como veremos à frente, considerando o que seria apropriado para cada faixa etária. Essa intenção não estava distante de outros esforços da censura em normatizar suas atividades e do processo de modernização e burocratização da censura. O historiador Sthephanou, que estudou essas transformações pelas quais o órgão censor passou entre as décadas de 1970 e 1980, entende a “organização burocrática como o sistema administrativo organizado segundo critérios racionais e hierárquicos, caracterizado pelo formalismo, pela despersonalização, pela profissionalização, pelo apego aos regulamentos”⁵⁸. Para o autor, essa reorganização não significava uma neutralidade, uma vez que esses critérios eram formas de dominação técnica e hierarquização sob as produções da época e foram elaborados e aplicados em defesa de interesses político-ideológicos.

A modernização do ato de censurar também pode ser percebida pela presença de áreas do conhecimento embasando o discurso regulador. Entre elas, a psicologia apareceu, nos documentos analisados, com a indicação de uma avaliação apropriada para cada idade. O

Pós-graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013, p. 179.

⁵⁶ O caso da elaboração das Normas para Classificação de Espetáculos para Menores é interessante, pois ela foi inicialmente pensada pelo Juizado da Guanabara, no ano de 1963, e, segundo o *Jornal do Brasil*, amplamente elogiado por Juizes de outras comarcas com a sugestão de que a normativa fosse acatada a nível federal, o que de fato foi anos depois. Esse é um dos agentes em um dos exemplos de interferência na Censura. Essa percepção de que diferentes agentes, governamentais ou não, interferiam na Censura foi apontada por Miliandre Garcia como “supercensura”. Cf. NORMAS para classificar espetáculos de menores são excelentes, diz GEE. In *Jornal do Brasil*. Ano LXXIV, Nº 126, 30 de maio de 1964, p. 19; GARCIA, Miliandre. Teatro, censura e “supercensura” na ditadura militar. In: FONTANA, Fabiana Siqueira; GUSMÃO, Henrique Buarque de (org.) **O palco e o tempo: estudos de história e historiografia do teatro**. Rio de Janeiro: Gramma, 2019, p. 109 – 142.

⁵⁷ NORMAS para Classificação de Espetáculos para Menores. Brasília, 17 set. 1970. In: RODRIGUES, Carlos; MONTEIRO, Vicente; GARCIA, Wilson de Queiroz. **Censura federal**. Brasília: C.R. Editora Ltda., 1971, p. 209.

⁵⁸ STEPHANOU, *op. cit.*, p. 9.

debate sobre o “discurso psi”, trazido anteriormente, retorna com a apropriação do assunto feita por essas normas, mas também outras leis e documentos. Sérvulo Figueira introduziu os artigos sobre o assunto, apontando, rapidamente, que

Sabe-se, ainda, que uma cultura psicanalítica mantém uma relação complexa com instituições e técnicas de poder, inspirando-as e por elas sendo ampliada e difundida, através de processos que já foram chamados “modernização”, “disciplinação persuasiva”, “neutralização e apolitização” etc.⁵⁹

A abordagem do autor sobre o uso do discurso psi por outras áreas nos leva a pensar sobre a utilização de termos e argumentos ligados ao assunto nos documentos da censura. Ao encontro das “Normas para Classificação de Espetáculos para Menores”, no ano de 1970, elaboravam-se as “Normas Doutrinárias da Censura Federal” centralizando indicações para a classificação etária, tanto para o cinema e o teatro quanto para a televisão. No capítulo IV, no ponto “da avaliação das impropriedades”, o documento detalhou que:

Art. 10 – A censura prévia tem por objetivo a defesa da saúde mental e física dos jovens e adolescentes e se propõe a eliminar das comunicações de interação social que lhe são dirigidas, as incitações à delinquência e a sexualidade, e os temas anticulturais, pela periculosidade de suas influências [sic] na formação moral dos menores de idade.

Art. 11. Os critérios de análise de comunicação de interação social se devem basear em conotações objetivas e concretas, visando a definir índices de avaliação, inspirados na proteção do menor e orientados na pesquisa do mecanismo de influência da imagem e a sua dinâmica, do argumento e o seu desenvolvimento, sobre o psiquismo do jovem.⁶⁰

Os artigos acima iniciaram o tópico sobre avaliações de impropriedades e, diante do debate que trazemos nesta pesquisa, destaca-se a presença de termos que remetem à psicologia e à psicanálise. No entanto, para compreendermos o que se entendia sobre “saúde mental” precisamos dar continuidade às indicações de análise que a normativa sugeria. Houve uma separação em “análise geral”, “análise complementar”, “análise psicossociológica” e “análise dos valores finais”, cada uma delas com alguns critérios. Assim, entre outros pontos, foi evidenciada a “atuação certa/errada dos personagens centrais, justificada ou não no final, com prêmio ou castigo, ou, simplesmente um arranjo do ‘clássico feliz’, pleno de irresponsabilidade moral” (em “análise geral”); “valor do apoio certo/errado do grupo

⁵⁹ FIGUEIRA, Sérvulo. Introdução: psicologismo, psicanálise e ciências sociais na “cultura psicanalítica”. In: FIGUEIRA, Sérvulo (org.). **Cultura da Psicanálise**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985, p. 7.

⁶⁰ NORMAS [...], *op. cit.*, p. 244.

dominante na comunicação” e “determinar o valor global das incidências ilícitas, violadoras das normas legais e morais”⁶¹ (em “análise complementar”).

Em “análise psicossociológica”, foram enumerados aspectos em formas de perguntas, para que os censores observassem e entendessem a produção analisada. Desse modo, entra em questão:

- b) identificar possível processo intenso de integração do “EU” juvenil, nos vários aspectos contraditórios, desaconselháveis ou negativos das atitudes dos agentes comunicadores:
 - 1) há detalhes de comportamentos ilícitos capazes de influenciar o jovem?
A ação negativa é completa ou incompleta (evidente ou pressuposta?)
[...]
 - 3) há convite à indisciplina?
 - 4) há incitação à violência?
[...]
 - 7) há deturpação de conceitos políticos, religiosos, afetivos, morais, familiares? (pressuposta, evidente ou disfarçadamente).
 - 8) há distorções de hierarquia social? (função dos pais, professores e autoridades construídas);
[...]⁶²

Diante dos apontamentos acima, presentes nas “Normas Doutrinárias da Censura Federal”, o uso do termo “saúde mental” se aproximava de uma “formação moral” dos jovens. Ou seja, a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) se fez presente nesse documento, de viés prático para uso cotidiano do técnico de censura, na medida em que buscava invisibilizar conflitos no país, assim como críticas aos “valores” da sociedade e às instituições colocadas como base da nação, a começar pela família, fossem as críticas “pressupostas, evidentes ou disfarçadas”. Dessa maneira, um “desenvolvimento psíquico do jovem” era a formação do cidadão, a partir do que a ditadura militar entendia como bases da sociedade.

A DSN era pilar para as leis, normativas e outras diretrizes e censórias (ou seria melhor dizer, do regime ditatorial) e, por isso, a compreensão do que a feria era importante para que o trabalho fosse feito de maneira objetiva. Nesse sentido, o livro de Coriolano de Loyola Cabral Fagundes indicou o “objetivo do Estado” com a censura:

O que visa o Estado, ao instituir o órgão de censura é, principalmente, a boa formação do menor. Este não deve ser exposto a cenas de intenso suspense ou excessiva violência, que lhe podem causar angústia; não convém ser colocado, prematuramente, face a face com problemas sexuais a que não esteja preparado, pois

⁶¹ *Ibidem*, p. 245.

⁶² *Ibidem*, p. 246.

tal experiência há de despertar-lhe perversões; não pode ser submetido a doutrinação política estranha, visto não ter capacidade de discernimento perfeitamente desenvolvida, sendo facilmente influenciável; não assiste indiferente à ridicularização das instituições, posto estar na fase da imitação. São apenas alguns exemplos de situações que podem influenciar negativamente na formação intelectual, psíquica, moral, religiosa, cívica do jovem. Conforme já dissemos, o interesse individual não pode prevalecer sobre o bem coletivo. O indivíduo não tem o direito de inocular veneno na mente dos moços.⁶³

O livro *Censura & liberdade de expressão* fazia parte do esforço de dar luz ao funcionamento da censura e guiar seu trabalho. Sendo escrito por um censor e professor da ANP, a obra aparecia na bibliografia recomendada dos cursos para censores. As temáticas enumeradas acima foram posteriormente detalhadas, mas em uma visão geral, notamos a percepção de como os jovens seriam suscetíveis a imagens e à imitação, sendo assim, justificava-se a vigilância sobre tudo aquilo que “atente contra a segurança nacional”, “fira princípios éticos” ou “contrarie direitos e garantia individuais”⁶⁴ – como depois o autor divide as ideias expostas na citação acima.

Coriolano evidenciou o “dever” da censura de garantir a formação do jovem, valorizando hierarquias e instituições, bem como invisibilizando conflitos (que o autor resumiu nesse trecho apenas em torno de questões sexuais e políticas). Assim, entender a “formação intelectual, psíquica, moral, religiosa e cívica” passava longe da compartimentação desses aspectos, uma separação entre política e moral, mas sim uma visão política da sociedade que se queria formar no futuro, agindo no presente sobre os jovens que assistiam à televisão.

Além disso, a preocupação com a “saúde mental”, mencionada nas normas de 1970, relacionava-se com as já mencionadas desconfianças em relação aos impactos cognitivos que a TV causaria em crianças que a assistissem. Introduzindo a lista das “análises psicosociológicas”, uma pergunta geral foi lançada: “a) qual o tipo de predominância psicosociológica porventura existente, que possa provocar um processo de “imitação-sugestão” em jovens pertencentes aos grupos etários de 10/14/16 anos?”.⁶⁵

⁶³ FAGUNDES, Coriolano de Loyola Cabral. *Censura & Liberdade de Expressão*. São Paulo: EDITAL, 1974, p. 137-198.

⁶⁴ *Ibidem*, p. 144-145.

⁶⁵ NORMAS Doutrinárias da Censura Federal. Brasília, 17 set. 1970. In: RODRIGUES; MONTEIRO; GARCIA, *op. cit.*, 1971, p. 245.

Os trechos acima citados articulavam não apenas palavras, mas debates acerca das pressupostas consequências do que se via entre as pessoas, em especial, os jovens. A imitação foi considerada como uma possibilidade e que se distingue a cada faixa de idade. A TV não era o único meio de comunicação a que essa normativa se referia. Todavia, o tema foi repetidamente tratado ao dissertar sobre a televisão, principalmente em tom de alerta para a necessidade de proteção daqueles que ainda estariam em formação.

Conforme já apontado neste trabalho, nas décadas de 1960 e 1970, a psicologia se firmava como área acadêmica e era difundida como discurso especializado para analisar os processos de transformação do indivíduo e da sociedade – não apenas dentro de produções científicas, mas em publicações destinadas ao grande público que levantavam temas ditos modernos e buscavam o parecer de psicólogos sobre os assuntos. Entendendo isso, inferimos que modernizar a censura também era uma questão de se aproximar de discussões acadêmicas especializadas – de modo superficial ou não – para embasar as novas normativas e se distanciar da arbitrariedade. Ou seja, uma análise moderna das diversões públicas passaria pela argumentação apoiada na ciência que pesquisava sobre a subjetividade humana.

Considerações finais

Coriolano de Loyola Cabral Fagundes no livro seu *Censura & liberdade de expressão*, buscando instruir censores de seus trabalhos, organizou alguns pontos com respostas objetivas, como por exemplo, “por que censurar”, onde ele resumiu em:

A restrição etária, conforme já informamos e diz a própria legislação, visa *preservar o espírito infantil ou juvenil de impressões excitantes, ou deprimentes e de influências perturbadoras de sua formação moral e intelectual*.

Consequentemente, ao classificar o espetáculo, o censor está selecionando-o para determinada categoria de público, contribuindo, em última análise, para a educação popular.⁶⁶

⁶⁶ FAGUNDES, *op. cit.*, p. 139.

A definição, colocada na íntegra, é bem sucinta e bastante problemática, uma vez que, essas “impressões”, “influências”, “formação” e “educação” estavam em disputa no período. Apesar de ser um conceito amplo, sem recortar um meio de comunicação específico, a TV destacava-se nas inquietações da época, afinal, ela estava cada vez mais presente nos lares da classe média, a partir de 1970, o que popularizou o debate sobre esse novo aparelho. Assim, a preocupação com uma geração “criada pela babá eletrônica” ocupava espaços em livros acadêmicos, revistas, jornais e na censura.

Em centros urbanos que cresciam e se verticalizavam nos anos da ditadura militar, a televisão era mais um símbolo da modernização – de uma sociedade que via no acesso a bens de consumo um modo de se diferenciar socialmente. No entanto, o otimismo não era um sentimento unânime sobre o assunto. Muitas vezes, eram visões “apocalípticas” propagadas não só sobre essas transformações, como também acerca desse aparelho que entrava na casa das pessoas. Todavia, criticar os problemas de as crianças assistirem à televisão era feito de um modo moderno, não necessariamente pelo tema tratado, mas sim pelo modo como a discussão era feita. Ou seja, concordando com Duarte, “uma forma de utilização daquilo que Chauí (1980) denominou de discurso competente, confundido com a linguagem institucionalmente permitida ou autorizada”⁶⁷.

A psicologia e a psicanálise encontraram um terreno fértil, nesse período, uma vez que, também nas décadas de 1960 e 1970, a área se tornava institucionalizada nas universidades do país, ganhava espaço como uma ciência bem-informada sobre os “novos problemas da sociedade”. A circulação de Samuel Pfromm Netto é sintomática, sendo professor da USP, sempre convidado a falar para jornais e como palestrante da ESG, observamos uma tentativa de apropriação do discurso psi por diferentes grupos da sociedade.

Isso não significava uma unidade nas conclusões acerca dos efeitos da televisão sobre as crianças e, principalmente, no melhor modo de evitar os possíveis problemas que a TV causaria. Nem mesmo dentro de uma mesma instituição, como na Escola Superior de Guerra, havia um consenso em relação ao novo meio. Como o historiador Caio Barreira estudou, a partir de um dos trabalhos de conclusão de curso da ESG, intitulado *As responsabilidades psicossociais da televisão*, o autor, Roberto de Magalhães Cardoso, afirmava que

⁶⁷ DUARTE, *op. cit.*, 2020, p. 68.

Nós, particularmente, não concordamos com aqueles que responsabilizam a TV (no caso a qualidade de sua programação) pelo alto índice de violência que cada vez mais incide sobre a vida da população. Seria o mesmo que responsabilizar a janela pela paisagem bonita ou feia que se nos apresenta. Em nossa opinião os motivos são outros tais quais: a densidade demográfica cada vez maior nos grandes centros, a falta de mão-de-obra para a população migrante, a fome, enfim, é um problema de caráter eminentemente social.⁶⁸

A diacronia apontada por Barreira não foi encontrada em nossas fontes, mas uma tensão entre qual projeto de formação das crianças (também presente em projetos de produção de programas televisivos, de mercado, de sociedade etc.) seria melhor.

No entanto, em nossas fontes ligadas às instituições da ditadura, não foi encontrado essa perspectiva. Cabe ressaltar que a televisão estava sendo pesquisada e analisada sob diferentes olhares (no Brasil e no mundo), assim, era possível encontrar variados embasamentos para análise da tecnologia que se difundia na época. Para essa pesquisa, que se debruçou acerca dos debates sobre crianças e jovens que assistiam à TV, diferentes grupos construíam diferentes caminhos argumentativos, e a defesa do aparelho veio, em especial, daqueles que faziam parte das empresas televisivas que defendiam suas programações.

As análises psicologizantes ganhavam força à medida que na “sociedade moderna” validava-se um discurso de verdade e mostravam-se como capacitadas para entender as alterações que ocorriam no processo de crescimento da criança e como a TV poderia interferir nisso. A censura também se colocou na disputa por definir o que era mais apropriado para crianças assistirem na TV, com argumentações que se apropriavam do discurso psi.

Assim, a definição de conceitos, critérios, faixa etárias, e mesmo a aplicação disso apoiava-se na psicologia e psiquiatria, mesmo que de modo superficial. Esse diálogo acadêmico dentro de um trabalho censório relacionava-se ao esforço que o regime fazia em modernizar e burocratizar a Censura Federal, tornando as suas decisões mais padronizadas, com um olhar “apurado” sobre os estudos de comunicação e psicologia, amparado em normativas e estudos desses documentos.

⁶⁸ CARDOSO, 1980 *apud* BARREIRA, Caio Brito. **"Em meio a imagens borradas e contornos misteriosos": a televisão como questão de segurança nacional nos discursos da Escola Superior de Guerra na Ditadura Civil-Militar (1966-1984).** Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019, p. 95.

Referências**Fontes**

BRASIL. Decreto Nº 66.523, de 30 de abril de 1970. Altera a tabela do salário-mínimo aprovada pelo Decreto nº 64.442 de 1º de maio de 1969. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/atos/decretos/1970/d66523.html. Acesso em: 16 out. 2025.

_____. Escola Superior de Guerra. **Manual Básico**. Rio de Janeiro, 1975.

COUTINHO, L. D. **ADOLESCENTES E TELEVISÃO**: Estudo junto a adolescentes ginásianos na cidade de Londrina. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972.

FAGUNDES, Coriolano de Loyola Cabral. **Censura & Liberdade de Expressão**. São Paulo: EDITAL, 1974.

TV será forçada a mudar programação. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, ano 95, n. 30573, 24 de novembro de 1974, p. 60. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19741124-30573-nac-0060-999-60-not/busca/TV+ser+forçada+mudar>. Acesso em: 20 jan. 2021.

REVISTA FILME CULTURA. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Cinema, 1972.

NORMAS para Classificação de Espetáculos para Menores. Brasília, 17 set. 1970. In RODRIGUES, Carlos; MONTEIRO, Vicente; GARCIA, Wilson de Queiroz. **Censura federal**. Brasília: C.R. Editora Ltda., 1971.

OFÍCIO INC-PB 3229/72, Carlos Amaral Fonseca, 22/09/1972, f. 169-171. BR AN, BSB NS. ORI.NOR.3.

NORMAS para classificar espetáculos de menores são excelentes, diz GEE. *In* **Jornal do Brasil**. Ano LXXIV, Nº 126, 30 de maio de 1964, p. 19.

PFROMM NETTO, Samuel. Que é comunicação de massa?. *In*: **Tecnologia da educação e comunicação de massa**. São Paulo: Pioneiras, 1976.

WILSON Aguiar garante que o senso crítico dos novos censores é muito elevado. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano LXXX, nº 95. 27 de julho de 1970, p. 4. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&Pesq=curso%20censores&pagfis=190917. Acesso em: 04 ago. 2022.

Bibliografia

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964 – 1984)**. Petrópolis: Vozes, 1987.

BARREIRA, Caio Brito. **"Em meio a imagens borradas e contornos misteriosos": a televisão como questão de segurança nacional nos discursos da Escola Superior de Guerra na Ditadura Civil-Militar (1966-1984)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

BORGES, Dulcina Tereza Bonati. **A cultura “psi” das revistas femininas: gênero, subjetividade e psicologização (1970 – 90)**. Dissertação (Mestrado em História)-Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

BRITO, A. M. F. A subversão pelo sexo: Representações comunistas durante da ditadura no Brasil. **Varia Historia**, Belo Horizonte, vol. 36, nº 72, p. 859-888, set/dez 2020.

BUCKINGHAM, David. **Moving images: Understanding children’s emotional responses to television**. Manchester: Manchester University Press, 1996.

COIMBRA, C. M. B.. **Guardiões da Ordem: Uma viagem pelas práticas psi no Brasil do Milagre**. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1995.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. Televisão, família e mudança: o debate sobre um tempo de imagem na revista *Pais e Filho*. In: LUCAS. M. R.L.; RAMOS, F. R. L.; BRAUNA, J. D.. **A censura e outros limites**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2020.

FICO, Carlos. 'Prezada Censura': cartas ao regime militar. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 3, p. 251-286, 2002.

_____. **O golpe de 64: momentos decisivos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

FIGUEIRA, Sérvulo (org.). **Cultura da Psicanálise**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

_____. **Uma nova família? O moderno e o arcaico na família de classe média brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1987.

GARCIA, Miliandre. Teatro, censura e “supercensura” na ditadura militar. In: FONTANA, Fabiana Siqueira; GUSMÃO, Henrique Buarque de (org.) **O palco e o tempo: estudos de história e historiografia do teatro**. Rio de Janeiro: Gramma, 2019. p. 109-142.

JOHNSON, Allan G. **Dicionário de sociologia:** guia prático da linguagem sociológica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

NAPOLITANO, Marcos. **Coração civil:** a vida cultural brasileira sob o regime militar (1964-1985) – ensaio histórico. São Paulo: Intermeios, 2017.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira:** Cultura Brasileira e Indústria Cultural. São Paulo: Brasiliense, 2001.

RIOS, Valesca Gomes. “Hoje em dia, a partir dos 10 anos de idade, o interesse da criança e do adulto é igual”: a revista *Filme Cultura* levando o livre para debate. In: LUCAS, M. R.L.; RAMOS, F. R. L.; BRAUNA, J. D. (org.). **A censura e outros limites.** Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2020. p. 86-101.

SILVA, Thiago de Sales. **“Espetáculo inconveniente para qualquer horário”:** a censura e a recepção das telenovelas na ditadura militar brasileira (1970-1980). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

STEPHANOU, Alexandre Ayub. **O procedimento racional e técnico da censura federal brasileira como órgão público:** um processo de modernização burocrática e seus impedimentos (1964-1988). Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

VIEIRA, Rafael F. **Quando a babá eletrônica encontrou a integração nacional:** ou uma história da censura televisiva durante a ditadura militar (1964 – 1988). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

POLÍTICAS DE MEMÓRIA E A JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO NO CONE SUL: O “IRREVOGÁVEL” FRENTE AO “IRREVERSÍVEL”

MEMORY POLITICS AND TRANSITIONAL JUSTICE IN THE SOUTHERN CONE: THE "IRREVOCABLE" VERSUS THE "IRREVERSIBLE"

GUILHERME DA CONCEIÇÃO DE LIMA¹

Resumo: O presente artigo analisa o percurso da Justiça de Transição nos países do Cone Sul. Na década de 1980, a região viveu uma onda de redemocratização, com transições políticas que puseram fim às ditaduras militares. Foi nesse contexto que se iniciou, na Argentina, no Brasil, no Chile e no Uruguai, o processo de Justiça de Transição. Contudo, diversas questões relacionadas ao passado ditatorial e aos seus legados autoritários de violações de direitos humanos permanecem pendentes no presente. Com o objetivo de abordar essas questões, este texto recorre aos conceitos de passado “irrevogável” *versus* “irreversível”, propostos por Berber Bevernage, para debater de que modo as Comissões da Verdade e a Justiça de Transição atuaram – e ainda atuam – na região.

Palavras-chave: Ditadura; Memória; Justiça de Transição.

Abstract: This article analyzes the trajectory of Transitional Justice in the countries of the Southern Cone. During the 1980s, the region experienced a wave of redemocratization, marked by political transitions that brought an end to military dictatorships. It was within this context that the Transitional Justice process began in Argentina, Brazil, Chile, and Uruguay. However, numerous issues concerning the dictatorial past and its authoritarian legacies of human rights violations remain unresolved today. To address these matters, this text employs the concepts of an "irrevocable" versus an "irreversible" past, proposed by Berber Bevernage, to examine how Truth Commissions and Transitional Justice have operated—and continue to operate—in the region.

Keywords: Dictatorship; Memory; Transitional Justice.

Introdução: As ditaduras militares do Cone Sul e o “Passado que não passa”.

O debate sobre as ditaduras militares do Cone Sul está intrinsecamente ligado às questões de memória. De fato, esse período da história recente da região é uma temática que

¹ Mestre em História pela UNILA (Universidade da Integração Latino-Americana). Doutorando pelo PPGH da UDESC (Universidade do Estado de Santa Catarina). Bolsista CAPES. E-mail: guilherme.2lima@gmail.com.

suscita diversas discussões e embates para além do campo da historiografia. As disputas em torno da memória desses regimes fazem parte do cotidiano político e social do Brasil, da Argentina, do Chile e do Uruguai. Políticos e figuras públicas frequentemente recorrem a esse passado como argumento, execrando-o ou defendendo-o, transformando-o, na prática, em um componente ideológico na esfera pública dessas sociedades.

Nesse contexto, comemorações e “descomemorações” são comuns, embora isso não signifique que ocorram sem gerar polêmicas e debates tensos no presente. No Brasil, por exemplo, clubes militares das Forças Armadas celebram o aniversário do Golpe de Estado de 1964 como a “Revolução de 1964”, considerada por seus membros um “contragolpe necessário contra a ameaça comunista”². Por outro lado, eventos como a gigantesca *Marcha del Silencio*, em Montevideu, rechaçam veementemente qualquer perspectiva positiva sobre as ditaduras. Todos os anos, no dia 20 de maio, milhares de pessoas percorrem as ruas da capital uruguaia com cartazes e faixas que pedem justiça pelas vítimas do terrorismo de Estado praticado pela ditadura no Uruguai.³

No Chile, o 11 de setembro – data do golpe contra Salvador Allende – é marcado anualmente por manifestações que recordam o terrorismo de Estado. Uma das cerimônias mais significativas é a abertura dos portões do Estádio Nacional de Santiago para homenagens às vítimas da repressão durante a ditadura de Pinochet.⁴ Da mesma forma, a Argentina possui datas importantes para a preservação da memória das vítimas de sua última ditadura militar. Todo 24 de março, aniversário do Golpe de 1976, ocorrem mobilizações na *Plaza de Mayo* e em outros locais de memória por todo o país, incluindo visitas ao maior centro clandestino de detenção argentino, a infame Escola Mecânica da Armada (ESMA). Atualmente, o local abriga um espaço para a memória e para a promoção e defesa dos direitos humanos.⁵

² CARDOSO, L. C. Os discursos de celebração da “Revolução de 1964”. *Revista Brasileira de História*, v. 31, n. 62, p. 117–140, dez. 2011. p.126.

³ SOSA GONZÁLEZ, A. M. *Las “Marchas del Silencio” en Uruguay: poética y reivindicación memorial a través de las imágenes*. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, 2021. p.3.

⁴ O Estádio Nacional, outrora palco das partidas de futebol da seleção chilena, transformou-se, nos primeiros dias da ditadura, em um gigantesco centro de detenção e tortura de opositores ao golpe, inclusive estrangeiros. No local também ocorreram diversas execuções sumárias de prisioneiros. Cf. MARQUES, T. C. S. Frágeis e perigosos: A repercussão internacional da violência contra estrangeiros durante o golpe de 1973 no Chile. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, v. 13, n. 1, p. 182–198, jan. 2013, p. 187.

⁵ GUGLIELMUCCI, A. *La objetivación de las memorias públicas sobre la última dictadura militar Argentina (1976-1983): el 24 de marzo en el ex Centro Clandestino de Detención (ESMA)*. *Antípoda. Revista de Antropología y Arqueología*, [S. l.], v. 1, n. 4, p. 243–265, 2007. p.256.

Esses eventos inserem-se no âmbito da tríade *Memoria, Verdad y Justicia*.⁶ Nesse contexto, o trabalho truncado das políticas de memória se entrelaça, cristalizando um passado ainda candente. O presente não é meramente uma consequência do passado, mas sim, sua persistência, seu *continuum*, uma vez que os conflitos originados anteriormente permanecem atuais.⁷ Essa relação torna-se ainda mais aguda quando se trata de um passado recente, como o das ditaduras militares do Cone Sul na segunda metade do século XX. Trata-se de um processo saturado de tensões, marcado em grande parte pelo antagonismo entre história e memória, conhecimento e experiência, distância e proximidade, na tênue linha divisória entre objetividade e subjetividade. Muitas vezes, pesquisador e testemunha coabitam o mesmo tempo e espaço, podendo até se fundir no mesmo sujeito. Desse modo, estabelece-se uma dialética particular entre passado e presente, no qual o primeiro tende a permanecer no segundo – é o “passado que não passa”.⁸

É precisamente por não passar que há um esforço contínuo para construir os sentidos desse passado e explorar suas fissuras.⁹ Coloca-se para o historiador, especialmente aquele que trabalha com o tempo presente, o desafio de tomar distância de seu objeto de estudo enquanto busca discutir e refletir sobre o passado, seu significado e sua persistência no presente. Isso implica também pensar as formas pelas quais se articulam as relações entre memória, política e justiça.¹⁰ Ao tratar da memória, lidamos com recordações e esquecimentos, narrativas e ações, silêncios e declarações. Entram em cena conhecimentos, mas também sentimentos, e essas memórias podem conter brechas e hiatos.¹¹ Daí a importância de discutir a problemática do que é lembrado e do que é esquecido. Tem-se a impressão de que existem momentos e conjunturas propícios para a irrupção de certas memórias, e outros caracterizados pelo silenciamento e pelo esquecimento.¹²

Essa dinâmica é ainda mais pronunciada durante a transição de regimes autoritários para democracias, quando memórias “subterrâneas”, antes silenciadas e sufocadas, emergem,

⁶ *Memoria, Verdad y Justicia* é um lema utilizado por movimentos e organizações de direitos humanos na América Latina, com o intuito de reivindicar investigações e o julgamento dos responsáveis por crimes contra a humanidade cometidos durante as ditaduras na região.

⁷ ROUSSO, Henry. *A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo*. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

⁸ *Ibidem*, p. 16.

⁹ JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2001. p.28.

¹⁰ *Ibidem*, p.16.

¹¹ *Ibidem*, p.17.

¹² *Ibidem*, p.18

não mais contidas pelos mecanismos de repressão ditatorial.¹³ As memórias coletivas têm, assim, em seu processo de construção, diferentes atores sociais que, antes marginalizados e reprimidos, passam a participar do jogo de disputa e mediação dos sentidos atribuídos ao passado no período pós-ditadura.¹⁴ A vivência passada de violência e terrorismo de Estado ocorrida durante as ditaduras ressurgem com força, atribuindo ao período autoritário sentidos de frustração, medo e, sobretudo, trauma.¹⁵ O retorno aos regimes democráticos no Cone Sul quebrou, em grande medida, com a política do esquecimento e do silenciamento perpetuada pelos agentes responsáveis pela repressão e pelo autoritarismo nos anos de chumbo.¹⁶

É nesse cenário que a memória dos anos ditatoriais entra em disputa. Com o fim dos regimes autoritários, ressentimentos acumulados e memórias suprimidas de sofrimento e opressão emergem vigorosamente, ganhando visibilidade pública. O discurso hegemônico é desafiado; a história “oficial” outrora propagada pelos Estados ditatoriais do Cone Sul passa a ser contestada por essas memórias que vêm à tona.¹⁷ Antes clandestinas e proibidas, elas ocupam o espaço público por meio da cultura, dos meios de comunicação e das expressões artísticas. A tentativa de relegar tais memórias ao silêncio e ao esquecimento acabou por gerar o efeito contrário: importantes setores da sociedade civil passaram a reivindicar uma memória de resistência e um clamor por verdade e justiça, antagonizando diretamente o discurso da ditadura.¹⁸ São recordações dolorosas e de luta que, como bem frisa Michel Pollak, “uma vez rompido o tabu, uma vez que as memórias subterrâneas conseguem invadir o espaço público, reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis se acoplam a essa disputa da memória”.¹⁹

As Comissões da Verdade alimentam-se justamente dessas memórias subterrâneas que vêm a público. Tais memórias manifestam-se nos depoimentos de vítimas e perpetradores dos crimes contra a humanidade e do terrorismo de Estado praticados pelas ditaduras militares do Cone Sul. Os testemunhos, tanto de vítimas quanto de perpetradores, integram o *corpus* documental reunido por essas comissões, constituindo-se como peças importantes tanto como

¹³ JELIN, *Op.cit.*, 2001, p.30.

¹⁴ *Ibidem*, p.22.

¹⁵ *Ibidem*, p.28.

¹⁶ Justamente como consequência do fim do silêncio, os militares, visando se precaver de futuras investigações sobre os crimes cometidos no passado recente, adotaram estratégias de ocultação e destruição de documentos e provas. *Ibidem*, 2001, p. 29.

¹⁷ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, p. 3-15. p.6.

¹⁸ *Ibidem*, p.7.

¹⁹ *Ibidem*, p.8.

fonte histórica do período quanto como prova jurídica nos julgamentos de agentes estatais envolvidos em torturas, desaparecimentos e assassinatos durante as ditaduras. Para além do âmbito jurídico, esses depoimentos tiveram forte repercussão em outras esferas sociais, atuando de maneira cultural e ideológica.²⁰

As Comissões da Verdade buscam reconstruir o panorama de um período de repressão política ou guerra civil, desvendando acontecimentos ocultados e negados ao grande público. Uma de suas principais contribuições é estimular um amplo debate sobre a violência, rompendo com o silêncio e a negação. Seus relatórios são construídos a partir de depoimentos de testemunhas, declarações de perpetradores, investigações, pesquisas em arquivos, acesso a documentos estatais e análises de arqueologia forense, compondo uma ampla amálgama de fontes para fundamentar o retrato apresentado.²¹ Contudo, as Comissões da Verdade não são órgãos jurisdicionais; podem, de acordo com o mandato que lhes foi conferido, estimular ou mesmo recomendar julgamentos ou anistias. Tais recomendações são geralmente encaminhadas a tribunais formais no âmbito do poder judiciário de cada país.²²

Os Relatórios das Comissões Nacionais da Verdade respondem ao clamor de grupos sociais e políticos por respostas às consequências da repressão, atendendo à necessidade de se elaborarem políticas para confrontar os legados autoritários da história recente desses países.²³ A criação de uma Comissão da Verdade ancora-se em uma política de memória de grande envergadura e, ainda que com suas limitações, é essencial para a retomada de demandas não sanadas sobre a história recente de uma nação que passou por situações-limite²⁴ de violência²⁵. Os relatórios contribuem, assim, para uma perspectiva mais crítica sobre a violência do passado, engajada em resgatar a memória da repressão com vistas a garantir verdade e justiça.²⁶

²⁰ Existem diversas obras que abordam a violência ditatorial, como o filme argentino “*La Historia Oficial*” vencedor do Oscar de melhor filme estrangeiro em 1985. Cf. SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p.24.

²¹ RODRIGUES PINTO, Simone. Direito à memória e à verdade: comissões da verdade na América Latina. **Revista debates (UFRGS)**, v. 4, p. 128-143, 2010. p.130.

²² *Idem*, p.130.

²³ GALLO, C. A. A Comissão Nacional da Verdade e a reconstituição do passado recente brasileiro: uma análise preliminar da sua atuação. **Estudos de Sociologia, Araraquara**, v. 20, n. 39, 2016. p.328.

²⁴ Entende-se por situação-limite uma experiência traumática vivenciada por um coletivo, grupo ou sujeito, gerando sequelas físicas, psicológicas e sociais. Cf. CALDAS, 2019, p.744.

²⁵ GALLO, *Op.cit*, 2016, p.341.

²⁶ GALLO, *Ibidem*, 2016, p.342.

As Comissões Nacionais da Verdade (CNVs) constituem, portanto, uma das ferramentas centrais no cenário da Justiça de Transição. Esta pode ser definida como o conjunto de medidas mobilizadas para estabelecer uma paz estável após um período de conflito, violência em massa e violações sistemáticas dos direitos humanos,²⁷ O objetivo da Justiça de Transição consiste em processar e julgar os perpetradores dessas violações, denunciar os crimes passados, estabelecer políticas reparatórias para as vítimas, reformar as instituições estatais responsáveis pela repressão e, por fim, fomentar a reconciliação.

As transições políticas na América Latina durante a década de 1980 foram marcadas pela percepção, por parte dos grupos democráticos, de que, embora os militares tivessem retornado aos quartéis, mantinham uma relevância política significativa e poder de pressão. Paralelamente, surgiu um discurso pró-direitos humanos em diversos setores da sociedade, conferindo legitimidade e força aos opositores das ditaduras. Nessa conjuntura, era evidente que levar aos tribunais os responsáveis pelos crimes do aparato repressivo geraria uma celeuma com as Forças Armadas.²⁸ Assim, é preciso ressaltar que,

com frequência, as estratégias da justiça transicional são arquitetadas em contextos nos quais a paz é frágil ou os perpetradores conservam um poder real. Deve-se equilibrar cuidadosamente as exigências da justiça e a realidade do que pode ser efetuado a curto, médio e longo prazo.²⁹

No caso do Cone Sul, essa observação é crucial. Com exceção da Argentina, a transição política das ditaduras militares para regimes democráticos foi profundamente tutelada pelos militares, que preservaram muito de seu *status* do período ditatorial. Não apenas os militares foram anistiados, como essa transição negociada permitiu que, em certos momentos, as Forças Armadas mantivessem uma espada simbólica sobre o pescoço dessas democracias – seja através de entulhos autoritários remanescentes nas forças de segurança,

²⁷ ZYL, Paul Van. Promovendo A Justiça Transicional Em Sociedades Pós-Conflito. In: REÁTEGUI, Félix (Org.). **Justiça de transição: manual para a América Latina**. Brasília: Comissão de Anistia, Ministério da Justiça, 2011. p. 43-72. p.47.

²⁸ CUEVA, Eduardo González. Até onde vão as comissões da verdade?. In: REÁTEGUI, Félix (Org.). **Justiça de transição: manual para a América Latina**. Brasília: Comissão de Anistia, Ministério da Justiça, 2011. p. 339-356. p.340.

²⁹ ZYL, *Idem*, 2011, p. 46.

seja por meio de ameaças reais de golpe de Estado,³⁰ frequentemente baseadas em interpretações dúbias de artigos constitucionais.³¹

Deve-se considerar também que a retomada de governos civis na região se beneficiou da crise de legitimidade das ditaduras. Seria, portanto, de extrema impopularidade, em muitos casos, ignorar ou negar as atrocidades cometidas. Ao mesmo tempo, os processos judiciais não se apresentavam como uma solução ideal e, na verdade, representavam um risco à estabilidade dos nascentes governos democráticos.³² Diante da dicotomia entre o silêncio sobre os crimes das ditaduras e as demandas por justiça da sociedade civil, os líderes políticos da transição foram impelidos a buscar um caminho alternativo.³³

Percebe-se, assim, que a Justiça de Transição é um processo intrinsecamente ligado a um passado ainda recente. Nesse sentido, estamos falando não apenas de uma memória social do período ditatorial, mas de testemunhos de pessoas que viveram e participaram intensamente dos acontecimentos da época. Para compreender melhor a imbricação entre passado e presente, o texto passa agora a analisar as Comissões da Verdade e a Justiça de Transição sob a ótica dos conceitos de “Passados Irrevogáveis” e “Passados Irreversíveis”.

A Transição Incessante: O Cone Sul entre o Irrevogável e o Irreversível

As ditaduras do Cone Sul foram instauradas por meio de processos similares: golpes de Estado que se valeram de preceitos como a Doutrina de Segurança Nacional,³⁴ a ingerência

³⁰ Recentemente, em 8 de janeiro de 2023, manifestantes bolsonaristas invadiram o Congresso Nacional e o Palácio do Planalto, em Brasília, buscando a derrubada do governo recém-empossado de Luiz Inácio Lula da Silva. Essa tentativa quixotesca e golpista contou com a conivência e a participação de membros das Forças Armadas ligados ao governo Bolsonaro, que almejavam a destituição de Lula por meio de um golpe de Estado.

³¹ ZAVERUCHA, Jorge. Relações civil-militares: o legado autoritário da Constituição brasileira de 1988. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (org.). **O que resta da ditadura**. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 41-76. p.75.

³² CUEVA, *Op.cit*, 2011, p.341

³³ CUEVA, *Idem*.

³⁴ A Doutrina de Segurança Nacional baseava-se em uma concepção deturpada de proteção da nação, fundada na premissa de defender o país contra uma suposta infiltração comunista. Nesse sentido, as Forças Armadas se colocavam como guardiãs da preservação da sociedade ocidental e cristã. Para atingir esse objetivo, os órgãos de segurança do Estado recorriam ao chamado “Estado de Guerra Interno”, que visava eliminar a subversão e o “sujeito subversivo” do corpo social. Sob essa perspectiva, qualquer indivíduo poderia ser considerado suspeito de atividade subversiva, o que transformava a própria população em alvo das ações repressivas e espalhava um temor generalizado. Cf. MENDES, R. A. Ditaduras civil-militares no Cone Sul e a Doutrina de Segurança Nacional – algumas considerações sobre a Historiografia. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 5, n. 10, p. 6–38, 2013.

dos EUA e a coordenação repressiva no âmbito do *Plano Condor*.³⁵ De modo análogo, é possível identificar semelhanças nos processos de transição política e nas tentativas de implementar a Justiça de Transição e políticas de memória, cuja eficácia variou de acordo com o contexto específico de cada país.

O primeiro país a liderar esse processo foi a Argentina, em 1983. Com a eleição de Raúl Alfonsín e o retorno de um governo civil, houve uma explosão de denúncias sobre crimes cometidos pelo aparato repressivo, incluindo sequestros, desaparecimentos, torturas e assassinatos.³⁶ Para investigar esses delitos, o governo Alfonsín invalidou a autoanistia estabelecida pelos militares e instaurou a *Comisión Nacional Sobre la Desaparición de Personas* (CONADEP).³⁷

O relatório final da Comissão, intitulado *Nunca Más*, foi entregue em 20 de setembro de 1984. O documento chocou a sociedade argentina ao revelar a dimensão trágica da repressão ditatorial. Foi fundamental para as ações de Justiça de Transição, pois levou a população a pressionar pelo julgamento da Junta Militar.³⁸ Pela primeira vez na região, militares de alta patente foram levados ao banco dos réus pela justiça civil. Em 1985, resultou na condenação à prisão perpétua de comandantes como o General Jorge Rafael Videla e o Almirante Eduardo Massera.³⁹

O *Nunca Más* representou um rompimento institucional com o passado, estabelecendo um marco para a história recente da Argentina e tornando-se um ato “fundacional” da nova democracia.⁴⁰ Essa narrativa humanitária, que denuncia crimes de lesa-humanidade, cristalizou-se como a memória “oficial” da repressão.⁴¹ O caso argentino tornou-se uma pedra

³⁵ O Plano Condor foi um pacto firmado clandestinamente entre as Forças Armadas do Cone Sul, em 1975, com o objetivo de perseguir, prender e eliminar qualquer foco ou indivíduo considerado uma ameaça aos regimes ditatoriais então vigentes. A operação não respeitou fronteiras geográficas ou políticas, desconsiderando inclusive tratados internacionais de proteção a refugiados e perseguidos políticos. Cf. MARIANO, Nilson. *As Garras do Condor*. São Paulo: Vozes, 2003.

³⁶ CRENZEL, Emilio. *A memória dos desaparecimentos na Argentina: A história política do Nunca Más*. Letra e Voz, São Paulo, 2020, 272p. p.78.

³⁷ JELIN, Elizabeth. *La lucha por el pasado. Cómo construimos memoria social*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2017. p.102

³⁸ CRENZEL, Op.cit, 2020, p.138.

³⁹ ARANETA, M.; MASSANO, J. *Argentina: La Comisión Nacional sobre Desaparición de Personas*. IN: O. L. ARBELÁEZ ROJAS y M. A. MONTOYA VÁSQUEZ (Comps.). *Voces por la verdad: Una mirada interdisciplinaria a las comisiones de la verdad para comprender el caso colombiano*. Medellín: Editorial Universidad Pontificia Bolivariana. pp. 13-33, 2020. p.21.

⁴⁰ BAUER, Caroline. *Brasil e Argentina: ditaduras, desaparecimentos e políticas de memória*. Porto Alegre: Medianiz, 2014, 330p. p.164.

⁴¹ *Ibidem*, p.165.

angular, inspirando iniciativas similares em todo o mundo,⁴² como o relatório *Uruguay Nunca Más* (1989) e a *Comisión de Verdad y Reconciliación* do Chile (1991).

Em tese, o objetivo das Comissões da Verdade e da Justiça de Transição é elaborar memórias traumáticas para fortalecer os alicerces democráticos e fazer justiça às vítimas. Na prática, contudo, sua implementação representou um enorme desafio para os governos pós-ditadura do Cone Sul. Os relatórios finais produziram efeitos diversos. O caso argentino, embora paradigmático,⁴³ tornou-se uma exceção na região devido aos avanços judiciais que o caracterizaram – ainda que com idas e vindas posteriores.⁴⁴

Julgamentos de responsáveis por crimes contra os direitos humanos permanecem excepcionais no contexto regional, mesmo com avanços recentes em países como o Chile.⁴⁵ A região ainda carrega o fardo da impunidade institucional, sustentada por mecanismos formais e informais cancelados pelas políticas de Estado, assegurando a impunidade aos perpetradores de violações de direitos humanos.⁴⁶ Este panorama é sustentado

pela histórica debilidade do poder judiciário na América Latina, pela ausência notória de vontade política das elites governantes para responsabilizar os criminosos e pela crença, mesmo entre alguns progressistas, de que os processos judiciais de direitos humanos não são viáveis, perpetuam conflitos ou minam oportunidades para a reconciliação.⁴⁷

O caso do Brasil é ilustrativo. O primeiro relatório a tratar das violações de direitos humanos pela ditadura militar, Brasil: Nunca Mais (1985), foi uma iniciativa de entidades

⁴² A iniciativa da CONADEP inspirou comissões semelhantes não só no Cone Sul. Podemos citar a de El Salvador, *Comisión de la Verdad*; no Haiti e na Guatemala, *Comisión para el Esclarecimiento Histórico*; no Peru, *Comisión de la Verdad y Reconciliación*; na África do Sul, *Truth & Reconciliation Commission*. Cf. *Ibidem*, 2014, p.166.

⁴³ BAUER, Caroline. A produção dos relatórios Nunca Mais na Argentina e no Brasil: aspectos das transições políticas e da constituição da memória sobre a repressão. **Revista de História Comparada** (UFRJ), v. 3, 2008. 19 p. p.6.

⁴⁴ Após o Julgamento da Junta Militar, em 1985, o Estado argentino passou, gradualmente, a anistiar os militares. Ainda durante o governo de Raúl Alfonsín, foram promulgadas leis como a *Ley de Obediencia Debida*, em 1987, que concedia anistia a militares de baixa patente. Já na década de 1990, o presidente Carlos Menem estendeu o perdão à alta cúpula da Junta Militar, incluindo Rafael Videla. Este somente retornaria à prisão em 2008, durante o governo de Cristina Kirchner, vindo a falecer atrás das grades em 2013. Cf. CRENZEL, op. cit., 2020.

⁴⁵ Um desses exemplos é a prisão do general Santiago Sinclair, em junho de 2023. Ele foi condenado a 18 anos de reclusão por sua participação na *Caravana da Morte*, operação responsável pela execução de 12 camponeses durante a ditadura de Augusto Pinochet. Cf. CNN Chile, 2023.

⁴⁶ BURT, Jo-Marie. Desafiando a impunidade nas cortes domésticas: processos judiciais pelas violações de direitos humanos na América Latina. REÁTEGUI, Félix (Org.). **Justiça de transição: manual para a América Latina**. Brasília: Comissão de Anistia, Ministério da Justiça, 2011. p.307-335. p.307.

⁴⁷ *Idem*.

civis como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e organizações de direitos humanos. Isto ocorreu em um contexto em que o país já havia decretado uma anistia (1979) que garantiu salvaguardas aos militares durante a transição política.⁴⁸ Na década de 1990, o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso implementou algumas medidas reparatórias, como a Lei dos Mortos e Desaparecidos Políticos (Lei 9.140/95), que concedeu compensação econômica às vítimas e familiares. No entanto, a lei não contemplou a busca pela verdade jurídica, a identificação e recuperação de restos mortais, muito menos a punição dos responsáveis.⁴⁹

Outro entrave significativo foram as decisões do Supremo Tribunal Federal brasileiro (STF). Em 2008, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) moveu uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) com o objetivo de excluir da Lei da Anistia de 1979 os crimes comuns praticados por agentes da repressão contra opositores políticos.⁵⁰ O julgamento, concluído apenas em 2010, resultou no indeferimento do pedido, mantendo a interpretação original da lei. Porém, durante o julgamento, a maioria dos ministros, como expresso na fala da ministra Cármen Lúcia, entendeu que “o direito à verdade, o direito à história, o dever do Estado brasileiro de investigar, encontrar respostas, divulgar e adotar as providências sobre os desmandos cometidos no período ditatorial não estão em questão”.⁵¹ Esta posição separou o direito à verdade e à memória do imperativo de responsabilização judicial.

O Chile, por sua vez, é marcado pelas particularidades da questão Pinochet. Assim como no Brasil, os militares chilenos se auto anistiarão e impuseram condições para a transição, como a concessão de um cargo de senador vitalício ao ditador Augusto Pinochet. Estas condições foram consolidadas na Constituição de 1980 e em suas emendas, que preservaram privilégios para a casta militar do país.⁵² Mesmo com a derrota de Pinochet no plebiscito de 1988 e o retorno à democracia, a transição chilena manteve-se dentro dos marcos

⁴⁸ COSTA, Maira Pereira Da; GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf. Justiça de Transição, Cultura Política e Legado Autoritário no Cone Sul. **Revista sul-americana de ciência política**, v. 5, p. 125-146, 2019. p.128.

⁴⁹ TELES, Janaina de Almeida. Os familiares de mortos e desaparecidos políticos e a luta por “verdade e justiça” no Brasil. IN: TELES, Edson, SAFATLE, Vladimir. **O que resta da ditadura**. São Paulo: Boitempo, 2010. p.253-298. p.247.

⁵⁰ FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. **Varia história**, v. 28, p. 43-59, 2012. p.54.

⁵¹ *Ibidem*, p.54.

⁵² TRONCOSO, R. E.; SILVA, F.F. *Chile bajo la Constitución de 1980: de la transición pactada al proceso constituyente de 2021*. **Política, Revista De Ciencia Política**, 60(1), 173–203. 2022. p.177.

da institucionalidade pinochetista.⁵³ A *Comisión de Verdad y Reconciliación*, criada nos primeiros anos da redemocratização (1991), não possuía poderes judiciais para processar violações de direitos humanos.⁵⁴

A situação chilena começou a mudar apenas em 1998, quando o ditador foi detido em Londres a pedido do juiz espanhol Baltasar Garzón.⁵⁵ A prisão de Pinochet forçou o Chile a confrontar os fantasmas dos crimes de lesa-humanidade cometidos durante a ditadura, reativando a agenda histórica dos direitos humanos.⁵⁶ Este episódio foi fundamental para que o judiciário chileno passasse a revisar questões como a aplicabilidade da anistia e a imprescritibilidade de crimes contra a humanidade.

Uma destas medidas de forte impacto é o surgimento da *Comisión Nacional de Prisión Política y Tortura* (CNPPT), ou Comissão Valech, criada através do decreto supremo 1.040, durante a gestão do presidente Ricardo Lagos no ano de 2003. Em 2006, já no governo de Michele Bachelet, é sancionada a lei 20.134, estabelecendo uma indenização para aqueles exonerados de seus cargos devido à perseguição política nos anos ditatoriais.⁵⁷ Por fim, em 2009 é promulgada a lei 20.405, criando o Instituto de Direitos Humanos e o Prêmio Nacional de Direitos Humanos, além da construção do museu da memória e dos Direitos Humanos na capital chilena, Santiago, inaugurado em 2010.⁵⁸

O Uruguai também não sanou suas pendências com o passado recente de imediato. Em 1984, foi firmado o Pacto do Clube Naval, acordo entre políticos civis e militares que assegurava a realização das eleições naquele ano, ao mesmo tempo em que protegia as Forças Armadas de punições por crimes cometidos durante a ditadura.⁵⁹ Essa segurança jurídica foi consolidada com a *Ley de Caducidad de la Pretensión Punitiva del Estado*,⁶⁰ de 1986, que,

⁵³ BRUNNER, José Joaquín. Chile: claves de una transición pactada. *Nueva sociedad*. nro.106 marzo- abril 1990, pp. 6-12. p.6

⁵⁴ ROJAS ARAVENA, Francisco. *La detencion del general Pinochet: notas para su interpretacion y evaluacion del impacto en el sistema politico chileno*. IN: ROJAS ARAVENA, Francisco; STEFONI, Carolina. *El "caso Pinochet". Visiones hemisfericas de su detencion en Londres*. Santiago, Chile: FLACSO-Chile, 2001. p. 21-40.

⁵⁵ *Ibidem*, p.22.

⁵⁶ *Ibidem*, p.30.

⁵⁷ ARBOLEDA-ARIZA, J. C.; BRAVO, G. P.. *La dosificación del pasado: la memoria en las políticas oficiales de reparación chilenas*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 36, n. 106, 2021. p.3

⁵⁸ *Idem*.

⁵⁹ SERPAJ. *URUGUAY NUNCA MÁS: informe sobre la violacion a los derechos humanos (1972-1985)*. *Servicio paz y justicia*. Uruguay, 1989. p.106.

⁶⁰ LESSA, Francesca; FRIED, Gabriela. *Luchas contra la impunidad. Uruguay 1985-2011*. Montevideo: Trilce, 2011. p.34.

embora tivesse gerado mobilizações de diversas organizações civis em favor de sua revogação, foi mantida por meio de um referendo em 1989.⁶¹ No mesmo ano, foi publicado o *Informe Uruguay Nunca Más*, como resposta das organizações e movimentos de direitos humanos à impunidade imposta pelo Estado.⁶²

O panorama começou a se alterar no final da década de 1990 e início dos anos 2000, durante a gestão do presidente Jorge Batlle. Passou a ocorrer um debate público sobre os detidos-desaparecidos uruguaios, culminando na criação da *Comisión para la Paz*. Iniciada em 2000, essa comissão tinha como objetivo investigar os desaparecidos e mortos durante a ditadura, atendendo a uma demanda dos familiares das vítimas da repressão.⁶³ Esse processo foi aprofundado ainda mais nas gestões da coalizão política de esquerda da Frente Ampla, a partir dos governos de Tabaré Vázquez (2005–2010) e José “Pepe” Mujica (2010–2015). Contudo, em novo referendo realizado em 29 de outubro de 2009, junto às eleições presidenciais, a *Ley de Caducidad* foi novamente ratificada.

Observa-se, portanto, que o caso uruaio apresenta progressos e entraves concomitantes. Houve o reconhecimento do Estado por meio de políticas de memória e de condenações individuais, como a prisão do ex-presidente e ditador Juan María Bordaberry, em 2006.⁶⁴ Contudo, a *Ley de Caducidad* permanece vigente, carregando consigo todo o simbolismo da impunidade em relação aos crimes da ditadura.

É nesse contexto extremamente atribulado, marcado por avanços e retrocessos, que a memória é mobilizada por aqueles que reivindicam *Verdad y Justicia*. Sobreviventes e familiares das vítimas de crimes de lesa-humanidade cometidos por agentes estatais e paraestatais durante a ditadura utilizaram a memória como ferramenta para fortalecer suas lutas em busca de punição aos responsáveis pelo Terrorismo de Estado.

O exemplo mais emblemático nesse sentido é o das *Madres y Abuelas de la Plaza de Mayo*, na Argentina. Compostas por mães e avós de desaparecidos políticos, essas organizações vinculadas a movimentos de direitos humanos tornaram-se símbolos da

⁶¹ *Ibidem*, p.36.

⁶² SERÉ, Cecilia; VAZ, Alexandre Fernandez. Corpo e política no retorno à democracia no Uruguai (1985-1990): integração da sociedade e continuação da violência. **Revista Movimento**. (UFRGS. Impresso), v. 20, p. 151-162, 2015. p.152.

⁶³ MONTANO, *op.cita*, 2015, p.134.

⁶⁴ LESSA, Francesca. *¿Justicia o impunidad? Cuentas pendientes a treinta años del retorno a la democracia*. ILCEA. 26 | 2016 *Mémoire, vérité et justice en Uruguay*. p.6.

resistência contra as violações dos direitos humanos perpetradas pelas ditaduras do Cone Sul. Seu lema, *Aparición con Vida*, vai além da ideia do *Nunca Más*: as *Madres* recusam o luto, negando simbolicamente a morte de seus entes queridos. Essa recusa, por vezes, é encarada de maneira pejorativa, chegando ao ponto de muitas pessoas na Argentina classificarem as *Madres* como “loucas” quando utilizam a consigna *Aparición con Vida*.⁶⁵ A luta das *Madres* contribuiu para que os desaparecidos se tornassem parte integrante da política e da sociedade argentina.⁶⁶ Para essas organizações, seus entes queridos não deixaram de existir, pois continuam vivos nos ideais que defendem, que permanecem presentes na sociedade atual.⁶⁷

O lema encampado pelas *Madres y Abuelas de la Plaza de Mayo* é um exemplo emblemático do debate levantado por Berber Bevernage (2018) acerca do conflito entre *passado irreversível* e *passado irrevogável*. Trata-se de uma discussão sobre o antagonismo temporal entre história e justiça.⁶⁸ O tempo irreversível da história se contrapõe à temporalidade jurídica, pois o crime cometido encontra-se parcialmente no passado, assumindo uma condição de ausência ou distância. Por isso, a ideia de uma justiça perfeita é utópica e irrealizável no campo da história. Esse raciocínio se baseia, em grande parte, na crítica à justiça perfeita formulada pelo filósofo Max Horkheimer,⁶⁹ conforme expõe Bevernage. Segundo essa perspectiva, “é impensável que a justiça perfeita possa ser realizada no campo da história, pois mesmo uma sociedade perfeitamente justa nunca pode compensar a miséria do passado”.⁷⁰ Em outras palavras, “os assassinados foram realmente assassinados”. O tempo irreversível deixa à história um caráter incômodo, aproximando-se do injusto e do imoral.⁷¹

Contrapondo-se ao tempo irreversível, tem-se o conceito de passado irrevogável. Com base na abordagem do filósofo francês Vladimir Jankélévitch, Bevernage destaca que, ao contrário da transitoriedade e do caráter passageiro do *irreversível*, o *irrevogável* se caracteriza pela inflexibilidade e densidade.⁷² Ao invés de ser frágil, dissolúvel ou fugaz em

⁶⁵ BEVERNAGE, Berber. **História, memória e violência de Estado: tempo e justiça**. Serra: Milfontes, 2018. Edição Digital. p.72

⁶⁶ *Ibidem*, p.69.

⁶⁷ *Ibidem*, p.84.

⁶⁸ *Ibidem*, p.30.

⁶⁹ Max Horkheimer utilizou o tempo histórico irreversível para tecer uma crítica a filosófica escatológica e anamnésica de Walter Benjamin. Cf. *Ibidem*, 2018, p. 31.

⁷⁰ *Idem*, p.31.

⁷¹ *Ibidem*, p.32.

⁷² *Ibidem*, p.33.

relação ao presente, o passado é experimentado como persistente e denso, fundindo-se ao tempo presente. Essa experiência do passado gera uma impossibilidade oposta: reivindicar o passado no presente ou negar um passado inconveniente.⁷³ A partir do conceito de *irrevogável*, emerge uma ferramenta teórico-metodológica capaz de se opor ao tempo *irreversível* da história. Desafiando a ideia de passado como algo dado, ausente e datado, o *irrevogável* permite considerar passados “persistentes” ou assombrosos como relevantes no presente.⁷⁴

É na noção de passado *irrevogável* que se inserem as Comissões da Verdade e a Justiça de Transição. Tais mecanismos buscam dar sentido ao passado e tornam-se processos ainda abertos.⁷⁵ Para aqueles que encaram os crimes e violações de direitos humanos como traumas não sanados, o Estado democrático de direito tem o dever não apenas de preservar a memória, mas também de denunciar o passado, promovendo medidas e políticas voltadas ao esclarecimento da verdade, à justiça e ao reconhecimento da violência ditatorial.⁷⁶ Por isso, o conceito de *irrevogável* é central para os princípios da Justiça de Transição e das políticas de memória: ao referir-se a um passado que persiste no presente, rompe-se com a ideia de distância temporal entre passado e presente, tão central ao conceito de tempo *irreversível* da história.⁷⁷

Observa-se isso nos casos da Argentina, Chile e Uruguai. Nos dois últimos países, o reconhecimento público das violações de direitos humanos perpetradas durante os anos ditatoriais ocorreu após longos anos de batalhas judiciais e ainda se dá de forma parcial. Sem esse reconhecimento, justiça e reparação podem não ser alcançadas. O Brasil é um exemplo similar: embora tenha sido criada a Comissão Nacional da Verdade em 2011, mais de 20 anos após o fim da ditadura, os julgamentos de agentes da repressão militar não avançaram, demonstrando que, quando o debate público não obtém legitimidade ou amplo apoio, o tempo da justiça não se concretiza. Por mais que existam tempos da memória, é necessário

⁷³ *Ibidem*, p.34.

⁷⁴ *Ibidem*, p.35.

⁷⁵ JELIN, *Op.cit*, 2017, p.42.

⁷⁶ *Ibidem*, p.46.

⁷⁷ BEVERNAGE, *Op.cit*, 2018, p.34.

considerar os contextos políticos, sociais e econômicos de cada país do Cone Sul, pois estes determinam os ritmos da recordação e do esquecimento social.⁷⁸

A relevância dos “dilemas da Justiça de Transição” se evidencia nas conjunturas da Argentina, Brasil, Chile e Uruguai. A efetividade de políticas de justiça de transição pode ser limitada pelo poder preservado que os militares mantiveram durante os processos de transição política, como nas transições pactuadas de Brasil, Chile e Uruguai. Buscar medidas mais rigorosas no âmbito judicial, como a condenação de militares responsáveis pela repressão, poderia comprometer a estabilidade política em um período de retomada democrática fragilizado por acordos firmados ao final das ditaduras.⁷⁹ Em nome do pragmatismo e da prevenção do retorno da violência e do autoritarismo, optou-se por manter leis de anistia amparadas no esquecimento, com o objetivo de obter um futuro pacificado.

Pensar o *irrevogável* nos leva à tarefa de compreender o passado assombroso. É extremamente complexo e permeado de entraves situar de maneira consistente a noção de passado assombroso e *irrevogável* nos termos da historiografia acadêmica e do pensamento histórico moderno, especialmente o ocidental.⁸⁰ Assim, para entender a relação entre história, ética e justiça, é necessário questionar o papel da história e do discurso histórico no âmbito da Justiça de Transição.⁸¹

Conclusão: Armadilhas e Desafios do Irrevogável

A Justiça de Transição e as políticas de memória articuladas em torno das Comissões da Verdade apresentam-se como ferramentas válidas, não apenas para investigar e esclarecer os crimes do passado, mas também para fortalecer os alicerces democráticos da sociedade. Ainda que louvável, tal proposta pode gerar efeitos contrários no cenário político. O trabalho das Comissões, em muitos casos, desperta opiniões inflamadas e conflitantes, reavivando rancores, além de ameaçar a imagem e a posição de instituições e grupos envolvidos na repressão ditatorial.⁸²

⁷⁸ MONTAÑO; CRENZEL, E. (Orgs.). *Las Luchas Por La Memoria em América Latina. Historia Reciente y Violencia Política*. México: Bonilla Artigas, ENAM, IIS, 2015. p.16.

⁷⁹ BURT, *op.cita*, 2011, p.309

⁸⁰ BEVERNAGE, *op.cita*, 2018, p.206.

⁸¹ *Ibidem*, 2018, p.45

⁸² RODRIGUES PINTO, *Op.cit*, 2010, p.141.

Eis o dilema da Justiça de Transição e das Comissões da Verdade: a conjuntura política das transições impõe restrições, sobretudo nos casos em que a abertura se deu por meio de acordos e negociações — como ocorreu em Brasil, Chile e Uruguai.⁸³ Nessas situações, o equilíbrio de poder mostrou-se extremamente frágil, pois os militares ainda detinham força e influência na esfera política, impondo entraves às investigações, aos julgamentos e à aplicação de condenações no âmbito judicial. Nesse contexto intrincado, os novos regimes democráticos se depararam com duas urgências: por um lado, a necessidade de fortalecer o Estado democrático de direito responsabilizando os autores de crimes contra a humanidade; por outro, a demanda por reconstrução nacional e por processos de reconciliação social.⁸⁴

Os novos regimes democráticos, assim, enfrentaram uma verdadeira “Escolha de Sofia”, um dos paradigmas centrais da Justiça de Transição. Optar por reparações e pelo direito à verdade histórica — correndo o risco de abrir espaço para contestação e até para o retorno da violência autoritária — ou priorizar as demandas políticas do presente em busca de maturidade democrática, mesmo em prejuízo das vítimas da ditadura? Muitas vezes, a ânsia pela reconciliação e pela reconstrução nacional favoreceu o caminho do “esquecimento e perdão”. Mas qual direção seguir: o silenciamento das vítimas e de suas memórias incômodas, ou a busca de uma justiça integral, que pode reabrir o ciclo da violência política?⁸⁵

Essa encruzilhada manifestou-se recentemente no Brasil. A criação da Comissão Nacional da Verdade, em 2011, e a divulgação de seu relatório final geraram uma crise entre o governo de Dilma Rousseff e as Forças Armadas. Esse atrito resultou em uma cisão na postura dos militares em relação aos demais poderes da República, reativando sua intromissão na política. O conflito entre as Forças Armadas e o governo do PT constituiu um dos elementos da crise política brasileira contemporânea que, juntamente com a ascensão da extrema-direita a partir das jornadas de junho de 2013⁸⁶ e com o uso estratégico do Judiciário

⁸³ BEVERNAGE, *Op.cit.*, 2018, p.38

⁸⁴ *Ibidem*, 2018, p.45.

⁸⁵ *Ibidem*, 2018, p.39.

⁸⁶ O movimento, que começou com a legítima demanda pela diminuição do preço da passagem do transporte público em São Paulo, foi aos poucos sendo sequestrado por grupos de direita e extrema-direita, como o MBL e os “Revoltados Online”. Estes grupos acabaram levando as ruas pautas que não representavam a proposta original defendida no início das manifestações, como a corrupção, moralização da política e até mesmo cartazes pedindo “intervenção militar”. Cf. SALOMÃO, Arthur. (Des)continuidades entre “junho de 2013” e a campanha pró-impeachment em São Paulo: as mobilizações de 2013 para além do ovo da serpente e da revolta popular. *Revista Angelus Novus*, São Paulo, Brasil, v. 15, n. 20, 2024. Disponível em: <https://revistas.usp.br/ran/article/view/226226..> Acesso em: 24 set. 2025. p.20.

brasileiro na Operação Lava Jato (o chamado lawfare),⁸⁷ culminou no golpe jurídico-parlamentar contra Dilma em 2016, com o endosso dos militares.⁸⁸ Não por acaso, o governo Bolsonaro foi marcado pela forte presença de militares em cargos centrais, além do fato de o próprio Presidente ter sido militar e defensor declarado da ditadura de 1964.⁸⁹

Mesmo quando políticas de memória e responsabilização parecem eficazes em combater o esquecimento e o revisionismo, a conjuntura política, econômica e social pode se sobrepor. Exemplo disso foi o resultado das eleições na Argentina em 2023. Referência internacional em políticas de Justiça de Transição, o país elegeu Javier Milei, negacionista do número de vítimas da última ditadura militar argentina. Ainda mais radicais são as posições de sua vice-presidente, Victoria Villarruel. Filha e neta de militares, ela coordenou o *Centro de Estudios Legales sobre el Terrorismo y sus Víctimas* (CELTYV), voltado às vítimas de ações armadas de grupos de esquerda, como os *Montoneros*, na década de 1970. O CELTYV tem sido frequentemente instrumentalizado pela extrema-direita e por defensores dos militares para deslocar o foco da violência ditatorial, atribuindo responsabilidade principal aos militantes políticos de esquerda. Villarruel, inclusive, visitou o ditador Jorge Rafael Videla na prisão pouco antes de sua morte, em 2013.⁹⁰

Como se observa, as Comissões da Verdade e a Justiça de Transição ainda constituem processos abertos, mobilizando disputas intensas em torno da memória recente. Tanto vítimas quanto perpetradores muitas vezes permanecem vivos e ocupam posições relevantes na estrutura política dos países do Cone Sul — como Dilma Rousseff (2011–2016), no Brasil, e José Mujica (2010–2015), no Uruguai, ambos ex-integrantes de grupos armados opositores das ditaduras. O passado ditatorial, portanto, não se encerrou: continua a ser um componente fundamental do presente. A dificuldade em processá-lo persiste de forma profunda, sendo vetor de conflitos sociais e políticos.⁹¹

Não é à toa que as Comissões da Verdade dirigem suas recomendações às gerações atuais e futuras, articulando justiça às vítimas com a construção de um futuro mais

⁸⁷ *Ibidem*, 2024, p.22.

⁸⁸ GUILHERME, C. A. A Comissão Nacional da Verdade e as Crises com os Militares no Governo Dilma Rousseff (2011). *Revista Eletrônica História em Reflexão*, [S. l.], v. 15, n. 29, p. 45–62, 2021. p.48

⁸⁹ *Ibidem*, p.60.

⁹⁰ CARMO, Marcia. Quem é a vice de Milei, que defende revisar indenizações da ditadura na Argentina. **BBC**, 20 de novembro de 2023.

⁹¹ JELIN, *Op.cit.*, 2001, p.4.

democrático. Não se trata apenas de evitar a repetição dos erros do passado, mas de garantir que o futuro seja melhor. Elas falam em justiça às vítimas, abrindo feridas justamente na tentativa de promover uma hipotética conciliação.⁹² Daí a importância de políticas de memória que permitam revisitar o passado em suas múltiplas representações, favorecendo uma reflexão crítica. É nesse dissenso, nessa relação conflitiva com a história, que pode emergir uma postura emancipadora em relação ao presente e ao futuro.⁹³

Referências

AMAYA, G. *¿A qué memoria apuntan las políticas de memoria?* In: CUESTAS, F.; VERMEREN, P. (org.). **Una memoria sin testamento: pensar los nuevos escenarios en los tiempos del recuerdo**. Santiago: RIL editores, Universidad de Los Lagos, 2020. p.255-280

ARANETA, M.; MASSANO, J. Argentina: *La Comisión Nacional sobre Desaparición de Personas*. IN: O. L. ARBELÁEZ ROJAS y M. A. MONTOYA VÁSQUEZ (Comps.). **Voces por la verdad: Una mirada interdisciplinaria a las comisiones de la verdad para comprender el caso colombiano**. Medellín: Editorial Universidad Pontificia Bolivariana. pp. 13-33, 2020.

ARBOLEDA-ARIZA, J. C.; BRAVO, G. P. *La dosificación del pasado: la memoria en las políticas oficiales de reparación chilenas*. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 36, n. 106, 2021.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Fórmula para o caos: a derrubada de Salvador Allende 1970-1973**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. 640 p

BAUER, Caroline Silveira. A produção dos relatórios Nunca Mais na Argentina e no Brasil: aspectos das transições políticas e da constituição da memória sobre a repressão. **Revista de História Comparada** (UFRJ), v. 3, 2008. 19 p.

_____. **Brasil e Argentina: ditaduras, desaparecimentos e políticas de memória**. Porto Alegre: Medianiz, 2014, 330p.

BEVERNAGE, Berber. **História, memória e violência de Estado: tempo e justiça**. Serra: Milfontes, 2018. Edição Digital.

BRUNNER, José Joaquín. *Chile: claves de una transición pactada*. **Nueva sociedad**. nro.106 marzo- abril 1990, pp. 6-12. p.6

⁹² MATE, R. *Ética y justicia transicional o más allá del derecho*. **InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais**, Brasília, v. 4, n. 1, p. 87–108, 2019. p.107.

⁹³ AMAYA, G. *¿A qué memoria apuntan las políticas de memoria?* In: CUESTAS, F.; VERMEREN, P. (org.). **Una memoria sin testamento: pensar los nuevos escenarios en los tiempos del recuerdo**. Santiago: RIL editores, Universidad de Los Lagos, 2020. p.255-280. p.280.

BURT, Jo-Marie. Desafiando a impunidade nas cortes domésticas: processos judiciais pelas violações de direitos humanos na América Latina. REÁTEGUI, Félix (Org.). **Justiça de transição: manual para a América Latina**. Brasília: Comissão de Anistia, Ministério da Justiça, 2011. p.307-335.

CALDAS, P. S. P.. O conceito de evento limite: Uma análise de seus diagnósticos. **Tempo**, v. 25, n. 3, p. 737–757, set. 2019.

CARDOSO, L. C.. Os discursos de celebração da “Revolução de 1964”. **Revista Brasileira de História**, v. 31, n. 62, p. 117–140, dez. 2011.

CARMO, Marcia. Quem é a vice de Milei, que defende revisar indenizações da ditadura na Argentina. **BBC**, 20 de novembro de 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cxw1x1x4njxo>. Acesso em 01 de dez de 2023.

CNN CHILE. *Quién es Santiago Sinclair, mano derecha de Pinochet y condenado a 18 años de presidio por el caso Caravana de la Muerte*. **CNN CHILE**. 16 de jun. De 2023. *Dictadura Militar*. Disponível em: https://www.cnnchile.com/pais/santiago-sinclair-caravana-de-la-muerte-dictadura_20230616/. Acesso em 18 de out. de 2023.

COSTA, Maíra Pereira Da; GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf. Justiça de Transição, Cultura Política e Legado Autoritário no Cone Sul. **Revista sul-americana de ciência política**, v. 5, p. 125-146, 2019.

CRENZEL, Emilio. **A memória dos desaparecimentos na Argentina: A história política do Nunca Más**. Letra e Voz, São Paulo, 2020, 272p.

CUEVA, Eduardo González. Até onde vão as comissões da verdade?. In: REÁTEGUI, Félix (Org.). **Justiça de transição: manual para a América Latina**. Brasília: Comissão de Anistia, Ministério da Justiça, 2011. p. 339-356. p.340.

FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. **Varia história**, v. 28, p. 43-59, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/P7RGYBDBYn755mZRVGq3vGx/?lang=pt>. Acesso em 18 de out. 2023.

GALLO, C. A. A Comissão Nacional da Verdade e a reconstituição do passado recente brasileiro: uma análise preliminar da sua atuação. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 20, n. 39, 2016. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/7457>. Acesso em: 13 de set. 2023

GARRETÓN M., M. A.. A redemocratização no Chile: transição, inauguração e evolução. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 27, p. 59–92, dez. 1992.

GUGLIELMUCCI, A. La objetivación de las memorias públicas sobre la última dictadura militar Argentina (1976-1983): el 24 de marzo en el ex Centro Clandestino de Detención (ESMA). **Antípoda. Revista de Antropología y Arqueología**, [S. l.], v. 1, n. 4, p. 243–265, 2007. Disponível em: <https://revistas.uniandes.edu.co/index.php/antipoda/article/view/1755>. Acesso em: 1 dez. 2023.

GUILHERME, C. A. A Comissão Nacional da Verdade e as Crises com os Militares no Governo Dilma Rousseff (2011). **Revista Eletrônica História em Reflexão**, [S. l.], v. 15, n. 29, p. 45–62, 2021. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/10892>. Acesso em: 4 ago. 2023.

JELIN, Elizabeth. *La lucha por el pasado. Cómo construimos memoria social*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2017.

_____. *Los trabajos de la memoria*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2001.

LAYÚS, Rosario Figari. *Debates actuales y cuentas pendientes de la justicia transicional en América Latina*. **IBEROAMERICANA. América Latina - España – Portugal**. Berlim, 2023, p. 267-289. Disponível em: <https://journals.iai.spk-berlin.de/index.php/iberoamericana/article/view/3006>. Acesso em 10 jul. de 2023.

LESSA, Francesca. *¿Justicia o impunidad? Cuentas pendientes a treinta años del retorno a la democracia*. **ILCEA**. 26 | 2016 *Mémoire, vérité et justice en Uruguay*. Disponível em: <https://journals.openedition.org/ilcea/3874?lang=de>. Acesso em 10 de out. de 2023.

_____; FRIED, Gabriela. **Luchas contra la impunidad. Uruguay 1985-2011**. Montevideo: Trilce, 2011.

MARQUES, T. C. S.. Frágeis e perigosos: A repercussão internacional da violência contra estrangeiros durante o golpe de 1973 no Chile. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v. 13, n. 1, p. 182–198, jan. 2013.

MATE, R. *Ética y justicia transicional o más allá del derecho*. **InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais**, Brasília, v. 4, n. 1, p. 87–108, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/view/28829>. Acesso em: 4 jul. 2023.

MONTAÑO, Eugenia Allier. *De historias y memorias sobre el pasado reciente en Uruguay: treinta años de debates*. C.M.H.L.B. **Caravellen**, N° 104, p. 133-150, Toulouse, 2015.

_____; CRENZEL, E. (Orgs.). **Las Luchas Por La Memoria en América Latina. Historia Reciente y Violencia Política**. México: Bonilla Artigas, ENAM, IIS, 2015.

PADRÓS, E. S. História do tempo presente, ditaduras de segurança nacional e arquivos repressivos. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 30-45, 2009. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/708>. Acesso em: 31 jul. 2023.

_____. *Como el Uruguay no hay ... Terror de Estado e segurança nacional Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2005. Tese de Doutorado.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, p. 3-15.

RAMÍREZ, Hernan. Política e tempo presente na historiografia das ditaduras do cone sul da américa latina. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 71 - 94, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180304012012071>. Acesso em: 1 jul. 2023.

RODRIGUES PINTO, Simone. Direito à memória e à verdade: comissões da verdade na América Latina. **Revista debates (UFRGS)**, v. 4, p. 128-143, 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/debates/article/view/11860/8304>. Acesso em 04 de mar. de 2020.

ROUSSO, Henry. **A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo**. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

ROJAS ARAVENA, Francisco. *La detencion del general Pinochet: notas para su interpretacion y evaluacion del impacto en el sistema politico chileno*. IN: ROJAS ARAVENA, Francisco; STEFONI, Carolina. **El "caso Pinochet". Visiones hemisfericas de su detencion en Londres**. Santiago, Chile: FLACSO-Chile, 2001. p. 21-40.

SALOMÃO, Arthur. (Des)continuidades entre “junho de 2013” e a campanha pró-impeachment em São Paulo: as mobilizações de 2013 para além do ovo da serpente e da revolta popular. **Revista Angelus Novus**, São Paulo, Brasil, v. 15, n. 20, 2024. Disponível em: <https://revistas.usp.br/ran/article/view/226226>. Acesso em: 24 set. 2025.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SERÉ, Cecilia; VAZ, Alexandre Fernandez. Corpo e política no retorno à democracia no Uruguai (1985-1990): integração da sociedade e continuação da violência. **Revista Movimento**. UFRGS (Impresso), v. 20, p. 151-162, 2015. p.

SERPAJ. **URUGUAY NUNCA MÁS: informe sobre la violacion a los derechos humanos (1972-1985)**. Servicio paz y justicia. Uruguay, 1989.

SOSA GONZÁLEZ, A. M. *Las “Marchas del Silencio” en Uruguay: poética y reivindicación memorial a través de las imágenes*. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, 2021. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/21751803ne2021e0105>. Acesso em: 30 jun. 2023.

SOUZA MENDES, R. A. Ditaduras civil-militares no Cone Sul e a Doutrina de Segurança Nacional – algumas considerações sobre a Historiografia. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 5, n. 10, p. 06 - 38, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180305102013006>. Acesso em: 31 jul. 2023.

TRONCOSO, R. E.; SILVA, F.F. *Chile bajo la Constitución de 1980: de la transición pactada al proceso constituyente de 2021*. **Política, Revista De Ciencia Política**, 60(1), 173–203. 2022.

ZAVERUCHA, Jorge. Relações civil-militares: o legado autoritário da Constituição brasileira de 1988. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (org.). **O que resta da ditadura**. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 41-76.

ZYL, Paul Van. 2005. Promovendo A Justiça Transicional Em Sociedades Pós-Conflito. In: REÁTEGUI, Félix (Org.). **Justiça de transição: manual para a América Latina**. Brasília: Comissão de Anistia, Ministério da Justiça, 2011. p. 47-72.

**NEGOCIANTE E SENHOR DE ENGENHO NO
ANTIGO REGIME NOS TRÓPICOS: A TRAJETÓRIA
DE INÁCIO FRANCISCO DE ARAÚJO NA
CAPITANIA DO RIO DE JANEIRO. c. 1688-1742.
MERCHANT AND PLANTATION OWNER IN THE
OLD REGIME IN THE TROPICS: THE TRAJECTORY
OF INÁCIO FRANCISCO DE ARAÚJO IN THE
CAPTAINCY OF RIO DE JANEIRO, C. 1688-1742.**

CARLITO LOPES DE OLIVEIRA JUNIOR¹

Resumo: A estrutura econômica colonial do Rio de Janeiro formou-se em torno da produção açucareira nos séculos XVII e XVIII, consolidando-se após a expulsão dos indígenas do litoral. Nesse período, uma elite mercantil se desenvolveu na praça do Rio de Janeiro, enquanto a elite agrária se afirmava nas freguesias rurais. Destaca-se o capitão Inácio Francisco de Araújo, natural de Braga (Portugal), cuja atuação na Capitania ao longo do século XVIII exemplifica a interseção entre as esferas mercantil e agrária. Como senhor de engenho e grande proprietário, sua trajetória evidencia as formas de inserção e mobilidade da elite colonial, articulando interesses econômicos, redes familiares e poder político na formação da sociedade fluminense.

Palavras-chave: estrutura colonial. classe mercantil. Rio de Janeiro.

Abstract: The colonial economic structure of Rio de Janeiro was shaped around sugar production in the 17th and 18th centuries, consolidating after the expulsion of Indigenous peoples from the coast. During this period, a mercantile elite emerged in the city of Rio de Janeiro, while an agrarian elite established itself in the rural parishes. Notably, Captain Inácio Francisco de Araújo, a native of Braga (Portugal), exemplified the intersection between mercantile and agrarian spheres through his activities in the captaincy throughout the 18th century. As a sugar mill owner and large landholder, his trajectory reveals the forms of insertion and mobility of the colonial elite, intertwining economic interests, family networks, and political power in the formation of Fluminense society.

¹ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense. Coordenador de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Eventos de Magé. (Email: carlitolopes@id.uff.br)

Keywords: colonial structures. mercantile class. Rio de Janeiro.

Introdução

A consolidação da colonização portuguesa no litoral brasileiro, após a expulsão dos povos indígenas, teve como base a produção açucareira, especialmente no Rio de Janeiro, entre os séculos XVII e XVIII. Nesse contexto, estruturou-se uma sociedade marcada pela formação de uma elite mercantil na cidade e de uma elite agrária nas áreas rurais, ambas articuladas em torno do comércio atlântico e da exploração da terra. É nesse cenário que se insere o capitão Inácio Francisco de Araújo (c. ?–1742), natural de Requião, Vila Nova de Famalicão, Braga (Portugal), que emigrou para a Capitania do Rio de Janeiro, onde construiu trajetória expressiva como negociante, senhor de engenho e proprietário de terras. Sua atuação possibilita compreender as dinâmicas de inserção e mobilidade social da elite luso-brasileira, permitindo compreender as interconexões entre o mundo mercantil e o agrário no Antigo Regime nos Trópicos.

A partir da segunda metade do século XVI, os negociantes de grosso trato e comerciantes começaram a formar uma classe de grande relevância econômica e social². Esses indivíduos desempenhavam um papel fundamental na estrutura comercial da época, especialmente na praça mercantil do Rio de Janeiro. A atividade comercial intensa que eles promoviam não apenas facilitou as trocas comerciais, mas também foi essencial para o crescimento e fortalecimento do porto do Rio de Janeiro, que se tornava cada vez mais um ponto estratégico no cenário econômico do Brasil e da América Portuguesa.

Esse crescimento do porto e da cidade do Rio de Janeiro estava intimamente ligado à expansão da cultura canvieira nas freguesias rurais ao redor da cidade. A cultura do açúcar, impulsionada pelo sistema de sesmarias – forma de concessão de terras pela Coroa Portuguesa –, visava a produção para abastecer o mercado interno, suprimindo as necessidades alimentares e econômicas da cidade e a produção em larga escala para o comércio externo.

² Cf. PEDREIRA, Jorge Miguel Viana. **Os Homens de Negócio da Praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822): diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social**. Tese (Doutorado em Sociologia). Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1995; FRAGOSO, João. **Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998; FRAGOSO, João Luís Ribeiro. Mercados e negociantes imperiais: um ensaio sobre a economia do Império português (séculos XVIII e XIX). **História: Questões & debates**, Curitiba, n. 36, 2002, p. 379-423.

O açúcar produzido nessas regiões se tornava um dos principais produtos de exportação do Brasil, reforçando a importância econômica do Rio de Janeiro como um dos maiores entrepostos comerciais do império português, que gradualmente foi ocupando a função desempenhada pelo porto de São Salvador.

As sesmarias eram vastas extensões de terra concedidas pela Coroa Portuguesa a indivíduos ou grupos que se comprometessem a torná-las produtivas³. Esse modelo visava fomentar a agricultura e garantir o desenvolvimento da colônia, assegurando que as terras não ficassem improdutivas. No caso específico do Rio de Janeiro, essa política contribuiu para a expansão da produção canavieira, que, por sua vez, impulsionou o crescimento econômico da região e favoreceu o surgimento da praça mercantil do Rio de Janeiro, que estava localizada na rota comercial envolvendo importantes locais para o comércio do império luso, como Angola e a bacia do Prata. Segundo Fragoso⁴, o Rio de Janeiro comercializava aguardente e alimentos para os cativos africanos que eram vendidos para os proprietários no Prata, que contribuíram para formar o patrimônio dos senhores de engenho do Rio. Dessa maneira, a interação entre o comércio mercantil promovido pelos grandes negociantes e a expansão da cultura canavieira nas áreas rurais criou uma dinâmica econômica que foi fundamental para o desenvolvimento do Rio de Janeiro.

Com o monopólio português do açúcar a partir da segunda metade do século XVI, a Coroa Portuguesa almejava expandir a sua produção para além da ilha da Madeira e as áreas produtivas do nordeste⁵. Dessa forma, as terras ao redor da Baía de Guanabara tornaram-se uma área de grande relevância para estabelecer as freguesias rurais, onde a atuação de senhores de engenho e lavradores se intensificou, especialmente a partir do início do século XVIII. A consolidação progressiva do Rio de Janeiro como centro irradiador para o centro-sul

³ Cf. LINHARES, Maria Yedda Leite. Pecuária, Alimentos e Sistemas Agrários no Brasil séculos XVII e XVIII. In: **Tempo**. Rio de Janeiro: UFF, v. 1, n.2, pp. 132-150, 1996; LIMA, Rui Cirne. **Pequena história territorial do Brasil: sesmarias e terras devolutas**. Goiânia: Editora UFG, 2002; ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira. **História e Direito: sesmarias e conflito de terras entre índios em freguesias extramuros no Rio de Janeiro (século XVIII)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002; NOZOE, Nelson. Sesmarias e apossamento de terras no Brasil Colônia. **Economia**, v. 7, n. 3, set/out 2006, pp. 587-605.

⁴ Cf. FRAGOSO, João. A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII). In: **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista Bicalho; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. (Orgs.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 38.

⁵ Cf. LOBO, Eulália M. L. O comércio atlântico e a comunidade de mercadores no Rio de Janeiro e em Charleston no século XVIII. **Revista de História**, v. 51, n. 101, p. 49-106. São Paulo, 1975.

e como concorrente da Bahia, após a descoberta do ouro, fez com que a cidade se tornasse o principal fornecedor para Minas Gerais. Esse contexto favoreceu o desenvolvimento gradual das demais freguesias da região.

A formação geográfica da Baía de Guanabara oferece condições propícias para o desenvolvimento agrícola e comercial⁶. Os rios navegáveis favoreceram a criação de portos ao longo de suas margens e na orla da baía, facilitando o escoamento da produção agrícola. No século XVII, a abertura do Caminho Novo por Garcia Paes integrou a região à dinâmica econômica entre o porto do Rio de Janeiro e o interior do Brasil, especialmente com a Capitania de Minas Gerais, estabelecida em 1720.

As principais fontes utilizadas neste estudo provêm do banco de dados Estrutura Fundiária do Recôncavo da Guanabara (séculos XVII e XVIII), organizado por Maurício de Abreu, que reúne escrituras dos Ofícios de Notas do Rio de Janeiro, disponíveis no Arquivo Nacional e acessíveis em <https://mauricioabreu.com.br/escrituras>. Ao pesquisar nomes relacionados ao nosso objeto de pesquisa, foi possível comparar e elencar a atividade no mercado de terras e atividades agrárias, como senhor de engenho e envolvido no negócio da aguardente, como também investigar nomes elencados na família de Barros de Miranda e Souto Maior, com vistas a entender a rede mercantil que, oportunamente, foi base para a rede agrária de engenhos no recôncavo guanabarino.

Terra, engenhos, negociantes e mercado imperfeito

A história agrária tem se consolidado como um campo de estudo cada vez mais relevante na historiografia desde a década de 1990, refletindo interesse crescente em entender as complexas relações entre o homem e a terra ao longo do tempo. Esse enfoque tem permitido uma investigação aprofundada acerca das práticas agrícolas, das estruturas de posse, uso e administração da terra, aspectos centrais para a compreensão das sociedades em diferentes contextos históricos.

A forma de se trabalhar com a perspectiva da história da terra e, no que toca ao presente trabalho, a história social da propriedade, merecem a devida atenção por meio de

⁶ Cf. ABREU, Maurício de Almeida. **Geografia histórica do Rio de Janeiro (1502-1700)**, 1 vol. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio & Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, 2010.

certos paradigmas para compreender a relação imbricada do homem e da terra. Em seu capítulo sobre a história agrária, Linhares aponta algumas possibilidades de abordar a história agrária que podem lançar luzes ao nosso objeto, isto é, as formas de apropriação e uso da terra, o seu estatuto jurídico e as relações comerciais possibilitadas pela terra enquanto propriedade⁷.

A colonização e valoração das terras fluminenses, como dito anteriormente, formaram as freguesias rurais nas quais os primeiros engenhos de açúcar do recôncavo iriam se formar. Esses colonos que permaneceram no recôncavo guanabarrino após atuarem na conquista da região foram beneficiados com a “distribuição de mercês que viabilizou uma acumulação de riquezas que mais adiante se transformaria em engenhos de açúcar, ou melhor, na própria economia da plantation”⁸.

Segundo Fridman, entre 1634 e 1697, foram criadas 16 freguesias no Rio de Janeiro. Dentre elas, as freguesias de Irajá, Meriti, São Gonçalo, Suruí, Jacutinga, Itaboraí, Pilar do Iguaçu, Piedade do Iguaçu, Piedade de Inhomirim e Piedade de Magé estavam inseridas no recorte geográfico proposto em nosso estudo, isto é, o recôncavo do Rio de Janeiro⁹. Algumas dessas freguesias se tornaram importantes vilas de comércio ao fim do século XVIII e início do XIX, em especial Iguaçu, Magé, Itaboraí e, desmembrando freguesias de Magé, Iguaçu e Paraíba do Sul, Estrela, cujo porto homônimo se configurou na *boca das Minas*, sendo a principal rota comercial após a abertura da variante do Caminho Novo das Minas Gerais¹⁰.

A base agrária formada pelos engenhos de açúcar e os negociantes e comerciantes ditaram o ritmo econômico da capitania fluminense. Porém, com o aumento do fluxo do infame comércio de escravizados para atender as demandas das unidades agrícolas, engenhos e, após a descoberta do ouro, com todo o sistema de exploração aurífera, muitos desses proprietários de terras, que também eram senhores de engenho e negociantes do negócio açucareiro estiveram ligados ao tráfico negreiro. Sobre isso, Machado em sua tese descreve que:

⁷ Cf. LINHARES, Maria Yedda. História Agrária. In. CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (orgs). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

⁸ Cf. FRAGOSO, João. *Op. Cit.*, 2001, p. 46.

⁹ Cf. FRIDMAN, Fania. Freguesias fluminenses ao final do Setecentos. In. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, 49, 91-143. São Paulo, 2009.

¹⁰ Também conhecido como Caminho do Proença ou Caminho do Inhomirim.

Nas cercanias do Recôncavo da Guanabara, ocorreram mudanças estruturais do século XVII para o XVIII, entre elas: um grande crescimento populacional, o boom do tráfico de cativos e a transformação do Rio de Janeiro em principal praça mercantil do Atlântico luso e em centro fornecedor de mercadorias e escravos para diferentes mercados regionais americanos. Neste contexto, houve a consolidação de uma poderosa comunidade de comerciantes, denominados homens de negócio. Mas, apesar de comerciantes possuírem grandes somas de dinheiro e de muitas famílias descendentes dos conquistadores estarem falidas, os homens de negócio eram repelidos, até dado momento do século XVIII, do poder político da capitania, ainda ditado por antigas famílias. Por isso, comerciantes casavam e estabeleciam parentesco ritual (ritos que criam parentesco, como, por exemplo, o compadrio por meio do batismo) com a nobreza da terra.¹¹

A nobreza da terra era composta por indivíduos que integravam a elite local e recebiam mercês e privilégios, tanto da Coroa, por meio de concessões aos familiares dos conquistadores, quanto da Câmara Municipal¹². A hierarquia social, fundamentada nas diferenças de status, oferecia oportunidades para o acúmulo de capital e a inserção em espaços de negociações mais vantajosas, características típicas de uma sociedade do Antigo Regime. Nas freguesias rurais, a atuação dessa elite era mais incisiva, especialmente no controle político e social, incluindo o acesso à terra. Embora muitos desses nobres da terra não possuíssem títulos de fidalgo, exerciam um poder similar, controlando o acesso a cargos e posições influentes.

Esse comportamento era evidente, sobretudo, na nobreza da terra fluminense e em sua estreita relação com a posse de terras. Fragoso assinala que a nobreza da terra encontrou um de seus momentos decisivos na concessão das sesmarias, que não eram apenas quaisquer terras, mas sim aquelas situadas nas proximidades das aldeias temiminós, conforme indicado. Esse fenômeno sugere a possibilidade de defesa por meio de flecheiros e o acesso à mão de obra para suas lavouras. Essas práticas refletem o que já acontecia no recôncavo baiano, em Pernambuco e em São Paulo¹³.

A partir das informações da dinâmica socioeconômica que ocasionou as mudanças estruturais supracitadas, as relações familiares em torno da atividade mercantil e do mercado de terras são elementos interessantes para discutirmos aqui, em especial a partir das

¹¹ MACHADO, Ana Paula Souza Rodrigues. **O governo dos engenhos no Recôncavo da Guanabara (Século XVIII)**. Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2020. p. 17.

¹² Cf. LOBO, Eulália M. L. **História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro**. 2ª ed. amp. Hucitec. São Paulo, 2024.

¹³ FRAGOSO, João. **A sociedade perfeita: as origens da desigualdade social no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2024. p. 122.

informações trazidas por Sampaio¹⁴. O autor demonstra como o casamento entre as famílias de negociantes e demais envolvidos na atividade mercantil foi importante para o surgimento dessa nova classe social: os negociantes de grosso trato. Estes, em muitos casos, também foram grandes proprietários de terra ou tiveram forte atuação no mercado de terras. Isso porque a sociedade colonial fluminense era estritamente agrária, o que demonstra um desenvolvimento econômico a partir da inserção da praça mercantil do Rio de Janeiro na circulação econômica do Império Português.

O século XVIII marca, portanto, a consolidação da elite mercantil, especialmente após as medidas impostas pela Coroa para restringir o comércio de navios estrangeiros na colônia, beneficiando diretamente os mercadores locais em detrimento de holandeses e ingleses. Com a descoberta do ouro, negociantes como André de Barros Miranda passaram a participar das contratações para as Minas, obtendo lucros tanto com a atividade aurífera quanto com o fornecimento de suprimentos comercializados para a Capitania de Minas Gerais.

A classe mercantil e os senhores de engenho encontram na Câmara Municipal o palco principal das disputas de interesses. Como demonstra Lobo, os comerciantes exportadores superaram os grandes fazendeiros no embate para favorecer os seus negócios, porém, não se entende aqui que não existiam indivíduos que flutuavam entre o trato mercantil e os engenhos, como pretendemos demonstrar¹⁵. A formação dessa primeira elite senhorial em torno dos engenhos foi possível apenas a partir da posse de terras, mercês e privilégios, encontrando nos enlances matrimoniais a forma para manter o patrimônio, selar alianças e proteger os seus interesses. Em que pese a relevância dos proprietários de terra e senhores de engenho em nossa análise, justamente por movimentar uma quantia considerável de recursos monetários:

Começamos pelos negócios rurais. Sua imponentia, à primeira vista, permanece, pois tais negócios ainda são capazes de monopolizar 2/3 do total de recursos aplicados na aquisição dos mais diversos bens, mas parte de seu vigor começa a ceder. Por mais impressionante que seja, sua participação no valor total é bem inferior à verificada na última década do século XVII. E isto não tem qualquer ligação com o número de escrituras. Sua parcela de 45% em relação ao número total é digna do século anterior. O que ocorre é uma menor elevação de seu valor médio frente aos demais bens transacionados. Comparando mais uma vez com a última década do XVII, veremos que esta variação é de 202,98%

¹⁴ SAMPAIO, Antônio C. J. de. Famílias e negócios: a formação da comunidade mercantil carioca na primeira metade dos setecentos. In: Fragoso, João, Almeida, Carla; Sampaio, Antônio C. J. (org.). **Conquistadores e negociantes: Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

¹⁵ LOBO, EULÁLIA L. M. *Op. Cit.* p. 57.

para os negócios rurais, 341,33% para os negócios urbanos, 773% para as embarcações e 1.183% para as chácaras. Em outras palavras, embora permaneçam com o maior valor médio entre as escrituras (1:629\$079), as transações com bens agrários vêm sua importância relativa começar a decair.¹⁶

Em sua tese de doutorado, Machado¹⁷ defende que o controle dos engenhos por famílias senhoriais estabelecidas no Recôncavo da Guanabara foi profundamente afetado pelas mudanças políticas, econômicas e sociais do século XVIII. Enquanto muitas dessas famílias enfrentaram a falência, outras ascenderam a posições de destaque na sociedade, incluindo a aquisição de novos engenhos.

Famílias como os Andrade Souto Maior e de Inácio Francisco de Araújo, principal personagem do presente estudo, e seu irmão, empregaram diversas estratégias para manter o controle sobre engenhos, escravos e dependentes por mais de um século. Os Souto Maior, por exemplo, destacara-se como família de senhores de engenhos, perdurando por diversas gerações, com alguns membros ganhando privilégios e títulos de nobreza, como Manoel Inácio de Andrade Souto Maior, marquês de Olinda, e Inácio de Andrade Souto Maior Pinto Coelho, que atuou como camarista imperial. A família também foi proprietária de terras na freguesia de Marapicu¹⁸.

O estudo das trajetórias dessas famílias permite uma análise detalhada das complexas dinâmicas que moldam a elite local, demonstrando as continuidades e as rupturas que ocorrem ao longo do tempo. Essas famílias, ao longo de gerações, utilizaram estratégias variadas para expandir ou preservar seu patrimônio, muitas vezes recorrendo a alianças matrimoniais e parcerias comerciais para consolidar seu poder e influência.

A entrada de novos membros nesse grupo social, especialmente aqueles provenientes do comércio, ilustra como a elite local não era formada apenas pela nobreza da terra, mas por vários grupos que buscavam garantir os seus interesses. Comerciantes, muitas vezes enriquecidos através do comércio de bens, escravos ou terras, buscavam ascender socialmente ao se inserir nas famílias já estabelecidas, em muitos casos as primeiras famílias a se consolidarem na capitania, trazendo com eles novos capitais e habilidades que poderiam fortalecer ainda mais as redes de poder existentes.

¹⁶ SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. Na curva do tempo: a economia fluminense na primeira metade do século XVIII. *Mnemosine Revista*, v. 1, p. 134-152, 2010, p. 141.

¹⁷ MACHADO, Ana Paula Souza Rodrigues. *Op. Cit.*

¹⁸ *Ibidem*.

A relação dessas famílias com o mercado de terras, descrito como "imperfeito", também é de extrema importância para compreender a manutenção e expansão de seu poder. Nesse mercado, as transações não seguiam necessariamente as regras do mercado livre e aberto, sendo frequentemente influenciadas por redes de favor e privilégios como base de seu enriquecimento¹⁹. A análise dessas trajetórias, portanto, oferece uma visão complexa das formas como o poder era negociado, mantido e expandido dentro das estruturas sociais das comunidades.

Desde o início da colonização portuguesa, garantir a presença de colonos e tornar a terra produtiva para o surgimento de um possível núcleo populacional organizado foram os grandes desafios. A política de concessão de sesmarias, prática herdada do costume português do período medieval, é adotada para a valoração da terra, isto é, conferir outro valor, para, ao menos, possibilitar a produção de maneira eficaz para atender a demanda interna. As sesmarias configuram-se em privilégios reais para atender o bem comum e o proveito geral.

O conceito de mercado imperfeito foi formulado por Witold Kula na sua clássica obra *Problemas y métodos de la história económica*²⁰, na qual o autor defende que o mercado imperfeito refere-se a um sistema econômico em que as condições ideais de um mercado livre e eficiente não são plenamente atingidas, devido a intervenção estatal, a concessão de privilégios ou a disparidade de poder, como podemos observar entre senhores e colonos, sendo esses senhores grandes proprietários e com poder político nas Câmaras Municipais, onde atuavam para impor seus interesses e angariar privilégios. A desigualdade de acesso aos cargos públicos ampliaria as disparidades econômicas, evidenciando o caráter restrito e arcaico do mercado de terras dominado pela agroexportação, com raízes em relações de produção pré-capitalistas.

Outro fator importante que precisamos levar em consideração ao abordarmos o mercado imperfeito é a influência do pensamento religioso do homo fidei próprio do período colonial. Para exemplificar a práxis do homo fidei, temos a doação de terra realizada por Jorge Ferreira aos beneditinos em uma ilha no rio Iguaçu e mais 300 braças sertão adentro. Sua filha, a marquesa Ferreira, esposa de Cristóvão Monteiro, ouvidor da cidade entre 1568 e

¹⁹ PEDROZA, M. Passa-se uma engenhoca: ou como se faziam transações com terras, engenhos e crédito em mercados locais e imperfeitos (freguesia de Campo Grande, Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX). **Varia Historia**, v. 26, n. 43, p. 241–266, jun. 2010.

²⁰ KULA, Witold. **Problemas y métodos de la historia económica**. Barcelona: Península, 1977.

1572, cavaleiro fidalgo da Casa Real e também um dos conquistadores do Rio de Janeiro, seguiu o exemplo do pai e, em 1596, concedeu meia légua de terras em Iguaçu, incluindo uma fazenda, roças, pomares e casas de telhas²¹.

A práxis religiosa e a mentalidade do homem colonial exerciam uma influência significativa sobre as práticas e comportamentos dos indivíduos em relação à sociedade da época, embora houvesse casos específicos que poderiam desviar dessa tendência geral. Desde o início da colonização, no século XVI, extensas propriedades rurais foram concedidas, muitas vezes como parte de um sistema de concessões que visava fomentar a exploração e a colonização das novas terras. Essas concessões eram especialmente notáveis quando vinculadas às ordens religiosas, que receberam grandes quantidades de terras como parte de suas atividades missionárias e de evangelização.

A presença de grandes áreas de terras sob a administração dessas ordens permitia uma flexibilidade considerável na gestão dessas propriedades. Os donos das terras, em muitos casos, eram capazes de arrendá-las para outros colonos ou proprietários sem enfrentar grandes perdas financeiras. Isso se devia, em parte, à abundância de terras disponíveis, o que minimizava o impacto econômico de eventuais falências ou inadimplências por parte dos arrendatários, porém, por outro lado, a indefinição da marcação dos terrenos poderiam gerar conflitos e solicitação para demarcação das terras concedidas.

Esse sistema de concessão e arrendamento refletia e, ao mesmo tempo, reforçava a mentalidade colonial da época, que era marcada por uma visão de posse e controle sobre grandes extensões de terra como forma de poder e influência social, cunhada em alguns casos como classe senhorial e em outras como nobres da terra. A práxis religiosa, ao conferir legitimidade e suporte institucional às posses de terras, também moldava as relações sociais e econômicas, impactando como as propriedades eram administradas e como as práticas individuais eram percebidas dentro do contexto mais amplo da sociedade colonial.

A falta de definição precisa dos limites dessas propriedades, que causava constantes conflitos, levava os proprietários a manterem posseiros em suas terras como forma de fortalecer seu direito sobre elas. Soma-se a isto a dinâmica de enlaces matrimoniais e a

²¹ SOUZA, Jorge Victor de Araújo. Poder local entre ora et labora: a casa beneditina nas tramas do Rio de Janeiro seiscentista. **Revista Tempo**, v. 18, n. 32, p. 69–94, 2012.

formação de uma comunidade mercantil, como analisado por Sampaio²². Com a família de Inácio Francisco de Araújo e de Joana de Barros não foi diferente.

A trajetória de Inácio Francisco de Araújo na Capitania do Rio de Janeiro

A formação de uma comunidade de negociantes foi determinante para a boa empresa na organização e estabilização dessa elite mercantil, sobretudo frente aos interesses de outras classes de grande força no cenário político, como os grandes proprietários de terras. Na transição do século XVII para o XVIII, as tensões entre as elites agrária e mercantis estiveram em disputa até mesmo na Câmara Municipal do Rio²³, a partir da formação de grupos que foram se organizando para atender os seus interesses.

Dentro desse íterim, é importante ressaltar a fluidez entre *homens de negócio* e *senhor de engenho*. Ou seja, a atuação de um indivíduo como homem de negócio, mercador, mascate, etc., não impossibilita a sua ação conjunta ou a transição para atividade de senhor de engenho e proprietários de terras em um segundo momento ou até mesmo a transição definitiva de homem de negócios para a atividade de senhor de engenho, buscando uma maior estabilidade diante das flutuações e incertezas do trato mercantil²⁴. Apesar do antagonismo presenciado por alguns homens da praça do Rio de Janeiro frente aos fazendeiros e proprietários.

Essa dinâmica ressalta a complexidade intrincada das relações sociais e econômicas da época colonial, em que a elite mercantil estava em constante movimento para consolidar e expandir seu poder. Em um cenário marcado pela volatilidade econômica e pela competição por recursos e influência, os negociantes praticavam, além do comércio, outras maneiras de adaptar suas estratégias para se afirmar frente aos grandes proprietários de terra, que tradicionalmente detinham o controle sobre vastas extensões territoriais e a produção agrícola, especialmente de produtos como o açúcar.

²² SAMPAIO, Antônio C. J. de. *Op. Cit.*

²³ LOBO, EULÁLIA L. M. *Op. Cit.*

²⁴ FRAGOSO, João; Florentino, Manolo. **O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro, c.1790-c.1840**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

A elite mercantil, ciente das limitações e dos riscos inerentes às atividades comerciais, que eram suscetíveis a flutuações nos mercados internacionais, mudanças nas políticas coloniais e variações na oferta e demanda, adotava uma série de estratégias para diversificar suas atividades econômicas. Essa diversificação incluía o investimento em propriedades rurais, o que lhes permitia não apenas garantir uma fonte de renda mais estável, mas também entrar na elite agrária.

Em muitos casos, os enlaces matrimoniais foram importantes para a formação de redes de homens de negócios, onde os sogros buscavam genros que seguissem a carreira, como Francisco Inácio de Araújo ao se casar com Joana de Barros, em 1688, sendo um exemplo da importância de estabelecer relações de parentescos para boa empresa na praça mercantil do Rio de Janeiro²⁵. O sogro de Inácio, André de Barros de Miranda, que tinha parentesco com os comerciantes Luís Fernando Crato e André Mendes da Silva, atuava como contratador para as Minas. De acordo com Pedreira, “o carácter estrutural da emigração minhota e as redes que se teciam com base em laços de parentesco, em relações de amizade e vizinhança ou nos próprios contactos do negócio propiciavam a reprodução do movimento migratório e até dos itinerários pessoais”, ou seja, a elite mercantil que se desenvolveu ao longo do período colonial baseava-se nos matrimônios, muitas vezes em casamentos arranjados e outras relações pessoais²⁶.

Aproveitando-se de sua situação social, as famílias da nobreza da terra e as que estavam ligadas diretamente à comunidade mercantil, como a família de André de Barros Miranda, empregaram diversas estratégias para aumentar sua riqueza e poder. Entre elas, estavam a obtenção de terras gratuitas, a cobrança de dívidas não contraídas e a manipulação de sistemas financeiros e de influência. Essa conduta, respaldada por uma cultura que a aceitava, demonstra uma das características da economia política da elite em um contexto de mercado marcado por imperfeições.

Além da sua atuação como negociante, o capitão Inácio Francisco de Araújo foi um relevante proprietário de terras e senhor de engenho no recôncavo do Rio de Janeiro, atuante no negócio de terras e engenhos. A região em questão era altamente cobiçada devido a

²⁵ SAMPAIO, Antônio C. J. de. *Op. Cit.*

²⁶ Cf. PEDREIRA, Jorge Miguel. Brasil, Fronteira de Portugal: negócio, emigração e mobilidade social (séculos XVII e XVIII). *Anais da Universidade de Évora*. Évora, Separata, n. 8-9, 2001, p. 47-72.

diversos fatores. Sua proximidade com a praça mercantil do Rio de Janeiro facilitava o escoamento da produção açucareira, principal atividade econômica da região. A oferta abundante de mão de obra escravizada era outro atrativo para os investidores, reduzindo os custos de produção, sobretudo pela atuação do porto do Rio de Janeiro como polo central no centro-sul.

Além disso, nossa pesquisa pôde encontrar a atividade de comércio de terras em Santo Antônio de Sá. As freguesias de Tinguá e Itaboraí, duas das mais antigas da região, desfrutavam de uma localização estratégica que facilitava o escoamento de sua produção agrícola para os mercados urbanos. Através dos rios Caceribu e Macacu, esses municípios conseguiam transportar seus alimentos com facilidade, contribuindo para se tornarem importantes centros produtores no final do século XVIII.

A demanda constante por açúcar no mercado externo também contribuiu para elevar os preços das terras e propriedades nesta área. É importante destacar que a fragmentação das propriedades não foi o principal fator de valorização, mas sim a alta demanda por produtos específicos e a localização estratégica da região.

Em 1703, o capitão Inácio de Araújo e José de Andrade Souto Maior firmam um importante contrato de venda, o que se tornaria o início de uma consistente relação comercial. O valor acordado pelo engenho de açúcar para a venda, conhecido como Nossa Senhora da Cabeça²⁷, foi de 27.500 cruzados. A transação incluía não apenas o engenho, mas também 37 escravizados, que eram essenciais para o funcionamento do engenho, além de um grupo de bois necessários para o trabalho agrícola e de transporte. Como garantia para o pagamento dessa quantia substancial, foi estabelecida uma hipoteca sobre o engenho de Gericinó, que servia como um seguro contra o inadimplemento da dívida²⁸.

No entanto, o que se torna particularmente curioso na análise dessas escrituras é a descoberta de uma segunda venda do mesmo engenho. Posteriormente, José de Andrade Souto Maior vendeu o engenho de Nossa Senhora da Cabeça para Inácio Francisco de Araújo. Essa transação adicional revela complexidades nas negociações e na administração de propriedades na época, e pode sugerir uma série de situações, como dificuldades financeiras,

²⁷ Atualmente denominada Fazenda Magepemirim, localizada no município de Magé-RJ.

²⁸ Essa hipoteca era um mecanismo comum na época para assegurar que o vendedor recebesse o pagamento acordado, garantindo assim que o comprador cumprisse suas obrigações financeiras. Cf. Arquivo Nacional, 1º Ofício de Notas, Livro 68.

mudanças nos interesses dos proprietários ou até mesmo estratégias comerciais. Esse detalhe levanta questões interessantes sobre a dinâmica do mercado de engenhos de açúcar e como as garantias e transações eram administradas no período colonial.

Dois anos após a venda do engenho Nossa Senhora da Cabeça para José de Andrade Souto Maior, em 1705, Inácio Francisco de Araújo estabelece um novo contrato significativo. Nesta transação, Araújo firma um contrato de aforamento com Antônio Borges de Madeira, com um prazo de 12 anos. O aforamento é um tipo de arrendamento ou concessão, bastante comum na época, que envolvia a concessão do direito de uso e exploração de um bem, neste caso, um engenho de açúcar, em troca de um pagamento estabelecido.

O engenho de açúcar em questão está localizado em Inhaúma, uma área conhecida por suas plantações e atividades relacionadas ao cultivo da cana-de-açúcar²⁹. O valor acordado para o aforamento é de 6\$750 réis, que, apesar de ser significativamente inferior ao valor de compra do engenho de Nossa Senhora da Cabeça, ainda representa uma quantia substancial. Este valor refletia o custo de uso e exploração do engenho ao longo dos 12 anos do contrato.

O aforamento era um acordo vantajoso para ambas as partes: Inácio Francisco de Araújo garante uma fonte de renda contínua e Antônio Borges de Madeira obtém o direito de operar o engenho sem a necessidade de adquirir a propriedade. Esse tipo de acordo também demonstra a dinâmica econômica do Antigo Regime nos Trópicos, onde a flexibilidade na utilização de recursos, como engenhos de açúcar, era relevante para o sucesso dos empreendimentos coloniais.

As relações comerciais entre Inácio Francisco de Araújo e José de Andrade Souto Maior parecem estar em plena ascensão, evidenciado pelo fato de que mais uma vez temos a presença de transações de terra entre ambos. Este padrão de negócios contínuo sugere uma parceria comercial bem-sucedida e crescente entre os dois indivíduos. A frequência e a continuidade dessas transações indicam um relacionamento comercial estável, como também ressaltam a importância e a confiança mútua estabelecida ao longo do tempo. Uma possível leitura para esses esforços mútuos podem ser sinais de aliança entre as duas famílias envolvidas no trato mercantil, ou seja, o fortalecimento da ação de membros da comunidade mercantil carioca.

²⁹ Arquivo Nacional, 1º Ofício de Notas, livro 70.

A troca de terras entre Inácio Francisco de Araújo e José de Andrade Souto Maior pode refletir diversas dimensões do relacionamento comercial que ambos mantêm. Em primeiro lugar, essa prática pode ser vista como uma estratégia de expansão dos interesses comuns, permitindo que cada um deles amplie suas áreas de atuação e potencialize suas atividades. Ao trocar terras, eles podem acessar novos mercados, aproveitar recursos locais e aumentar a sua influência no setor em que atuam.

Além disso, essa troca pode contribuir para a diversificação de ativos, o que é uma estratégia prudente em um ambiente econômico muitas vezes volátil. Diversificar seus ativos permite que eles mitiguem riscos, aproveitem oportunidades em diferentes segmentos e garantam uma maior segurança financeira a longo prazo. Essa abordagem é especialmente importante em tempos de incerteza, onde a dependência de um único tipo de investimento pode ser prejudicial.

A persistência desses acordos ao longo do tempo não só destaca a solidez da parceria entre os dois, mas também sublinha a importância da confiança mútua que sustenta suas operações comerciais. Essa confiança é essencial para poderem negociar de forma transparente e eficaz, garantindo que ambos os lados sintam-se valorizados e respeitados no processo. A continuidade das trocas sugere que eles desenvolveram um entendimento profundo sobre as necessidades e os objetivos um do outro, o que fortalece ainda mais a relação.

Outrossim, a participação no mercado de terras pode ser uma resposta estratégica às mudanças no mercado e nas condições econômicas. Com o dinamismo do setor agrícola, adaptabilidade é fundamental. Inácio e José, ao se envolverem em tais acordos, demonstram sua capacidade de se ajustar às demandas do mercado, seja por meio da localização estratégica de suas propriedades ou pela otimização de recursos. A dinâmica da troca de terras entre Inácio Francisco de Araújo e José de Andrade Souto Maior não é apenas uma transação comercial, mas sim uma manifestação de um relacionamento mais profundo e estratégico.

Em 1710, José de Andrade Souto Maior vende para Inácio um engenho de açúcar dedicado à Nossa Senhora do Desterro, na Pavuna, pela quantia de 28.500 cruzados³⁰. O engenho, entretanto, não permaneceu por muito tempo nas mãos de Inácio Francisco de Araújo, comercializada apenas 5 anos depois para Capitão Baltazar da Fonseca Homem e

³⁰ Arquivo Nacional, 1º Ofício de Notas, livro 79.

Sebastião Carreira Fidalgo pela quantia 34.500 cruzados, agora a escritura inclui na venda 32 escravos do gentio de guiné e 63 bois.

O capitão Inácio Francisco de Araújo também se destacou como um homem de negócios diversificados, com interesses e participações em outros setores da economia colonial. Conforme identificado ao longo de nosso estudo, ele mantinha envolvimento no comércio de açúcar e aguardente, produtos fundamentais para a economia da época. Uma das parcerias que exemplificam essa atuação é a sociedade que ele firmou com João da Cunha para a produção de aguardente, com um valor registrado de 98.000 réis, localizada em Magé. Essa sociedade atesta o alcance das atividades comerciais de Inácio, que, ao diversificar seus investimentos, ampliava sua influência econômica na região³¹ e a sua múltipla atuação entre a atividade mercantil e a agrária.

Além da atividade de transação de terras, também encontramos Inácio concedendo crédito, o que sugere mais uma forma de atuação enquanto membro da elite colonial. Na tabela a seguir (tabela 1), podemos perceber as diversas escrituras nas quais Inácio participa de alguma forma, ora como comprador, ora como vendedor.

Tabela 1 - Relação de escrituras com participação de Inácio Francisco de Araújo

Transações de Inácio Francisco de Araújo				
Data	Tipo de transação	Descrição	Preço	Localização
21/09/1703	Venda	Engenho de Nossa Senhora da Cabeça	27.500 Cruzados	Magé
07/03/1705	Aforamento	Engenho de São Tiago	6\$250 Réis	Inhaúma
01/03/1708	Compra	Terras	100\$000 Réis	Fernambetiba ³²
04/07/1710	Compra	Engenho de Nossa Senhora do Desterro	28.500 Cruzados	Pavuna
26/09/1715	Venda	Engenho de Nossa Senhora do Desterro	34.500 Cruzados	Pavuna
01/01/1720	Venda	Terras	160\$000 Réis	Magé

³¹ Arquivo Nacional, 2º Ofício de Notas, livro 18.

³² Ao que parece ser Sernambetiba, situada na freguesia de Nossa Senhora da Ajuda de Guapimirim.

01/10/1742	Venda	Terras	936\$000 Réis	Santo Antônio de Sá
------------	-------	--------	---------------	---------------------

Fonte: Arquivo Nacional. 1º Ofício de Notas.

O último documento que o menciona é de 1742, referente a uma transação de terras na vila de Santo Antônio de Sá, o que sugere que ele exerceu o papel de senhor de engenho por 39 anos. Assim, estima-se que sua atuação como negociante tenha ocorrido entre a década de 1680 e o início do século XVIII, presumivelmente.

As indagações sobre a duração de suas ações, tanto como parte da elite mercantil quanto, posteriormente, como membro da elite agrária, levantam questões relevantes. Ao casar-se com Joana de Barros e integrar-se à família de comerciantes de André de Barros Miranda, surge a dúvida: Inácio continuou sua atuação como negociante, estendendo-a até o início do século XVIII, momento em que teria abandonado o comércio para se dedicar exclusivamente ao senhorio de engenho? Ou teria ele exercido simultaneamente atividades nas duas esferas, conciliando o comércio com a gestão agrária?

A resposta a essas questões depende de fontes documentais que, até o momento, não estão disponíveis. No entanto, essas perguntas abrem espaço para uma reflexão importante sobre a flexibilidade dentro da estrutura colonial. A possível transição ou conciliação entre os mundos mercantil e agrário revela que a rigidez social daquela época poderia ser permeável a estratégias de adaptação e diversificação de atividades, permitindo que indivíduos como Inácio navegassem com sucesso em diferentes esferas de poder e influência. Esse tipo de análise é essencial para compreender melhor as dinâmicas sociais e econômicas que moldaram a elite colonial, bem como as oportunidades de ascensão e transformação dentro dessa sociedade.

O trato do açúcar não possibilitava lucros de vulto, mas era importante para alcançar privilégios e favores da Coroa, como isenções fiscais. A lucratividade dos engenhos, lucro e prejuízo não devem ser tomados dentro da noção da racionalidade capitalista, isto é, devem ser analisados dentro da complexidade da estrutura colonial, abandonando simplificações genéricas, como pré-capitalista, buscando entender o trato colonial dentro de sua própria estrutura³³.

³³ FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **Açúcar e colonização**. São Paulo: Alameda, 2010.

A trajetória de Inácio Francisco de Araújo revela a complexidade das redes mercantis e agrárias na Capitania do Rio de Janeiro durante o século XVIII. Sua atuação multifacetada como proprietário de terras, senhor de engenho e negociante ilustra como os interesses agrários e mercantis estavam interligados, com indivíduos fluindo entre esses papéis para maximizar suas oportunidades econômicas e assegurar sua posição social. A análise das escrituras de venda e aforamento evidencia a importância das transações de terras e da aliança entre famílias mercantis e agrárias para a consolidação de uma elite poderosa e influente. Essas alianças, muitas vezes formalizadas mediante casamentos, como Inácio Francisco de Araújo e Joana de Barros, demonstram a interdependência entre a atividade mercantil e a posse de terras na formação de uma classe dirigente³⁴.

Considerações finais

Os grupos de pressão que se formavam em torno da Câmara do Rio de Janeiro refletiam a complexidade e a diversidade dos interesses que moldavam a política e a economia local. De um lado, estavam os negociantes, cuja principal atividade era o comércio, enquanto do outro lado se encontravam os proprietários de terras e os membros da elite agrária, cujas fortunas estavam mais diretamente ligadas à produção agrícola, especialmente a produção açucareira. À primeira vista, esses dois grupos poderiam parecer antagônicos, representando interesses diferentes e, em alguns casos, conflitantes. No entanto, essa aparente oposição não captura toda a realidade das interações e sobreposições entre esses atores sociais.

Na prática, muitos indivíduos transitaram entre os dois mundos - o comercial e o agrário - desempenhando papéis tanto como negociantes quanto como senhores de engenho. Essa dinâmica revela a fluidez das fronteiras entre a elite mercantil e a agrária, mostrando que as identidades sociais não eram rigidamente definidas, mas sim interconectadas. A mobilidade social era uma característica marcante desse período, permitindo que pessoas de diferentes origens e ocupações se ajustassem às exigências e oportunidades que surgiam, como também a sua atuação em situações de poder, como na Câmara Municipal.

³⁴ SAMPAIO, Antônio C. J. de. *Op. Cit.*

Assim, um negociante que acumulasse riqueza no comércio poderia decidir diversificar seus investimentos. Ao comprar terras, ele poderia aumentar o seu patrimônio, e atuar como senhor de engenho, uma posição que conferia posição social elevada e acesso a redes de poder político e econômico. Essa intersecção de interesses comerciais e agrários tinha implicações profundas na estrutura social da época. Os senhores de engenho, além de serem proprietários de terras, também eram responsáveis por grandes quantidades de produção agrícola, especialmente de culturas como açúcar, que eram a base para a economia carioca dos séculos XVII e XVIII. A posição que ocupavam lhes conferia influência não só sobre os trabalhadores que labutavam nas plantações, mas também nas decisões políticas e econômicas da região.

Esse movimento era não apenas frequente, mas também estratégico, pois a posse de terras oferecia uma estabilidade e prestígio social que o comércio, por si só, nem sempre assegurava. Por outro lado, os senhores de engenho, já estabelecidos na elite agrária, podiam expandir suas atividades comerciais, especialmente no comércio de produtos agrícolas, como o açúcar. Essa diversificação econômica permitia que esses indivíduos protegessem e ampliassem seu patrimônio, fortalecendo sua influência tanto na esfera econômica quanto na política, facilitada pelos enlaces matrimoniais firmados entre as famílias da comunidade mercantil.

No contexto da estrutura colonial, marcada pelas tensões entre a nobreza da terra, a rede mercantil, a elite agrária e os interesses da Coroa Portuguesa, houve momentos de assimilação, colisão e, por vezes, ruptura. Diante disso, este estudo buscou analisar a trajetória de Inácio Francisco de Araújo, um caso relevante para compreender as diversas formas de transição entre os mundos mercantil e agrário, bem como as práticas do mercado imperfeito de terras. A partir dessa análise, foi possível revelar as interações entre as diferentes estruturas coloniais e o entrelaçamento das redes mercantis, evidenciado pela cooperação mútua entre membros e suas famílias dentro da comunidade mercantil.

Referências

ABREU, Maurício de Almeida. **Geografia histórica do Rio de Janeiro (1502-1700)**, 1 vol. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio & Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, 2010.

ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira. **História e Direito: sesmarias e conflito de terras entre índios em freguesias extramuros no Rio de Janeiro (século XVIII)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

ARQUIVO NACIONAL. 1º e 2º Ofício de Notas do Rio de Janeiro.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. Mercados e negociantes imperiais: um ensaio sobre a economia do Império português (séculos XVIII e XIX). **História: Questões e debates**, Curitiba, n. 36, 2002, p. 379-423.

_____. **Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

_____. A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII). In. **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista Bicalho; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. (Orgs.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. **A sociedade perfeita: as origens da desigualdade social no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2024.

FRAGOSO, João; Florentino, Manolo. **O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro, c.1790-c.1840**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **Açúcar e colonização**. São Paulo: Alameda, 2010.

FRIDMAN, Fania. Freguesias fluminenses ao final do Setecentos. In. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, 49, 91-143. São Paulo, 2009.

LIMA, Rui Cirne. **Pequena história territorial do Brasil: sesmarias e terras devolutas**. Goiânia: Editora UFG, 2002.

LINHARES, Maria Yedda Leite. Pecuária, Alimentos e Sistemas Agrários no Brasil séculos XVII e XVIII. In. **Tempo**. Rio de Janeiro: UFF, v. 1, n.2, pp. 132-150, 1996.

_____. História Agrária. In. CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (orgs). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

KULA, Witold. **Problemas y métodos de la historia económica**. Barcelona: Península, 1977.

LOBO, Eulália M. L. **História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro**. 2ª ed. amp. Hucitec. São Paulo, 2024.

_____. O comércio atlântico e a comunidade de mercadores no Rio de Janeiro e em Charleston no século XVIII. **Revista de História**, v. 51, n. 101, p. 49–106. São Paulo, 1975.

MACHADO, Ana Paula Souza Rodrigues. **O governo dos engenhos no Recôncavo da Guanabara (Século XVIII)**. Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2020.

NOZOE, Nelson. Sesmarias e apossamento de terras no Brasil Colônia. **Economia**, v. 7, n. 3, set/out 2006, pp. 587-605.

SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. Famílias e negócios: a formação da comunidade mercantil carioca na primeira metade dos setecentos. In: Fragoso, João, Almeida, Carla; Sampaio, Antônio C. J. (org.). **Conquistadores e negociantes: Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. Na curva do tempo: a economia fluminense na primeira metade do século XVIII. **Mnemosine Revista**, v. 1, p. 134-152, 2010.

SOUZA, Jorge Victor de Araújo. Poder local entre ora et labora: a casa beneditina nas tramas do Rio de Janeiro seiscentista. **Revista Tempo**, v. 18, n. 32, p. 69–94, 2012.

PEDREIRA, Jorge Miguel Viana. **Os Homens de Negócio da Praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822): diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social**. Tese (Doutorado em Sociologia). Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1995.

_____. Brasil, Fronteira de Portugal: negócio, emigração e mobilidade social (séculos XVII e XVIII). **Anais da Universidade de Évora**. Évora, Separata, n. 8-9, 2001, p. 47-72.

PEDROZA, M. Passa-se uma engenhoca: ou como se faziam transações com terras, engenhos e crédito em mercados locais e imperfeitos (freguesia de Campo Grande, Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX). **Varia Historia**, v. 26, n. 43, p. 241–266, jun. 2010.

POR UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DA HISTORIOGRAFIA SOBRE A PRIMEIRA REPÚBLICA (2010-2020)

A BIBLIOMETRICAL ANALYSIS ABOUT THE HISTORIOGRAPHY OF THE BRAZILIAN FIRST REPUBLIC (2010-2020)

ANTONIO GASPARETTO JÚNIOR¹

Resumo: Este texto almeja desenvolver uma análise da produção acadêmica acerca da Primeira República no Brasil entre os anos de 2010 e 2020. Para isso, foi realizado um levantamento de todas as teses defendidas em Programas de Pós-Graduação em História no Brasil no período, que foram analisadas por meio da bibliometria com o intuito de averiguar a importância do regime político nas pesquisas acadêmicas, seu perfil e suas perspectivas. Concluiu-se que as pesquisas sobre a Primeira República são muito expressivas nas teses de doutoramento e apresentam abordagens mais recentes e com enfoques mais atualizados na historiografia.

Palavras-chave: Primeira República; historiografia; bibliometria.

Abstract: This text aims to develop an analysis of the academic production about the First Republic in Brazil between the years 2010 and 2020. For this, a survey was carried out of all the theses defended in Postgraduate Programs in History in Brazil in the period, which were analyzed through bibliometrics in order to ascertain the importance of the political regime in academic research, its profile and its perspectives. It was concluded that researches on the First Republic are very expressive in doctoral theses and presents more recent approaches and with more updated approaches in historiography.

Keywords: First Republic; historiography; bibliometry.

Introdução

¹ Pós-Doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP) e doutor em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), com estágio de doutoramento na Université Paris IV – Sorbonne (França). Professor do Departamento de História e do Mestrado Profissional em Administração Pública da UFJF. Contato: antonio.gasparetto@gmail.com.

A primeira experiência republicana brasileira se iniciou em 1889 com o golpe liderado por Deodoro da Fonseca, que encerrou os 67 anos de monarquia no Brasil. Até hoje, o mais longo regime político sob uma mesma Constituição no país. Nascia, então, a Primeira República, que, como experiência republicana, também é o mais longo período brasileiro. A despeito disso, o período ficou marcado por uma construção analítica que o imputou uma abordagem de arcaísmo, dominado por oligarquias comandadas pelos estados de Minas Gerais e de São Paulo, super sedimentado sobre a produção cafeeira, corroído por fraudes eleitorais e a inoperância dos trabalhadores desprovidos de direitos. Em 2019, essa “República Velha” completou 130 anos de nascimento e, em 2020, completou 90 anos de sua substituição. Na trilha dessas efemérides, qual a relevância que o período apresenta na produção acadêmica nacional?

As primeiras análises sobre a Primeira República surgiram ainda durante o próprio regime, quando seus contemporâneos relatavam suas informações e suas reflexões sobre o cotidiano como vozes inseridas no regime. Dunshee de Abranches, Agenor de Roure, Rui Barbosa, Azevedo Amaral e Oliveira Vianna, por exemplo, desenvolveram suas interpretações, cada um à sua forma, sobre o período e o liberalismo-oligárquico da época. No decorrer dos períodos republicanos seguintes, as análises foram ganhando o distanciamento do tempo para retomar certas questões muito caras ao período. Algumas dessas abordagens se tornaram grandes clássicos sobre o nascente regime republicano, tecendo interpretações sobre a estrutura sociopolítica do Brasil², as amarguras dos votos e das eleições³, as engrenagens da política dos governadores⁴, o papel institucional do novo Supremo Tribunal Federal⁵ e a

² FAORO, Raimundo. **Os Donos do Poder**: formação do patronato político brasileiro. Porto Alegre: Globo, 1968.

³ LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto**. Rio de Janeiro: Forense, 1949.

⁴ LESSA, Renato. **A Invenção Republicana**: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira. São Paulo: Vértice, 1988.

⁵ RODRIGUES, Lêda Boechat. **História do Supremo Tribunal Federal**. Volume I: Defesa das Liberdades Cívicas (1891-1898). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965. RODRIGUES, Lêda Boechat. **História do Supremo Tribunal Federal**: defesa do liberalismo (1899-1910). Volume II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. RODRIGUES, Lêda Boechat. **História do Supremo Tribunal Federal**: doutrina brasileira do Habeas Corpus (1910-1926). Volume III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991

insatisfação de populares urbanos⁶, de marujos maltratados⁷ e de tenentes insatisfeitos com o regime⁸.

A virada do século XX para o XXI testemunhou uma nascente produção historiográfica que voltou ao período com novas perguntas, novas fontes e interesses renovados sobre a dinâmica da Primeira República. Uma interpretação mais antiga sobre uma República monótona, que chegou aos livros didáticos, com roteiros previamente estabelecidos e limitadas possibilidades sociopolíticas, econômicas e culturais foi revista em diferentes frentes. Até a década de 2010, a historiografia já havia alcançado muito em suas capacidades de análise e em seus métodos de pesquisa, promovendo renovadas e importantes leituras sobre o período. A mais recente síntese da Primeira República foi descrita por Cláudia Viscardi no recém-lançado *Dicionário da República*. Ao discorrer sobre o período, Viscardi traz uma leitura atualizada para o que se entende hoje sobre o funcionamento do federalismo, do Legislativo, do Judiciário e das eleições no regime. Destacando, ainda, novas abordagens acadêmicas que ajudam a compreender a complexidade da Primeira República a partir da utilização dos institutos do estado de sítio e do *habeas corpus*, os canais de manifestação de grupos extra oligárquicos da sociedade, a relevância dos militares na liberal-democracia, o papel da imprensa e a capacidade organizativa da sociedade civil em associações. A própria Viscardi, por sinal, é responsável pela releitura da complexidade da Primeira República em duas outras obras. A primeira⁹, questionando a aplicabilidade da tão propagada política do café-com-leite. A segunda¹⁰, questionando a eficiência da política dos governadores.

Dessa forma, percebe-se que o período continua recebendo importante atenção das pesquisas para, sobretudo, superar explicações simplistas sobre a Primeira República. Para além de uma sequência de governantes que se sucediam combinadamente no poder, havia uma sociedade viva com relações e interesses dos mais complexos na construção do Brasil republicano. Passados 130 anos do nascimento dessa República pioneira, o que se almeja entender neste texto é a relevância dessa experiência na produção acadêmica brasileira mais

⁶ SEVCENKO, Nicolau. **A Revolta da Vacina**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

⁷ MOREL, Edmar. **A Revolta da Chibata**. São Paulo: Graal, 1986.

⁸ DRUMMOND, José Augusto. **O Movimento Tenentista**: a intervenção política dos oficiais jovens (1922-1935). Rio de Janeiro: Graal, 1986.

⁹ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **O Teatro das Oligarquias**: uma revisão da “política do café com leite”. 2. Ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

¹⁰ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **Unidos Perderemos**: a construção do federalismo republicano brasileiro. Curitiba: CRV, 2017.

atual, entre os anos de 2010 e 2020. Para isso, o intuito não é repetir o que já foi dito até aqui por outros autores, propomos, todavia, um inovador levantamento bibliométrico em busca de respostas quantitativas e qualitativas. Segundo Alan Pritchard¹¹, a bibliometria tenta quantificar os processos da criação escrita, podendo ser aplicada em diversas áreas do conhecimento. A partir de métodos estatísticos procuraremos, então, analisar a dinâmica e a evolução da produção acadêmica nacional. Com um grande levantamento feito em 2020 de teses de doutorado defendidas em Programas de Pós-Graduação em História entre 2010 e 2020, o texto buscará responder o tamanho da importância da Primeira República na produção historiográfica, quais os seus interesses no período e como essas pesquisas se distribuem pelo Brasil.

Assim, num primeiro momento, apresentaremos o panorama da produção acadêmica na área de História no Brasil, de onde podem ser auferidos os dados que irão revelar as averiguações da análise. E, em seguida, aprofundaremos nos dados obtidos construindo indicadores da produção acadêmica sobre a Primeira República.

A produção acadêmica nacional na área de História

A produção acadêmica acerca da Primeira República no Brasil está disposta em dissertações de Mestrado, em teses de Doutorado, em artigos publicados em periódicos e em livros autorais ou coletâneas. Um levantamento de toda essa documentação só seria possível com uma pesquisa extensa temporalmente, já que os números da produtividade brasileira na área de História são altos. Para um recorte atual e mais propositivo para a análise da produção, optamos por um levantamento acerca das teses de Doutorado publicadas no período compreendido entre os anos de 2010 e 2020.

Entre as produções oriundas da obtenção de títulos acadêmicos (monografias, dissertações e teses), aquela que representa a de mais alto nível é pertinente ao Doutorado. Por esse motivo, as teses, mais do que os outros trabalhos, representam um grau de profissionalização mais avançado, uma dedicação investigativa mais apurada e possuem um compromisso com a produção de conhecimento novo e atualizado sobre determinados

¹¹ PRITCHARD, Alan. Statistical Bibliography or Bibliometrics? In: **Journal of Documentation**, v. 25, n. 4, 1969.

assuntos. Os artigos, por sua vez, embora também importantes, podem ser mais restritos e derivados de pesquisas mais breves, mas também decorrentes das próprias investigações de doutoramento. Haveria uma enorme quantidade de periódicos para avaliação, sendo cada um com suas múltiplas edições anuais. E, por fim, as obras publicadas no país costumam ser derivadas de dissertações ou teses, por um lado, e coletâneas de textos, por outro lado. Diante desse panorama, parece-nos que a produção acadêmica mais genuína é aquela resultante das investigações de doutoramento. O que justificaria, neste texto, a sua escolha. De toda forma, todos os outros formatos são relevantes e merecem também receber a atenção de eventuais levantamentos futuros para uma noção ainda mais ampla. Por uma limitação de tempo e de espaço, a presente análise se restringe, então, às teses de doutoramento.

Outro motivo estimulante para tal análise é o crescimento dos Programas de Pós-Graduação em História no Brasil entre 2010 e 2020. Se por um lado surgiram novos Programas, por outro lado Programas anteriores ao período receberam a autorização da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) para a oferta de cursos de Doutorado. Isso promoveu um aumento na produção de teses de doutoramento no país entre 2010 e 2020, sendo sintomático para a década brasileira de maior oferta de Programas com Doutorado e com a maior produção de teses.

A mencionada CAPES é a fundação do Ministério da Educação (MEC) que atua na expansão e na consolidação da pós-graduação *stricto sensu* no território brasileiro. Inicialmente, a instituição realizava avaliação anual de todos os cursos de pós-graduação no país, credenciando os Programas para abertura de cursos de Doutorado ou mesmo os descredenciando, ou seja, encerrando cursos que apresentam notas baixas ou deficientes. A avaliação da pós-graduação *stricto sensu* foi instituída como anual em 1976, passando a ser bienal, trienal e, desde 2017, quadrienal. A avaliação é realizada por uma comissão de representantes de cada uma das atuais 45 áreas de pesquisa da CAPES. Essa avaliação gera conceitos de 1 a 7, dos quais 1 e 2 são atribuídos a Programas deficientes que têm seus cursos descredenciados e 6 e 7 são as notas máximas que representam Programas de excelência internacional. Especificamente, a nota 3 equivale a um conceito “regular”, a nota 4 a um conceito “bom” e a nota 5 a um conceito “muito bom”. Somente Programas com cursos de Doutorado ativos podem alcançar os conceitos de excelência internacional.

A mais recente Avaliação Quadrienal realizada pela CAPES foi publicada em setembro de 2017 na Plataforma Sucupira com os resultados atribuídos a Programas de Pós-Graduação acadêmicos e profissionais. A modalidade profissional também é muito recente, voltada para a qualificação de profissionais de diversas áreas do conhecimento por meio de estudos que atendem demandas do mercado de trabalho. Por isso a avaliação é feita com base em critérios diferentes da pós-graduação acadêmica, dedicada à pesquisa e à formulação teórica. No âmbito desta análise, interessa-nos a produção decorrente de Programas acadêmicos.

A mencionada Avaliação Quadrienal de 2017 aponta a existência de 62 Programas de Pós-Graduação acadêmicos no Brasil avaliados na área de História. Desse universo, 16 Programas (25,8%) não possuem cursos de Doutorado como os demais 46 (74,2%). Logo, é deste universo de 46 Programas, dos quais 42 (91,3%) são de instituições públicas e 4 (8,7%) de instituições privadas, que serão apresentadas as análises seguintes sobre a produção acadêmica brasileira. Mas ainda com algumas ressalvas. Alguns Programas de História abriram suas primeiras turmas de Doutorado recentemente, como a UNIVERSO, em 2018, e as instituições de ensino superior UFAM, UFMA, UFPEL, UFPI, UFRN e UFRPE, em 2019. Sendo assim, nenhuma tese de doutoramento foi defendida ainda nesses Programas. Algumas instituições de ensino superior possuem mais de um Programa na área de História, como acontece na UERJ (História Política/História Social), na UFRJ (História Comparada/História Social), na UNESP (com Programas nos *campi* de Assis e de Franca) e USP (História Econômica/História Social) e, por isso, recebem mais de uma nota de avaliação.

Todos os dados coletados para esta análise são provenientes das informações que cada Programa de Pós-Graduação em História disponibiliza em seus respectivos sites oficiais. O Programa de História da Universidade Federal do Paraná (UFPR), ainda que conte com o curso de Doutorado desde 1982, só apresenta informações acessíveis ao público a partir de 2012. Por sua vez, o Programa de História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), que abriu sua primeira turma de Doutorado em 2015, ainda não registra em seu site qualquer tese, previstas para a partir de 2019. Dessa forma, uma das limitações da presente análise é decorrente da defasagem de informação e de atualização dos portais oficiais dos respectivos Programas.

Nesse cenário, os Programas de Pós-Graduação acadêmicos avaliados na área de História pela CAPES se distribuem pelo território nacional da seguinte forma:

Tabela I: Quantidade de Programas por região.

Região	Quantidade de Programas
Centro-Oeste	4 (8,7%)
Norte	2 (4,3%)
Nordeste	7 (15,2%)
Sul	11 (23,9%)
Sudeste	22 (47,8%)
Total	46 (100%)

Quase metade da produção acadêmica nacional se concentra na região Sudeste, detentora do maior número de Programas em História (22). Na situação oposta está a região Norte, com apenas dois Programas (UFAM e UEPA), sendo que, dentre eles, apenas a UEPA já possui teses defendidas na área. Essa desproporção é entendida historicamente pela concentração das universidades na região Sudeste e, consequentemente, pela demora na expansão dos cursos de pós-graduação pelo território nacional. Uma desproporção regional que explica muito sobre as oportunidades de formação educacional no país e a capacidade de produção de conhecimento por meio da pesquisa em ambientes acadêmicos.

Por sua vez, se considerarmos a distribuição dos Programas por notas de avaliação da CAPES, temos a seguinte composição:

Tabela II: Quantidade de Programas por notas de avaliação CAPES.

Nota CAPES	Quantidade de Programas
3	2 (4,3%)
4	22 (47,8%)
5	16 (34,7%)
6	4 (8,6%)
7	2 (4,3%)

Ressaltando-se que Programas avaliados com notas 1 e 2 são descredenciados pela CAPES e encerram suas atividades, o mínimo que é preciso para estar em funcionamento é o conceito 3. Nesse sentido, o estrato mínimo é representado por apenas dois Programas, o que denota um resultado positivo frente à totalidade. Mais de 80% dos Programas de História

existentes no Brasil estão avaliados numa camada intermediária de qualidade (conceitos 4 e 5), dentre os quais aproximadamente 35% representam um nível de excelência nacional (conceito 5). Importante ressaltar também que, para abertura de cursos de Doutorado, o Programa deve alcançar o patamar mínimo de conceito 4. Logo, Programas que ofertam o curso de Doutorado avaliados com conceito 3 indicam uma queda na avaliação mais atual. Na ponta da excelência, os Programas avaliados com 6 e 7 representam, hoje, cerca de 13% dentre todos os 46 Programas, um seleto grupo composto pelas instituições públicas UFF, UFMG, UFRGS, UFRJ, UNICAMP e o Programa de História Social da USP. Ou seja, apenas o Programa da UFRGS não está na região Sudeste do país.

Nesse sentido de raciocínio, se cruzarmos as informações de conceitos por região, obtemos os seguintes dados:

Tabela III: Quantidade de Programas por nota e região.

	Nota de avaliação					
Região	3	4	5	6	7	Total
Centro-Oeste	0	3	1	0	0	4
Norte	0	1	1	0	0	2
Nordeste	0	0	7	0	0	7
Sul	0	6	4	1	0	11
Sudeste	2	5	10	3	2	22

Talvez pudesse se supor que, por serem mais recentes, os Programas avaliados com conceito 3 estivessem localizados nas regiões Norte e/ou Nordeste, mas o que se verifica é que os dois mencionados Programas nessa faixa de avaliação são pertinentes também à região Sudeste. Região esta que concentra 100% dos dois casos extremos, ou seja, Programas com conceitos 3 e 7. Para além disso, por possuir o maior número de Programas de Pós-Graduação em História, a região Sudeste representa a maioria dos cursos também avaliados com conceitos 5 (62,5%) e 6 (75%). A única faixa não dominada pelo Sudeste é a de nota 4, onde predomina a região Sul com 27,2% dos Programas (6).

Partindo do pressuposto regional, 75% dos Programas da região Centro-Oeste são avaliados com nota 4, o Norte está dividido (50/50) entre conceitos 4 e 5, o Nordeste possui 100% dos Programas avaliados com nota 5, o Sul possui 54,5% avaliados com o conceito 4 e

o Sudeste possui em destaque 45,4% dos Programas na faixa 5. Corroborando com o que foi dito anteriormente, os Programas se concentram entre os conceitos 4 e 5, uma camada intermediária satisfatória de qualidade. O destaque desses dados, contudo, é dado à região Nordeste, que possui 100% dos Programas classificados com conceito 5, o que representa um patamar avançado de acordo com os métodos de avaliação aplicados pela CAPES. Proporcionalmente, trata-se da região mais bem sucedida no país, mesmo se comparada ao Sudeste, sendo a mais homogênea com avaliação satisfatória.

É desse contexto que são provenientes as teses de Doutorado em História no território nacional. Com base nesses dados levantamos todos os trabalhos produzidos entre 2010 e 2020 informados nos portais oficiais dos respectivos Programas, o que resultou em um total de 3.243 teses no período. Em termos absolutos, assim se manifesta a produção de teses no país no decorrer da década:

Tabela IV: Quantidade de teses por região.

Região	Quantidade de teses
Centro-Oeste	267
Norte	38
Nordeste	235
Sul	598
Sudeste	2.105
Total	3.243

Como esperado, a partir dos dados anteriores, a maior quantidade de teses em História foi produzida na região Sudeste (64,9%). Cerca de três vezes e meia a quantidade de pesquisas realizadas pela região em segundo lugar absoluto, o Sul do Brasil. Para além disso, os dados mostraram que, mesmo com menos Programas (4), a região Centro-Oeste informa uma quantidade superior de teses em relação à região Nordeste (7 Programas). A única exceção à regra, pois a relação número de Programas/quantidade de teses mantém a mesma lógica relacional para as demais regiões.

Interessante, então, é destacar os Programas com o maior número de teses na área de História no Brasil. Desse total de 3.243 pesquisas no período, o Programa de Pós-Graduação em História Social da USP representa 396 pesquisas (12,2%), acompanhado de perto pelo Programa da UFF com 346 teses (10,6%). Ambos apresentam mais do que o dobro da

produção das duas instituições que figuram em terceiro e quarto lugares nessa relação, a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), com 153 teses (4,7%), e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com 149 teses (4,5%). Os Programas da USP, da UNICAMP e da UFF são mais tradicionais no país, com cursos de Doutorado, respectivamente, desde 1971, 1984 e 1985. Já o Doutorado da UFMG teve início no ano 2000. Todos eles estão concentrados na região Sudeste do país e foram avaliados em 2017 com conceitos 6 (USP e UNICAMP) e 7 (UFF e UFMG).

Por outro lado, os Programas de Pós-Graduação em História das instituições UFAM, UFMA, UFPEL, UFPI, UFRN, UFRPE e UNIVERSO, bem como o Programa em História Social da UERJ, ainda não informam a existência de teses em seus respectivos portais na internet, por possuírem cursos de Doutorado que são mais recentes e, em alguns casos, ainda não contarem com resultados de pesquisas das suas primeiras turmas. Sendo assim, conclui-se um universo de 38 Programas de Pós-Graduação em História no Brasil de onde são provenientes as 3.243 teses informadas que serão abordadas na análise.

Por uma análise bibliométrica da historiografia sobre a Primeira República

Diante de um cenário geral verificado no item anterior do texto, interessa-nos, agora, refletir sobre como a produção acadêmica acerca da Primeira República brasileira se insere nesse contexto. Para isso, um refinamento na pesquisa no sentido de identificar esses trabalhos foi necessário, considerando-se pesquisas que dão conta do período compreendido entre 1889 e 1930. Cumpre ressaltar que deseja-se saber o que se produz de conhecimento acerca do período no Brasil, e, por vezes, as balizas das pesquisas de doutoramento não são tão rigorosas considerando o início e o encerramento do regime político. Por isso consideramos todas as teses que estão inseridas no recorte temporal ou que passam por ele. Desse modo, são aqui consideradas também pesquisas com balizas temporais que se iniciam antes de 1889 e/ou se encerram depois de 1930. Logo, todos os trabalhos que consideram o período da Primeira República para alguma forma de investigação foram considerados relevantes para se averiguar o que se produz de conhecimento sobre o período. Espera-se que esse tipo de levantamento de dados aponte considerações quantitativas e qualitativa sobre a produção acadêmica brasileira entre 2010 e 2020.

Do universo de 3.243 teses de Doutorado defendidas entre 2010 e 2020, foram encontradas 639 pesquisas que, de alguma forma, remetem ao período entre 1889 e 1930 no Brasil. O que representa 19,7% do total, ou seja, uma quantidade expressiva, já que significa dizer que um quinto da produção acadêmica de História na década considera o período relevante para algum tipo de análise. Sua distribuição anual é a seguinte:

Gráfico I: Teses sobre a Primeira República por ano.



O gráfico acima demonstra que houve um crescimento do número de trabalhos de doutoramento defendidos no decorrer da década. Sendo os anos de 2016, 2018 e 2015 com os maiores patamares de produção, sendo, respectivamente, 84 (13,1%), 82 (12,8%) e 81 (12,6%) teses sobre a Primeira República. Nota-se também que 2019 marcou uma acentuada queda nessa sequência histórica, caindo para 60 teses. No entanto, índice ainda superior ao de 2010, quando se registou a menor quantidade de trabalhos sobre o período político brasileiro, 44 teses. O ano de 2020 não se encontra no gráfico porque, embora já existam registros nos sites de alguns Programas de teses defendidas no ano, nenhuma delas abordou o período da Primeira República. É cedo para tirar conclusões sobre uma continuidade da queda verificada em 2019, uma vez que o levantamento foi realizado na primeira metade do primeiro semestre do ano de 2020 e a pandemia de COVID-19 interferiu em muitos cronogramas das atividades acadêmicas e burocráticas dos Programas de Pós-Graduação. Ainda assim, já se pode afirmar que houve uma concentração dessas pesquisas na segunda metade da década, o que converge com o fato da expansão dos Programas e dos cursos de Doutorado no país.

Por sua vez, as pesquisas de doutoramento sobre a Primeira República estão assim dispostas pelo país:

Tabela V: Teses sobre Primeira República por região.

Região	Quantidade de teses sobre Primeira República
Centro-Oeste	33
Norte	12
Nordeste	54
Sul	146
Sudeste	394
Total	639

A região Sudeste do Brasil concentra sozinha 58,3% desses trabalhos, mais de duas vezes e meia a quantidade de teses sobre a Primeira República registradas no Sul do país. Uma correspondência que se equivale à proporção anterior apresentada de produção acadêmica geral no Brasil. Historicamente, essas regiões concentram muitos documentos da história republicana brasileira, o que contribui para estudos de história local, por exemplo. Enquanto o Nordeste, por outro lado, possui uma importância histórica ligada ao Brasil colonial que estimula muitas pesquisas nesse sentido.

Considerando-se a produção acadêmica absoluta sobre a Primeira República por Programas de Pós-Graduação, destacam-se o Programa de História Social da USP, com 60 teses (9,3%), e a UFF, com 58 teses (9%) informadas. Números que coincidem com o fato de serem as duas instituições que mais produziram teses de História na década e, que, satisfatoriamente, ocupam extratos de excelência na avaliação de seus Programas. Observando-se, no entanto, a produção relativa acerca da Primeira República, esse quadro se altera. Ganham destaque a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) e a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). A FIOCRUZ, que possui curso de Doutorado desde 2001 e cujo programa foi avaliado em 2017 com conceito 5, informa em seu site 85 teses defendidas entre 2010 e 2020, das quais 34 abordaram o período da Primeira República. Ou seja, 40% de sua produção acadêmica sobre o referido regime político. Da mesma forma, a UFSM, com curso de Doutorado desde 2015 e avaliado com conceito 4 em 2017, informa a defesa de 13 teses, das quais cinco remetem à Primeira República. Ou seja, 38,4% do total. Números que, embora ainda vinculados às regiões Sul e Sudeste, são surpreendentes ao apontar instituições com cursos de doutoramento iniciados ambos no século XXI e, no caso, da UFSM, ser tão recente e não ser uma instituição de ensino superior com tão longa tradição quanto USP e UFF.

Para se conhecer mais ainda sobre a produção acadêmica acerca da Primeira República no Brasil, é importante ressaltar que o período foi representado em pesquisas na década em todos os Programas com teses já defendidas, com exceção dos Programas da Universidade de Passo Fundo (UPF), da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ), da Universidade Estadual de Maringá (UEM), da Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (UNIOESTE) e da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Ou seja, 13,1% dos 38 Programas considerados. Sendo que, dentre esses Programas, o que informa a maior quantidade de teses defendidas na década é o da UNIRIO, com 14 pesquisas de doutoramento, mas nenhuma sobre a Primeira República. Para se inferir a razão da ausência de teses sobre a virada do século XIX para o XX no Brasil seria preciso fazer, por exemplo, um levantamento das linhas de pesquisa do quadro docente das instituições e de seus grupos de estudo para se averiguar se há pesquisas que se relacionam com o período nessas instituições, bem como especialistas. O que certamente contribuiria em muito para estimular novos trabalhos.

Cabe ainda ressaltar, quantitativamente, que existe um razoável equilíbrio de teses desenvolvidas por homens e mulheres sobre a Primeira República. No montante das 639 pesquisas realizadas na década, os homens se representaram em 325 trabalhos (50,9%) e as mulheres em outros 314 (49,1%). Em termos absolutos, os homens predominaram nas teses sobre a Primeira República no Programa de História Social da USP, com 31 trabalhos. Enquanto as mulheres predominaram na UFF, com 37 pesquisas. Em termos relativos, as historiadoras representaram a autoria de 100% das teses na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Por sua vez, os homens foram 100% dos autores apenas na Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), mas o Programa de História Econômica da USP também revelou um alto índice de 92,5%.

Até aqui, acreditamos que os números revelam muito o perfil de quem produz e de onde são produzidas as teses de doutoramento sobre a Primeira República no país. Porém os números também podem contribuir para uma compreensão qualitativa dessas pesquisas, revelando temas de interesse e apontando caminhos para se compreender melhor a produção historiográfica. Isso é o que se almeja abordar daqui em diante.

Avaliando-se a partir do conteúdo, as 639 teses defendidas sobre a Primeira República na década foram divididas em quatro grandes eixos iniciais: História Social, História Econômica, História Política e História Cultural. Para isso, algumas diretrizes foram consideradas.

A História Social ganhou destaque com a terceira geração da Escola dos Annales. Ao se posicionar como alheia ao mundo das elites e considerando grupos sociais menos favorecidos, essa abordagem concedeu protagonismo a indivíduos comuns como camponeses, operários e escravizados, por exemplo. A História Social destacou-se na historiografia por sua capacidade de enriquecer os detalhes do passado por meio de fontes diversificadas, revelando aspectos humanos de indivíduos, grupos e comunidades para além de documentos governamentais oficiais. Para Eric Hobsbawn (2013), a História Social pode ser vista como a história dos pobres ou das classes mais baixas, de seus ofícios e de suas organizações; como atividades humanas difíceis de se classificar e como o resultado de uma combinação entre História Social e Econômica. Nesse sentido, fizeram parte deste eixo pesquisas que apresentaram termos primários como: ambiente, associações, cidades, ciências, conflitos, controle social, educação, esportes, gênero, historiografia, imigrantes, imprensa, indígenas, indivíduos, instituições, justiça, modernização, morte, mutualismo, relações sociais, religião, saúde, territórios, trabalhadores, trajetórias e violência.

A História Econômica dedica-se ao estudo dos fenômenos econômicos do passado abordando aspectos estruturais, administrativos, financeiros e demográficos, por exemplo. Esse ramo da História fez muito sucesso na segunda metade do século XX, sob forte influência de estudos marxistas. Mais recentemente, não desfruta do mesmo prestígio das décadas de 1960 e 1970, porém mantém sua relevância nas investigações acadêmicas. Neste eixo foram inseridas pesquisas cujas termos primários apresentados eram: açúcar, agricultura, borracha, cacau, café, comércio, doutrina, pecuária, territórios e modernização.

A História Política se dedica aos eventos políticos, à ideia, aos movimentos sociais, às instituições de governo, aos partidos e às lideranças políticas. Suas investigações abordam a organização e a operação do poder na sociedade, geralmente enfocando as elites, mas também averiguando seus impactos ou respostas provenientes de camadas mais populares. Neste eixo, foram consideradas teses que apresentaram os seguintes termos primários: coronelismo, crise,

eleições, estado de sítio, ideologias, imigrantes, instituições, oligarquias, partidos, política dos governadores, políticas públicas, relações internacionais, territórios e trajetórias.

O quarto e último grande eixo se refere à História Cultural, uma vertente que aborda as tradições da cultura popular ou erudita interpretando as experiências humanas em determinadas localidades ou períodos. Neste eixo foram incluídas pesquisas cujos termos principais eram: alimentação, artes, cinema, festividades, identidade, literatura, memória, música, patrimônio, radioteatro, teatro e trajetórias.

Naturalmente, as pesquisas acadêmicas não são tão pragmáticas restringindo-se a técnicas e abordagens delimitadas em cada um dos eixos. Pelo contrário, a tendência cada vez maior é de aplicação de abordagens variadas nas pesquisas históricas, bem como usufruir dos benefícios da interdisciplinaridade e da transdisciplinaridade. Além disso, outras vertentes também existem como História dos Conceitos, História das Mentalidades, História Intelectual etc. Outros eixos não foram acrescentados à avaliação pela inexistência de pesquisas que revelassem a primazia por análises pertinentes de outras abordagens. Sendo assim, a partir dos resumos e palavras-chave de cada trabalho, os trabalhos foram divididos por eixos. Respeitou-se, primordialmente, aquilo que foi informado por cada autor/autora em suas pesquisas, nossas fontes, perfazendo uma relação de temáticas com afinidade a cada eixo encontrado.

Pode se verificar, então, a seguinte distribuição dessas teses por eixos:

Tabela VI: Relação de teses sobre a Primeira República por eixo.

Eixo	Número de teses
História Cultura	119
História Econômica	23
História Política	42
História Social	455
Total	639

Chama muito a atenção o interesse que historiadores e historiadores da década tiveram por pesquisas inseridas no campo da História Social. Como mencionado acima, a História Social se destacou na terceira geração da Escola dos Annales com nomes representativos como Edward Palmer Thompson que abriram caminho para investigações fora do mundo das elites. Almejava-se, então, construir uma “História vista de baixo”, reveladores dos hábitos,

do cotidiano e das ações de indivíduos comuns da sociedade. Essa abordagem enriquecedora de uma visão de mundo mais real aplicada a determinadas épocas e localidades repercutiu expressivamente nas pesquisas e, o que se nota a respeito da Primeira República, é a sua clara preponderância. Esse eixo representa 71,2% das pesquisas, quase quatro vezes a quantidade de trabalhos inseridos no eixo História Cultural. Esses dados também podem ser lidos como uma demonstração dos efeitos da Escola dos Annales na historiografia, principalmente quando se compara com o interesse por eixos mais tradicionais como a História Política e a História Econômica. Claro é que essas abordagens também passaram por renovações atualizadoras nas últimas décadas, mas as possibilidades da História Social parecem ter sido mais cativantes. No que se refere à Primeira República, o imaginário que se constrói sobre o período nos livros didáticos do ensino básico é de uma política enfadonha de cartas marcadas e de uma interminável lista de Presidentes iguais em essência e de uma economia exclusivamente baseada no café. Talvez essa percepção tenha efeitos subjetivos mais longevos em estudantes que ingressam na graduação de História. Por fim, a História Cultural também apresentou um crescimento e uma dinamização significativos a partir da década de 1970, trazendo novas e agradáveis possibilidades de análises do ser humano no tempo. Possivelmente uma explicação para a quantidade apresentada na tabela.

É também interessante observar a evolução desses eixos por ano:

Gráfico II: Teses de História Cultural por ano.

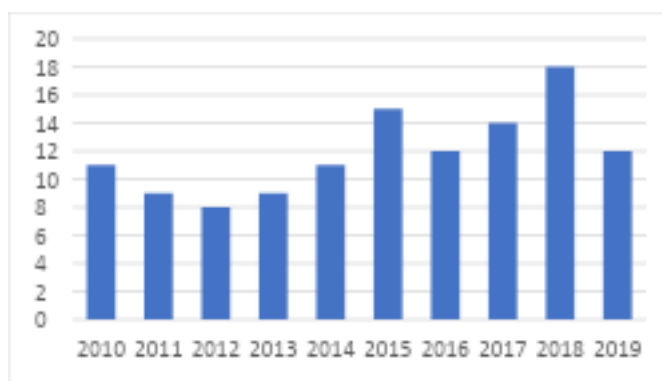


Gráfico III: Teses de História Econômica por ano.

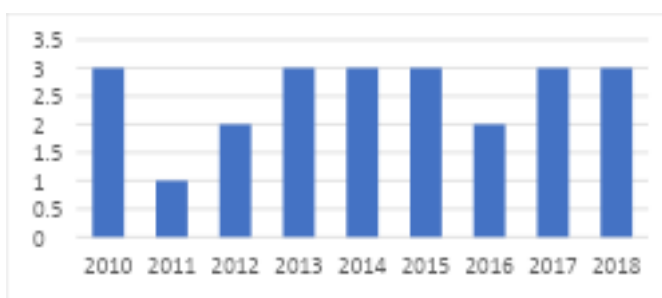


Gráfico IV: Teses de História Política.



Gráfico V: Teses de História Social



Dos gráficos apresentados acima, o único que não contém uma coluna representando o ano de 2019 é aquele a respeito da produção de História Econômica. Todos os demais eixos apresentaram produção constante em todos os anos da década. Enquanto todos os outros eixos aparentam um crescimento de interesse na produção ano a ano, somente as teses de História Econômica se mantêm em um patamar baixo, variando de 0 (2019) a 3 (2013, 2014, 2015, 2017 e 2018) pesquisas defendidas por ano apenas. Mais uma vez, fica demonstrada a pouca atratividade que historiadores e historiadoras pela História Econômica da Primeira República. Até mesmo as pesquisas de História Política demonstraram uma retomada na avaliação de 2010 a 2019.

Nesse contexto, o ano mais frutífero para a História Cultural da Primeira República foi 2018, com 15,1% das teses; para a História Política foi 2016, com 19% das pesquisas do eixo; e para a História Social foi também 2016, com 13,6% dos trabalhos defendidos no eixo. Ou seja, todos os casos na segunda metade da década, talvez um reflexo do também já mencionado crescimento dos Programas de Pós-Graduação e dos cursos de Doutorado no país.

A produção acadêmica por eixos se apresenta assim distribuída pelo país:

Tabela VII: Eixos por região.

Região	História Cultural	História Econômica	História Política	História Social
Centro-Oeste	7	1	2	23
Norte	4	0	0	8
Nordeste	7	0	4	43
Sul	22	0	15	109
Sudeste	79	22	21	272

Pela quantidade expressiva de teses classificadas no eixo da História Social, todas as regiões do país apresentam maiores produções nesse sentido. Da mesma forma, como a região Sudeste é a maior produtora de pesquisas de doutoramento no Brasil, todos os eixos são mais desenvolvidos nessa região. A constatação mais singular desses dados é em relação a certas regiões que não desenvolveram pesquisas em alguns eixos. Até aqui, a região Norte não informou nenhuma pesquisa classificada no eixo de História Política da Primeira República. Por sua vez, a História Econômica do período não gerou nenhum trabalho de doutoramento nas regiões Norte, Nordeste e Sul. Sendo que, das 23 teses classificadas nesse eixo, 22 delas foram produzidas na região Sudeste. Um dado que revela a limitação do interesse por esse tipo de abordagem sobre a Primeira República no Brasil, sendo sintomático que eles estejam concentrados quase exclusivamente no Sudeste, uma vez que a USP possui o único Programa de Pós-Graduação em História Econômica no país.

Ainda no âmbito da História Econômica, o destaque continua sendo os aspectos econômicos em torno da produção de café na Primeira República. Mas pesquisadores e

pesquisadoras têm se interessado também por explicar uma produção paralela de Cacau¹² e borracha¹³. Outras duas pesquisas merecem menção por abordar produtos econômicos “fora do lugar” no tempo. Uma delas sobre o açúcar na Primeira República¹⁴, produto que, no passado colonial, representou a essência da economia brasileira e fora superado pelo ouro e o próprio café. De outro ponto de vista, a compreensão da pecuária no período cafeeiro¹⁵. Algo que, desde a segunda metade do século XX, possui grande representação na pauta econômica brasileira e explica muito sobre a ocupação do território no país e a relação com o meio-ambiente. Mas o aspecto econômico da Primeira República que foi mais explorado na década diz respeito aos mecanismos de funcionamento do comércio, seja ele interno ou externo.

Os estudos sobre a História Política da Primeira República ampliaram o conhecimento sobre aspectos do período das relações internacionais, das oligarquias e das ideologias políticas. O mais interessante nesse âmbito é uma releitura dos elementos políticos marcantes da época. Como já mencionado, uma tradicional concepção de ausência de disputas políticas, de eleições fraudadas e de violência política tem sido revista nas últimas décadas. Por isso, questões clássicas voltaram à pauta nesta década. Uma delas foi o coronelismo, estudado por Márcio Biavaschi¹⁶ no Rio Grande do Sul durante o período Borgista. As eleições na Primeira República foram avaliadas nas pesquisas de Vitor Figueiredo¹⁷ e Alexandre de Souza¹⁸, lançando luz sobre novas perspectivas envolvendo os pleitos. O primeiro trazendo compreensões alternativas para o espaço de competição política em Minas Gerais. O segundo refletindo sobre a administração judicial das eleições na Primeira República. Ambos

¹² PONTES, Kátia. **O Binômio Porto-Ferrovia: O escoamento da produção cacauzeira, região e desenvolvimento econômico (1920 a 1947)**. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

¹³ KLEIN, Daniel. **A borracha no Acre: economia, política e representações (1904 - 1945)**. Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

¹⁴ MELO, José de. **O açúcar no café: agromanufatura açucareira e modernização em São Paulo (1850-1910)**. Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

¹⁵ RODRIGUES, Maria. **Pecuária leiteira no pós-abolição: as transformações econômicas em Resende – RJ (1888-1940)**. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. NASCIMENTO, Joana. **Do pastoreio à pecuária: A invenção da modernização rural nos sertões do Brasil Central**. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

¹⁶ BIAVASCHI, Márcio. **Relações de poder coronelistas na região colonial italiana do Rio Grande do Sul durante o período borgista (1903-1928)**. Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

¹⁷ FIGUEIREDO, Vitor. **Voto e competição política na Primeira República: o caso de Minas Gerais**. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016.

¹⁸ SOUZA, Alexandre de. **Perto da justiça, longe do cidadão: a administração judicial das eleições no Brasil (1881-1932)**. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017.

relativizando uma visão tradicional dos pleitos. Da mesma forma, a política dos governadores também foi revisitada por Fagner dos Santos¹⁹ no questionamento de sua viabilidade para uma estabilidade política nacional na Primeira República. Por fim, uma inovação na leitura política do período foi a análise de Antonio Gasparetto Júnior²⁰ da intensa utilização do instituto do estado de sítio, algo que ainda não havia sido considerado em pesquisas anteriores. Ou seja, houve um aprimoramento em relação aos aspectos políticos, relativizando mecanismos já discutidos na historiografia, por um lado, e inserindo novos meios de arbítrio, por outro lado.

A História Cultural da Primeira República dedicou-se muito ao estudo de suas artes visuais (pinturas, esculturas, fotografias e charges), com 35 teses; de sua literatura, com 25 pesquisas; da música no período, com 17 trabalhos; e às questões de identidade e patrimônio, com 14 e 11 teses, respectivamente. Nesse eixo, merecem menção ainda uma abordagem cultural sobre a alimentação e as festividades, com pesquisas que transitam entre a História Cultural e a História Social. E, por fim, outros dois estudos foram às raízes de produções culturais que explodiriam de sucesso em momentos posteriores, o radioteatro²¹ e o cinema²².

Por fim, o campo da História Social foi o mais pujante de pesquisas de doutoramento sobre a Primeira República entre 2010 e 2020, como já demonstrado. Nesse âmbito, destacaram-se trabalhos sobre a imprensa da época (36 teses), a religião (34 teses), os imigrantes (33 teses), os aspectos em torno da saúde (32 teses), as relações sociais (29 teses) e discussões acerca do cotidiano dos trabalhadores (26 teses). Ainda assim, nada superou o interesse expressivo das pesquisas por trajetórias de indivíduos e/ou de instituições na Primeira República, totalizando 125 teses.

Algumas novas e interessantes temáticas vieram também enriquecer o conhecimento e o debate sobre o período da história brasileira. Tatiana Castro²³ voltou ao tema do *Habeas*

¹⁹ SANTOS, Fagner dos. **A política dos governadores como discurso**: Uma história da construção da estabilidade nacional na Primeira República. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

²⁰ GASPARETTO JÚNIOR, Antonio. **Recursos Extremos da Administração Estatal**: as declarações de estado de sítio na Primeira República brasileira. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Juiz de Fora, 2018.

²¹ GONÇALVES, Camila. **Mistério no ar**: primeiros tempos do radioteatro policial no Brasil. Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo 2019.

²² CHAVES, Geovane. **Sob o Desígnio Moral**: O Cinema Além do Filme (1900-1964). Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

²³ CASTRO, Tatiana. **“Assim se espera justiça”**: o remédio jurídico do *habeas corpus* no Supremo Tribunal Federal (1920-1929). Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

corpus para avaliar o funcionamento da justiça na Primeira República e a atuação do Supremo Tribunal Federal na última década do regime. Outra questão que segue ganhando repercussão revisionista desde o trabalho de Tânia Regina de Luca²⁴ é a respeito das associações mutualistas. Uma abordagem que demonstra a capacidade organizativa dos trabalhadores e seus posicionamentos genuínos em um cenário de ausência de direitos sociais. Associações que conviveram com os sindicatos e não foram apenas um protótipo deles, perdurando no tempo com objetivos próprios. O mutualismo foi estudado na década em Novo Hamburgo²⁵, em Maceió²⁶, em Porto Alegre²⁷ e em Fortaleza²⁸.

Uma demanda necessária envolve as agruras sofridas pelos povos indígenas no Brasil, estudos deram notabilidade aos povos Apurinã²⁹, Xokleng³⁰ e à tradição Kaingang³¹. Bem como a violência envolvendo terra e trabalho no estado de São Paulo³². Os super atuais estudos de história ambiental indicam um campo de grande crescimento e interesse, com proeminência das produções no Sul do Brasil. Foram sete teses de doutoramento nesse sentido na década. Por sua vez, as curiosas investigações sobre as percepções da morte na Primeira República geraram cinco teses de doutoramento. O mais surpreendente, contudo, mas que também reflete uma tendência, foram os estudos de gênero abordando os ideais de masculinidade e o fazer-se mulher na sociedade da Primeira República. Foram 18 teses a promover esse debate espalhadas pelo Brasil, com exceção do Nordeste.

²⁴ LUCA, Tânia Regina de. **O Sonho do Futuro Assegurado**. São Paulo: Contexto, 1990.

²⁵ MAGALHÃES, Magna. **Entre a preteza e a brancura brilha o Cruzeiro do Sul**: associativismo e identidade negra em uma localidade teuto-brasileira (Novo Hamburgo/RS). Tese (Doutorado em História), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.

²⁶ MACIEL, Osvaldo. **A perseverança dos caixeiros**: o mutualismo dos trabalhadores do comércio em Maceió (1879 1917). Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

²⁷ QUEVEDO, Éverton. **“Uma mão protetora que os desvie do abismo”**: Sociedade Portuguesa de Beneficência de Porto Alegre e seu hospital (1854-1904). Tese (Doutorado em História), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2016.

²⁸ MORAIS, Nágila. **Entre o mutualismo e o sindicalismo**: a resistência solidária dos trabalhadores portuários de Fortaleza (1912-1933). Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

²⁹ LINK, Rogério. **Vivendo entre Mundos**: O povo Apurinã e a última fronteira do Estado brasileiro nos séculos XIX e XX. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

³⁰ HOERHANN, Rafael. **O Serviço de Proteção aos Índios e a desintegração cultural dos Xokleng (1927 - 1954)**. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

³¹ ALMEIDA, Carina. **Tempo, memória e narrativa kaingang no oeste catarinense**: a tradição kaingang e a proteção tutelar no contexto da transformação da paisagem na terra indígena Xapecó. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

³² DORNELLES, Soraia. **A questão indígena e o Império**: índios, terra, trabalho e violência na Província Paulista, 1845-1891. Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

Considerações finais

Por meio de uma inédita abordagem bibliométrica sobre a Primeira República, buscamos demonstrar o perfil das pesquisas sobre o período no Brasil para alcançar entendimentos sobre a relevância do regime político na historiografia, suas tendências e aspectos gerais sobre a produção de pesquisas na área no Brasil. Claro que o meio empregado para tais análises podem apresentar debilidades, uma vez que todos os dados foram coletados nos portais oficiais de cada Programa de Pós-Graduação aqui avaliados. Reconhecemos que alguns trabalhos podem ter ficado de fora de análise pelo não lançamento de suas informações nas páginas dos Programas. Em alguns casos, também, as informações apresentavam-se incompletas e não havia acesso ao texto integral para uma total abordagem de cada trabalho, prejudicando algumas poucas especificações. No entanto, essas ocorrências foram poucas e, efetivamente, chegou-se a um universo de teses produzidas entre 2010 e 2020 muito satisfatório para a análise.

Nesse contexto, constatou-se, inicialmente, que as pesquisas que abordam a Primeira República no Brasil apresentam ainda grande relevância na historiografia brasileira. Um quinto da produção acadêmica na década dedicou-se a algum aspecto do período, o que é uma porcentagem muito expressiva ao se considerar que os demais 80% das pesquisas em Programas de Pós-Graduação em História dividem-se em avaliações sobre o Brasil colonial, o Brasil Imperial, a Era Vargas, a Segunda República, o regime civil-militar e a Nova República. Isso, claro, considerando-se apenas os estudos sobre contextos brasileiros, pois ainda há pesquisas sobre outros países e suas diversas abordagens. Pode-se inferir, portanto, que a Primeira República é o regime político brasileiro mais estudado nos Programas de Pós-Graduação em História no Brasil.

Por sua vez, os dados demonstraram uma primazia por pesquisas de História Social e História Cultural da Primeira República. Um aspecto que se replica por todas as regiões do país. Mas o campo que passa por uma maior renovação de sua leitura é o da História Política, que tem revisado e/ou relativizado temas clássicos e inserindo novos elementos para compreensão do período, como o estado de sítio. À margem dos demais, a História Econômica da Primeira República tem atraído a atenção de poucas pesquisas, mas ainda

gerando estudos interessantes e renovadores que iluminam uma compreensão sobre uma dinâmica econômica para além do tradicional café.

Há uma concentração das pesquisas sobre a Primeira República na região Sudeste do país que se explica historicamente por abrigar o maior número de Programas de Pós-Graduação em História no Brasil, produzindo teses em grande quantidade e também em grande variedade. A Primeira República, porém, mantém o interesse de pesquisadores e pesquisadoras em todo o país, sendo investigada em todas as regiões do país. Mais do que isso, são raros os Programas que não produziram teses sobre esse período da história brasileira, seja porque são muito recentes ou mesmo porque essas informações não estavam disponíveis em seus portais ainda. Destacaram-se os Programas de História Social da USP e o da UFF em número absoluto de teses sobre a Primeira República. Mas a pesquisa revelou a relevância das abordagens sobre o período em termos relativos nos Programas das instituições FIOCRUZ e UFSM.

À guisa de conclusão, a segunda metade da década apontou o crescimento das pesquisas sobre a Primeira República, acompanhando a expansão dos cursos de doutoramento em História. Certamente, muito mais é produzido por meio de investigações acadêmicas sobre o período no Brasil. Uma avaliação mais ampla encontraria outros estudos em Programas de Pós-Graduação nas áreas de Direito, de Educação Física e de Letras, somente como exemplo. Pesquisas igualmente relevantes para o debate acadêmico e o conhecimento acerca da Primeira República. Por sua vez, uma pesquisa mais ampla e mais extensa poderia também incluir dissertações de Mestrado.

Enfim, os estudos acerca da Primeira República são muito caros à historiografia e movimentam uma grande parcela de pesquisadores e pesquisadoras no Brasil. Mais do que nunca, as interpretações e compreensões sobre a pioneira experiência republicana no Brasil, que transitou de do liberalismo ao autoritarismo, são fundamentais para se compreender questões colocadas pelo presente.

Referências

ALMEIDA, Carina. **Tempo, memória e narrativa kaingang no oeste catarinense**: a tradição kaingang e a proteção tutelar no contexto da transformação da paisagem na terra

indígena Xapecó. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

BIAVASCHI, Márcio. **Relações de poder coronelistas na região colonial italiana do Rio Grande do Sul durante o período borgista (1903-1928)**. Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

CASTRO, Tatiana. **“Assim se espera justiça”**: o remédio jurídico do *habeas corpus* no Supremo Tribunal Federal (1920-1929). Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

CHAVES, Geovane. **Sob o Desígnio Moral**: O Cinema Além do Filme (1900-1964). Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

DORNELLES, Soraia. **A questão indígena e o Império**: índios, terra, trabalho e violência na Província Paulista, 1845-1891. Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

DRUMMOND, José Augusto. **O Movimento Tenentista**: a intervenção política dos oficiais jovens (1922-1935). Rio de Janeiro: Graal, 1986.

FAORO, Raimundo. **Os Donos do Poder**: formação do patronato político brasileiro. Porto Alegre: Globo, 1968.

FIGUEIREDO, Vitor. **Voto e competição política na Primeira República**: o caso de Minas Gerais. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016.

GASPARETTO JÚNIOR, Antonio. **Recursos Extremos da Administração Estatal**: as declarações de estado de sítio na Primeira República brasileira. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Juiz de Fora, 2018.

GONÇALVES, Camila. **Mistério no ar**: primeiros tempos do radioteatro policial no Brasil. Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo 2019.

HOBBSAWN, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2013.

HOERHANN, Rafael. **O Serviço de Proteção aos Índios e a desintegração cultural dos Xokleng (1927 - 1954)**. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

KLEIN, Daniel. **A borracha no Acre**: economia, política e representações (1904 - 1945). Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto**. Rio de Janeiro: Forense, 1949.

LESSA, Renato. **A Invenção Republicana**: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira. São Paulo: Vértice, 1988.

LINK, Rogério. **Vivendo entre Mundos**: O povo Apurinã e a última fronteira do Estado brasileiro nos séculos XIX e XX. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

LUCA, Tânia Regina de. **O Sonho do Futuro Assegurado**. São Paulo: Contexto, 1990.

MACIEL, Osvaldo. **A perseverança dos caixeiros**: o mutualismo dos trabalhadores do comércio em Maceió (1879-1917). Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

MAGALHÃES, Magna. **Entre a preteza e a brancura brilha o Cruzeiro do Sul**: associativismo e identidade negra em uma localidade teuto-brasileira (Novo Hamburgo/RS). Tese (Doutorado em História), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.

MELO, José de. **O açúcar no café**: agromanufatura açucareira e modernização em São Paulo (1850-1910). Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MORAIS, Nágila. **Entre o mutualismo e o sindicalismo**: a resistência solidária dos trabalhadores portuários de Fortaleza (1912-1933). Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

MOREL, Edmar. **A Revolta da Chibata**. São Paulo: Graal, 1986.

NASCIMENTO, Joana. **Do pastoreio à pecuária**: A invenção da modernização rural nos sertões do Brasil Central. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

PONTES, Kátia. **O Binômico Porto-Ferrovia**: O escoamento da produção cacaueteira, região e desenvolvimento econômico (1920 a 1947). Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

PRITCHARD, Alan. Statistical Bibliography or Bibliometrics? In: **Journal of Documentation**, v. 25, n. 4, 1969.

QUEVEDO, Éverton. **“Uma mão protetora que os desvie do abismo”**: Sociedade Portuguesa de Beneficência de Porto Alegre e seu hospital (1854-1904). Tese (Doutorado em História), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2016.

RODRIGUES, Maria. **Pecuária leiteira no pós-abolição**: as transformações econômicas em Resende – RJ (1888-1940). Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

RODRIGUES, Lêda Boechat. **História do Supremo Tribunal Federal**. Volume I: Defesa das Liberdades Cíveis (1891-1898). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

RODRIGUES, Lêda Boechat. **História do Supremo Tribunal Federal**: defesa do liberalismo (1899-1910). Volume II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

RODRIGUES, Lêda Boechat. **História do Supremo Tribunal Federal**: doutrina brasileira do Habeas Corpus (1910-1926). Volume III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

SANTOS, Fagner dos. **A política dos governadores como discurso**: Uma história da construção da estabilidade nacional na Primeira República. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

SEVCENKO, Nicolau. **A Revolta da Vacina**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SOUZA, Alexandre de. **Perto da justiça, longe do cidadão**: a administração judicial das eleições no Brasil (1881-1932). Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **O Teatro das Oligarquias**: uma revisão da “política do café com leite”. 2. Ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **Unidos Perderemos**: a construção do federalismo republicano brasileiro. Curitiba: CRV, 2017.

W.E.B. DU BOIS E A CONSTRUÇÃO DAS
IDENTIDADES RACIAIS:
UMA TEORIA PIONEIRA E FUNDAMENTAL PARA
O DEBATE SOBRE A DESIGUALDADE
SOCIORACIAL

W.E.B. DU BOIS AND THE CONSTRUCTION OF
RACIAL IDENTITIES:
A PIONEERING AND FUNDAMENTAL THEORY FOR
ADDRESS SOCIAL AND RACIAL INEQUALITY

LUIS FABIANO PEREIRA¹

Resumo: O presente artigo tem por objetivo analisar elementos da teoria social de W. E. B. Du Bois que contribuíram para a formulação do conceito de identidade racial, a partir de algumas obras da primeira fase de sua produção intelectual – *The Conservation of Races* (1897), *O Negro da Filadélfia* (1899), *As Almas do Povo Negro* (1903) e *Darkwater* (1920) – além de *Dusk of Dawn* (1940), que revisita a mesma temática já em uma fase de maior maturidade. Busca-se demonstrar como o autor pode ser considerado um pioneiro na superação da abordagem naturalista-biológica dos atributos raciais, base do racismo pseudocientífico, suplantada pela explicação do fenômeno racial como uma construção social, apreensível pela utilização de instrumentos próprios da Sociologia contemporânea, ciência que ele mesmo ajudou a fundar. Além dessas obras, são apresentados trabalhos de comentadores, seguidores e críticos, de forma a demonstrar a classicidade de Du Bois através do seu diálogo com a teoria social contemporânea, inclusive como um crítico da modernidade racializada.

Palavras-chave: W. E. B. Du Bois; teoria social clássica; raça; identidade racial.

Abstract: This article aims to analyze elements of W. E. B. Du Bois's social theory that contributed to the formulation of the concept of racial identity, drawing on works from the first period of his intellectual production – *The Conservation of Races* (1897), *The Philadelphia Negro* (1899), *The Souls of Black Folk* (1903), and *Darkwater* (1920) – as well as *Dusk of Dawn* (1940), which revisits the same theme in a more mature period. The article intend to demonstrate how the author can be considered a pioneer in overcoming the

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – PPGCS da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN, Natal-RN) – E-mail: luisfabianop@uol.com.br.

naturalistic-biological approach to racial attributes, the basis of pseudoscientific racism, supplanted by the explanation of the racial phenomenon as a social construct, understandable using specific tools of contemporary sociology, a science he himself helped found. In addition to these works, works by commentators, followers, and critics are presented to demonstrate Du Bois's classicity through his dialogue with contemporary social theory, including as a critic of racialized modernity.

Keywords: W. E. B. Du Bois; classical social theory; race; racial identity.

Introdução

No presente ensaio, nos propomos a abordar elementos da teoria social de W. E. B. Du Bois que em muito contribuíram para a emergência do conceito de “identidade racial”. A partir de algumas obras da primeira fase de sua produção intelectual, busca-se compreender em que medida Du Bois pode ser considerado um pioneiro na superação da abordagem naturalista-biológica dos atributos raciais, base do racismo pseudocientífico, que viria a ser suplantada pela explicação do fenômeno da raça como uma construção social, apreensível pela utilização de instrumentos próprios da Sociologia, ciência que sequer existia com autonomia acadêmica nas primeiras décadas do século XX, cujos limites e fundamentos ainda estavam por ser mais amplamente estabelecidos.

Para pontuar os elementos de construção das identidades raciais em Du Bois, foram escolhidas algumas obras do primeiro período criativo do autor, que se encerraria por volta de 1920. No ensaio *The Conservation of Races*², de 1897, Du Bois apresenta um conceito de raça ainda orientado pela visão naturalista-biológica. A partir da publicação de *O Negro da Filadélfia*³, em 1899, começam a ser reunidos os elementos que serão utilizados para uma primeira consideração da identidade racial afro-americana como fenômeno social, exposto no livro *As Almas do Povo Negro*⁴, de 1903. Em *Darkwater*⁵, de 1920, mais precisamente no ensaio denominado *As Almas do Povo Branco*⁶, Du Bois passa a esboçar sua compreensão acerca da identidade racial do povo branco, como causa e condição do racismo. Esse trajeto

² DU BOIS, W.E.B. **The conservation of races**. The American Negro Academy Occasional Papers nº 2. Washington: American Negro Academy, 1897.

³ DU BOIS, W.E.B. **O Negro da Filadélfia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

⁴ DU BOIS, W.E.B. **As Almas do Povo Negro**. São Paulo: Veneta, 2021.

⁵ DU BOIS, W.E.B. **Darkwater: voices from within the veil**. Mineola: Dover Publications, 1999.

⁶ *Ibid.* p. 17-31.

de amadurecimento do tema é retomado no livro *Dusk of Dawn*⁷, de 1940, que aprofunda a análise da subjetividade racializada.

Este, portanto, será o recorte bibliográfico na vasta obra de WEB Du Bois. Cronologicamente, *Dusk of Dawn*⁸ estaria fora dessa primeira fase. Entretanto, como não há aqui o interesse de rígida marcação temporal, e como essa obra foi concebida numa perspectiva autobiográfica (obviamente retrospectiva), acreditamos que se encaixa sem maiores dificuldades no escopo do trabalho. O objetivo do nosso estudo também justifica a não incursão por vários temas que expandiram o pensamento de Du Bois para além da teoria das identidades raciais, como a crítica do capitalismo, do colonialismo europeu, da democracia americana, até sua participação no pan-africanismo, numa trajetória que o insere no universo que Cedric J. Robinson chama de “tradição radical negra”⁹.

Além da bibliografia já mencionada, buscaremos contribuições de comentadores, assim como tentaremos detectar a influência de Du Bois em autores contemporâneos que, como seguidores declarados ou subliminarmente inspirados, mantêm aceso o diálogo com o seu legado, num movimento essencial para a constante reafirmação de sua classicidade.

Du Bois e sua teoria social – entre a Sociologia, a Filosofia e a Política

William Edward Burghardt "W. E. B." Du Bois (1868-1963) foi um brilhante intelectual negro nascido nos Estados Unidos cinco anos após a entrada em vigor da Proclamação da Emancipação, que proibia a escravidão em todos os Estados da Federação, crescendo nos anos pós-Guerra Civil, período conhecido como da Reconstrução. Desde o início da sua trajetória, despertou para a necessidade de construção de uma teoria social que não fosse apenas abstrata e autorreferenciada, mas que levasse em consideração o modo de ser, de pensar e de agir das pessoas comuns, objeto e destinatários desse conhecimento. Tornou-se assim um cientista social, historiador, escritor, organizador e ativista. Na apresentação de Itzigsohn, um sociólogo público, sociólogo-ativista¹⁰.

⁷ DU BOIS, W.E.B. **Dusk of Dawn**. New York: Oxford University Press, 2007.

⁸ *Ibid.*

⁹ ROBINSON, C. J. **Marxismo Negro**: a criação da tradição radical negra. São Paulo: Perspectiva, 2023.

¹⁰ ITZIGSOHN, J. **W. E. B. Du Bois (1868-1963), com José Itzigsohn (Brown University, EUA)**. 1 vídeo (125 min. 24 s.). Publicado pelo canal Fernanda H. C. Alcântara. YouTube, 2023. Curso 200 anos de Sociologia - Módulo III, Parte 02, W. E. B. Du Bois (1868-1963). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FUOXRAwIkkI>. Acesso em: 03 mai. 2024.

O início de sua produção intelectual está marcado por uma experiência nitidamente sociológica, que resultou na publicação da obra *O Negro da Filadélfia*¹¹. Entretanto, não devemos nos esquecer de que se trata de um homem do século XIX, originário de um período histórico no qual não se havia ainda sedimentado a autonomia das Ciências Sociais. Além disso, a sua trajetória, ao longo de quase um século de vida, vai nos mostrar que ele não tinha qualquer interesse na departamentalização acadêmica do conhecimento, abraçando com o mesmo entusiasmo as contribuições da filosofia e da história, além de um marcante ativismo político. No livro *O Negro da Filadélfia*¹², de 1899, apresenta o resultado de uma robusta investigação nos moldes da sociologia contemporânea, inovadora para aquela época, que já incluía pesquisas históricas, levantamentos estatísticos, entrevistas, observações etnográficas e métodos quantitativos, por meio dos quais registrou e analisou as condições de vida de milhares de famílias negras da cidade de Filadélfia¹³. A esse trabalho relativamente solitário, somaram-se diversas outras pesquisas com comunidades específicas, rurais e urbanas, de maior e menor escala, tendo Du Bois formado pesquisadores e publicado amplamente a partir de sua posição na Universidade de Atlanta que, segundo ele, era a única instituição no mundo realizando um estudo sistemático do Negro”¹⁴ naquela época. Desse modo, Du Bois contribuiu decisivamente para a fundação da Sociologia, sendo inclusive responsável pela primeira escola do pensamento sociológico dos Estados Unidos, a Escola de Atlanta, de constituição anterior à renomada Escola de Chicago.

O conjunto da sua obra, entretanto, melhor se caracteriza como o que se pode chamar de “teoria social”, um conhecimento “de fronteira”¹⁵, em cuja abordagem se reúnem elementos e recursos de vários ramos das ciências humanas e da filosofia. Nessa linha de argumentação, Carlos Freitas¹⁶ destaca como principal característica do clássico, a partir do conceito de Jeffrey Alexander¹⁷, o reconhecimento da existência de um excedente de

¹¹ DU BOIS, W.E.B. **O Negro da Filadélfia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

¹² *Ibid.*

¹³ MOURA, C. P.; BERNARDINO-COSTA, J. Apresentação. In: DU BOIS, W.E.B. **O Negro da Filadélfia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2023. p. 18.

¹⁴ DU BOIS, W.E.B. **Dusk of Dawn**. New York: Oxford University Press, 2007. p. 33.

¹⁵ FREITAS, C. **W. E. B. Du Bois (1868-1963), com Carlos Freitas (UFRN)**. 1 vídeo (147 min. 57 s.). Publicado pelo canal Fernanda H. C. Alcântara. YouTube, 2023. Curso 200 anos de Sociologia - Módulo III, Parte 02, W. E. B. Du Bois (1868-1963). Disponível em: https://www.youtube.com/live/W06Z_2AcYQ. Acesso em 03 mai. 2024.

¹⁶ *Ibid.*

¹⁷ ALEXANDER, J. A importância dos clássicos. In: GIDDENS, A.; TURNER, J. **Teoria social hoje**. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

significado imanente ao texto, que nunca é totalmente apropriado pela tradição, mas que num momento posterior pode vir a ser explorado por uma outra geração de estudiosos. Esse excedente de significado pode ser captado em toda a produção de Du Bois, a começar pela reflexão sobre as questões de raça, apontando para a necessidade de emergência de uma identidade racial do negro e, como se verá adiante, pela identidade racial contraposta, a identidade do povo branco.

Itzigsohn agrupa as contribuições de Du Bois em quatro eixos: a) análise da subjetividade racializada; b) análise do caráter racial e colonial do capitalismo; c) desenvolvimento da Sociologia empírica comunitária urbana e rural; e d) inovação em metodologia da investigação¹⁸. Nosso trabalho, contudo, ficará adstrito ao que se pode chamar de um “primeiro Du Bois”, cujo núcleo de produção teórica estava muito bem caracterizado como uma sociologia da subjetividade racializada de negros e de brancos, a partir da qual tentaremos compreender sua trajetória na construção das identidades raciais, assim como a retomada e a crítica contemporâneas acerca da utilidade dessas identidades como instrumentos de mobilização social e política.

“O problema negro”, o conceito de raça e a emergência das identidades raciais

Em 1897 foi publicado o ensaio *The conservation of races*¹⁹, no qual Du Bois inaugura, antes dos seus 30 anos de idade, uma discussão pública acerca da temática racial. Nesse escrito, três aspectos merecem destaque para discussão no nosso estudo. Em primeiro lugar, percebe-se que o autor, apesar de reconhecer como definidores da raça vários elementos culturais – língua, história, leis, religião, hábitos e “esforço consciente em conjunto para certos ideais da vida” – ainda está preso ao preconceito naturalista-biológico, tomando como certos e indiscutíveis alguns elementos como parentesco, família, “desigualdade física”, sangue e “identidade racial”²⁰. Sobre este último atributo, é importante esclarecer que o seu sentido não se confunde com o que empregamos neste texto, que será explorado mais adiante.

¹⁸ ITZIGSOHN, J. W. E. B. **Du Bois (1868-1963), com José Itzigsohn (Brown University, EUA)**. 1 vídeo (125 min. 24 s.). Publicado pelo canal Fernanda H. C. Alcântara. YouTube, 2023. Curso 200 anos de Sociologia - Módulo III, Parte 02, W. E. B. Du Bois (1868-1963). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FUOXRAwIkkl>. Acesso em: 03 mai. 2024.

¹⁹ DU BOIS, W.E.B. **The conservation of races**. The American Negro Academy Occasional Papers n° 2. Washington: American Negro Academy, 1897.

²⁰ *Ibid.* p. 9-10.

Diferentemente do conceito atualmente predominante nas Ciências Sociais, Du Bois parece ter utilizado a expressão “identidade racial” inicialmente para denotar o conjunto de características físicas distintivas de uma raça. Além disso, o autor se recusa a questionar a existência das raças humanas, admitindo os “limites rígidos da lei natural, e que qualquer esforço, não importa quão intenso e sério, é infrutífero quando vai contra a configuração do mundo”²¹.

O segundo aspecto a ser destacado é que, já nesse primeiro momento, Du Bois captou o sentimento de dualidade do povo negro, a dúvida entre perceber-se como negro ou como americano. Seria possível ser as duas coisas ao mesmo tempo? Ou seria necessário abdicar de uma delas? Essa dualidade, já presente nesse primeiro ensaio, será retomada nas obras seguintes e se tornará um componente fundamental na teoria da subjetividade racializada.

Em terceiro lugar, cabe registrar que, mesmo acreditando no caráter natural-biológico da raça, sem sequer cogitar a fragilidade do argumento, Du Bois não admite nenhuma forma de inexorabilidade para o futuro do povo negro. Pelo contrário, acredita que a raça negra e outras “grandes raças”, ainda darão “à civilização a completa mensagem espiritual de que são capazes”²². De fato, esse será o seu projeto nos anos seguintes: construir uma identidade racial positiva do povo negro, reconhecendo sua potência e mobilizando uma agência transformadora.

Prosseguindo em sua investigação acerca da questão racial nos Estados Unidos, Du Bois publicou o livro *O Negro da Filadélfia*²³, de 1899, que pode ser considerado como de extrema importância para a fundação da Sociologia nos Estados Unidos. A obra é resultado de uma pesquisa encomendada pela Universidade da Pensilvânia, e reúne informações fundamentais acerca da condição da população negra naquele espaço e momento históricos, indispensável para o acompanhamento da evolução dessa temática ao longo dos últimos 120 anos²⁴. No contrato de pesquisa foi proposta a reunião de elementos que permitissem uma melhor compreensão acerca do “problema negro”²⁵. Dito de outra forma, interessava à academia saber por que os negros de Filadélfia representavam um problema para o convívio

²¹ *Ibid.* p. 17.

²² DU BOIS, W.E.B. **The conservation of races**. The American Negro Academy Occasional Papers nº 2. Washington: American Negro Academy, 1897. p. 11.

²³ DU BOIS, W.E.B. **O Negro da Filadélfia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

²⁴ PASCHEL, T. S. Prefácio. In: DU BOIS, W.E.B. **O Negro da Filadélfia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2023. p. 7-15.

²⁵ *Ibid.* p. 9.

social. A ideia em si já deveria ser bastante inquietante para um estudioso negro, na medida em que partia do pressuposto racista de que ele mesmo era parte do seu objeto; seria o “pesquisador-problema” ainda que pessoalmente não vivenciasse exatamente a mesma história e a mesma experiência das comunidades que viriam a ser estudadas.

Uma reflexão mais aprofundada da questão do negro na sociedade americana, entretanto, viria à tona no livro *As Almas do Povo Negro*²⁶, de 1903. Nele — ao contrário do que ocorre em *O Negro da Filadélfia*²⁷ — o autor faz um deslocamento da perspectiva externa (de pesquisador) em relação ao objeto de estudo (comunidades negras pesquisadas), para assumir sua posição no interior da raça, como “carne da mesma carne e ossos dos mesmos ossos”²⁸, e de lá dizer ao mundo o que é ser negro naquele contexto. A clássica coletânea de ensaios foi produzida em estilo de “prosa lírica”²⁹, que dirige o leitor a um profundo envolvimento emocional, sem deixar de ser totalmente lastreado em dados empíricos e análise filosófica. Nela Du Bois recupera a provocação do “problema negro” para ampliar a discussão acerca da raça como problema da sociedade americana, uma questão que afeta negros e brancos, não indistintamente, mas que, no final das contas, assim se constitui para todos.

Nessa obra central da sua primeira fase, o autor lança mão de uma alegoria para descrever a incompreensão recíproca e a separação entre as raças que povoam os Estados Unidos, uma metáfora carregada de múltiplas significações. Para ele, o mundo dos brancos e dos negros é separado por “um enorme véu”³⁰. O resultado da separação desses mundos (lados do véu) em relação aos sentimentos do negro — dos quais o autor tem referências autobiográficas — é de uma extrema angústia, como descreve:

[...] o negro é uma espécie de sétimo filho, nascido com um véu e dotado de clarividência neste mundo americano — um mundo que não lhe deixa tomar uma verdadeira consciência de si mesmo e que lhe permite ver a si mesmo apenas através da revelação do outro mundo. É uma sensação peculiar, essa consciência dual, essa experiência de sempre enxergar a si mesmo pelos olhos dos outros, de medir a própria alma pela régua de um mundo que se diverte ao encará-lo com desprezo e pena. O indivíduo sente sua dualidade — é um norte-americano e um negro; duas almas, dois pensamentos, duas lutas inconciliáveis; dois ideais em disputa em um corpo escuro, que dispõe

²⁶ DU BOIS, W.E.B. *As Almas do Povo Negro*. São Paulo: Veneta, 2021.

²⁷ DU BOIS, W.E.B. *O Negro da Filadélfia*. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

²⁸ DU BOIS, W.E.B. *As Almas do Povo Negro*. São Paulo: Veneta, 2021, p. 14.

²⁹ PASCHEL, T. S. Prefácio. In: DU BOIS, W.E.B. *O Negro da Filadélfia*. Belo Horizonte: Autêntica, 2023. p. 13.

³⁰ DU BOIS, W.E.B. *As Almas do Povo Negro*. São Paulo: Veneta, 2021. p. 18.

apenas de sua força obstinada para não se partir ao meio. A história do negro norte-americano é a história desse conflito — desse desejo de tomar consciência de si mesmo como homem, de fundir esse duplo eu em um único indivíduo, melhor e mais verdadeiro. Com essa fusão, ele espera que nenhuma de suas antigas partes se perca. Ele não africanizaria a América, pois os Estados Unidos da América têm muito o que ensinar ao mundo e à África. Ele não clarearia sua alma negra em uma torrente de americanismo branco, pois sabe que o sangue negro tem uma mensagem para o mundo. Ele simplesmente deseja tornar possível para um homem ser ao mesmo tempo negro e norte-americano, sem ser insultado ou escarrado por seus compatriotas, sem ter as portas da oportunidade batidas de forma brusca em sua cara³¹.

Nessa passagem podemos identificar o que Jose Itzigsohn e Karida L. Brown consideram como os três elementos estruturantes da subjetividade individual e da própria sociedade de sujeitos racializados em uma modernidade racializada: o véu, a dualidade e a segunda visão³².

A alegoria do “véu” explicita o elemento mais fundamental na formação da consciência dual do negro, caracterizado pela percepção da existência de uma “linha de cor”, um marco divisório e diferenciador de pessoas que se entendem reciprocamente como desiguais, brancos e negros. O véu funciona como uma projeção vertical dessa linha, que não demarca apenas espaços, mas que turva a visão a partir de ambos os lados. Disso Du Bois tem conhecimento não apenas a partir de estudos teóricos ou de formulações abstratas, mas sobretudo pelas evidências empíricas colhidas a partir de referências autobiográficas e dos estudos de comunidade desenvolvidos nos anos anteriores à publicação de *O Negro da Filadélfia*³³ e de *As Almas do Povo Negro*³⁴. É importante perceber como a palavra “véu” nos remete a significados muito diversos dos que estão presentes em outras expressões utilizadas para figuração de barreiras e de obstáculos, como “muro”, “fosso” ou “abismo”. Não se trata de uma separação sustentada pela força ou resistente à força, como uma muralha, mas de um obstáculo ideológico cuja funcionalidade decorre da turvação da visão, no sentido de impedir que as pessoas que vivem de um lado estejam aptas a conhecer plenamente o mundo das que

³¹ *Ibid.* p. 19-20.

³² ITZIGSOHN, J.; BROWN, K. L. **The sociology of W. E. B. Du Bois**: racialized modernity and the global color line. New York: NYU Press, 2020. p. 28.

³³ DU BOIS, W.E.B. **O Negro da Filadélfia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

³⁴ DU BOIS, W.E.B. **As Almas do Povo Negro**. São Paulo: Veneta, 2021.

habitam o lado oposto, o que também as impede de compreender plenamente a sua própria condição.

Apesar de reconhecer a existência desses dois mundos divididos pela linha de cor, Du Bois se inclina inicialmente a descrever o mundo das pessoas negras, partindo dos elementos da conformação social objetivamente captados, mas transitando continuamente para os efeitos dessa realidade na percepção que o negro tem de si mesmo. O resultado da apreensão subjetiva de um mundo objetivamente dividido pela linha da cor, mesmo através da nebulosidade do véu, é que o negro adquire um sentimento de dualidade, advindo daí a formação de uma subjetividade marcada pela contradição de ser duas coisas ao mesmo tempo – americano e africano – ou talvez de não ser completamente nem um nem outro. Esse conceito de dupla consciência ou consciência dual torna-se um dos aspectos fundamentais para a teoria duboisiana da subjetividade negra.

A linha de cor existe objetivamente para negros e brancos, turvando o entendimento de ambas as raças e fazendo surgir o sentimento negativo da angústia da alma dividida na pessoa de cor. Esse sentimento, entretanto, não agrega nenhuma contribuição de valor para a sociedade racializada, uma vez que não está associado a nenhuma ação. Contudo, nesse ponto, Du Bois inicia um traçado de positividade para a formação da subjetividade do negro, pela descrição de um terceiro componente na teoria, denominado de “segunda visão”. Trata-se, segundo o autor, de uma capacidade especial do negro para percepção do mundo a partir de um ângulo que os brancos não estariam aptos a alcançar. Esse diferencial, um verdadeiro “presente”, seria o primeiro aspecto positivo na constituição da subjetividade do indivíduo negro e, mais adiante, na construção de uma identidade racial negra.

Nasar Meer também identifica na formulação da “consciência dual”, a partir da leitura de *As Almas do Povo Negro*, um conceito de grande força normativa, que captura a dualidade entre, de um lado, uma subjetividade de minorias ainda não reconhecida, com seu potencial transformador, e, de outro, a inadmissão de um estatuto cívico pleno a essas mesmas minorias. Em sua análise, da mediação entre agência e estrutura, entre indivíduo e sociedade e entre subjetividades de maioria e de minoria, nascem algumas questões que por vezes são fundidas,

confundidas ou reduzidas entre si, tanto no âmbito da subjetividade individual (*self*), quanto relacionadas às contradições da organização social³⁵.

No âmbito pessoal (individual), a dupla consciência se formaria no afro-americano pela internalização do desprezo que a América branca lhe dispensa, mas que, por outro lado, faz surgir uma visão em perspectiva diferenciada, uma “clarividência” decorrente da própria experiência de segregação, que tornaria o negro apto a uma contribuição diferenciada para a sociedade americana. No plano coletivo, a consciência dual se apresenta de duas formas. Primeiro, pela incongruência da negação de direitos civis ao negro e, ao mesmo tempo, de se exigir dele o pagamento dos mesmos impostos e o cumprimento de todas as obrigações de cidadão. Em segundo lugar, pela persistência de ideais divergentes entre os grupos raciais, não reconciliados, assim como pela rejeição dos esforços de integração empreendidos pelos afro-americanos, jamais reconhecidos pela sociedade branca; uma dualidade expressa pela duradoura hifenização no termo “afro-americano”. Ou seja, pela impossibilidade de reconhecimento como plenamente americano, e apenas isso³⁶.

Sua decomposição analítica, entretanto, não remete a uma opinião destoante da compreensão geral do conceito duboisiano. Enquanto Itzigsohn e Brown³⁷ apresentam uma análise a partir dos elementos de formação do próprio conceito (véu, dualidade e segunda visão), Meer prefere o seu desdobramento a partir da qualidade dos sujeitos envolvidos (indivíduos e coletividade)³⁸.

A partir da descrição da subjetividade das pessoas racializadas, Du Bois avança na busca de elementos para explicitação e construção de uma identidade racial para o negro. Nesse ponto é possível encontrar uma postura mais “ativista” do autor, uma vez que já não se contém em descrever e explicar a realidade, mas passa a traçar linhas propositivas de ação, numa verdadeira estratégia de atuação política, tanto para formação da identidade do povo negro quanto para sua efetiva integração na sociedade americana.

³⁵ MEER, N. W. E. B. Du Bois, double consciousness and the ‘spirit’ of recognition. *The Sociological Review*, v. 67, n. 1, p. 47–62, 2019. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0038026118765370>. Acesso em 04 mai. 2024. p. 51-52.

³⁶ *Ibid.* p. 52.

³⁷ ITZIGSOHN, J.; BROWN, K. L. *The sociology of W. E. B. Du Bois: racialized modernity and the global color line*. New York: NYU Press, 2020. p. 28.

³⁸ MEER, N. W. E. B. Du Bois, double consciousness and the ‘spirit’ of recognition. *The Sociological Review*, v. 67, n. 1, p. 47–62, 2019. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0038026118765370>. Acesso em 04 mai. 2024. p. 58.

Desde *O Negro da Filadélfia*, tornou-se patente a tentativa de evidenciar aspectos virtuosos no modo de vida da população negra, destacando-se já ali a pujança da igreja negra no Norte dos Estados Unidos³⁹. Entretanto, mesmo com uma demonstração de organização sofisticada, do elevado número de fiéis e da multiplicidade de atividades que caracterizavam as igrejas negras como verdadeiros centros de vida comunitária, não havia no Norte uma característica específica que conferisse à instituição um atributo cultural diferenciador das igrejas dos brancos.

Em *As Almas do Povo Negro*, Du Bois já tinha captado uma realidade diversa nas igrejas do Sul rural, o que lhe permitiu o estabelecimento de características específicas de um cristianismo negro, inclusive pontuando aspectos que já estavam sendo incorporados à religião dos brancos pobres. Essa marca distintiva é objeto de análise no ensaio *Sobre a fé dos ancestrais*⁴⁰, no qual estabelece alguns elementos específicos dessa religião negra, como a figura do “pregador”, que encarna uma liderança tanto religiosa quanto política. Du Bois também faz uma descrição detalhada do que chamou de “frenesi”, um fenômeno de transe induzido pelo fervor religioso dos que se acreditavam como arrebatados pelo Espírito, sem correspondente na religião dos brancos. A música religiosa negra também recebe destaque e valorização, como elemento de resgate da memória e dos sentimentos africanos. Mais adiante, no ensaio *Sobre as canções de lamento*⁴¹, o autor amplia essa valorização da música negra do ambiente religioso para a vida social como um todo, chegando a afirmar que ela seria “não só a única música norte-americana, mas também a mais bela expressão da experiência humana a surgir deste lado do oceano”⁴².

O objetivo de *As Almas do Povo Negro* parece claro: uma contribuição para formação da identidade do negro, a partir da aglutinação de características culturais positivas (valores), que vão sendo paulatinamente reunidas e reforçadas, a fim de estabelecer uma fonte de significado, capaz de garantir reconhecimento mútuo entre os que se entendem como iguais, além de uma possível proteção em relação aos que não compartilham da mesma identidade.

Embora nessa obra Du Bois tenha se empenhado na análise da subjetividade negra e na necessidade de construção de uma identidade racial do negro, posteriormente percebeu

³⁹ DU BOIS, W.E.B. *O Negro da Filadélfia*. Belo Horizonte: Autêntica, 2023. p. 280, 283-285.

⁴⁰ DU BOIS, W.E.B. *As Almas do Povo Negro*. São Paulo: Veneta, 2021. p. 262-278.

⁴¹ *Ibid.* p. 339-353.

⁴² *Ibid.* p. 340.

que, como significado diferencial, a afirmação da identidade do grupo dominado requer conhecimento também acerca da identidade racial do branco, o que o levou a uma análise descritiva de uma subjetividade branca. Esse esforço, entretanto, foi empreendido com elementos de análises mais amplas, caracterizando um movimento do autor que vai da Sociologia da raça, passando pela economia política, até o internacionalismo panafricanista.

*Darkwater*⁴³, de 1920, publicado em plena maturidade de Du Bois, demonstra essa diversidade de preocupações temáticas. De acordo com David Levering Lewis, o autor tinha a pretensão de que a obra funcionasse como um apogeu de sua produção intelectual, uma “quase-biografia”, pois acreditava que, aos cinquenta anos, a maior parte da sua vida já havia passado⁴⁴. Dentre os ensaios selecionados para a formação dessa obra panorâmica, cabe destacar *The Souls of White Folks*⁴⁵, no qual o tema da subjetividade racializada é tratado como fundamental para compreensão tanto da organização social desigual e elitista dos Estados Unidos, quanto do empreendimento colonialista europeu nos diversos continentes. No texto, publicado originalmente em 1910 e revisado para a composição de *Darkwater*⁴⁶, alguns elementos da subjetividade negra são mobilizados para análise da subjetividade branca.

Para entender o que significa ser branco, Du Bois recupera o atributo da “clarividência” da alma negra, do “sétimo filho”, nascido sob o véu, para declarar solenemente que pode ver as almas brancas “despidas, por trás e de lado”, até o “funcionamento de suas entranhas”⁴⁷. Mas como poderia o autor conhecer essa alma do povo branco, dizer o que é branquitude, se não é “carne da mesma carne e ossos dos mesmos ossos”?⁴⁸. Aqui o método de investigação em relação à identidade caminha em um sentido diferente. Enquanto a identidade negra foi construída com base em registros autobiográficos, na pesquisa empírica e na experiência coletiva compartilhada, o conhecimento acerca da subjetividade branca está fortemente lastreado na história recente dos Estados Unidos e da expansão colonial europeia. Se para conhecer a alma negra foi necessária uma imersão ao interior da raça, em relação à alma branca o movimento é inverso. É do “alto da torre”,

⁴³ DU BOIS, W.E.B. **Darkwater: voices from within the veil**. Mineola: Dover Publications, 1999.

⁴⁴ LEWIS, D.L., Introduction. in DU BOIS, W.E.B. **Darkwater: voices from within the veil**. New York: Washington Square Press, 2004. Edição Kindle. posição 55-62.

⁴⁵ DU BOIS, W.E.B. **Darkwater: voices from within the veil**. Mineola: Dover Publications, 1999. p. 17-31.

⁴⁶ *Ibid.*

⁴⁷ *Ibid.* p. 17.

⁴⁸ DU BOIS, W.E.B. **As Almas do Povo Negro**. São Paulo: Veneta, 2021, p. 14.

“acima do oceano das almas humanas”, que Du Bois formula seu julgamento⁴⁹. A clarividência é exercida como análise da história, não apenas como experiência da vida cotidiana. E o que a história torna evidente não se limita à existência do véu, mas ao movimento que o criou e que o mantém, a quem teceu essa peça e que fios foram usados para torná-la tão eficiente.

Du Bois passa então à compreensão de como se constituiu a alma branca, em que consiste sua branquitude (*whiteness*). Para ele, o fenômeno é muito recente, marcando os séculos XIX e XX, e se caracteriza basicamente pela assunção de um pressuposto de superioridade dos brancos em relação a todas as outras raças, que se expressa por um conjunto de crenças, sentimentos e ações. O autor aponta a disseminação de uma ideologia supremacista, presente desde a educação formal de crianças até o esvaziamento de sentido do cristianismo branco, mencionado como um “fracasso miserável”. A crença fundamental, segundo ele, é a de que “a branquitude é a posse da terra para todo o sempre, amém!”⁵⁰. Ou seja, a primazia da acumulação de riqueza material está na base da construção de uma identidade racial do povo branco. No nível emocional, não apenas o ódio, o desprezo ou o medo em relação a outras raças seriam componentes do supremacismo, mas até mesmo sentimentos aparentemente positivos, como a comisseração dos filantropos. As ações da branquitude são todas direcionadas à manutenção da desigualdade, pois até mesmo as pessoas brancas que promovem a caridade direcionada a outras raças, ironizada no texto como “barris de roupas velhas”, jamais apoiariam qualquer iniciativa promocional da igualdade. Enfim, Du Bois entende que todos os esforços da branquitude se direcionam à manutenção e ao aprofundamento da desigualdade social e racial⁵¹.

Em 1940, quando Du Bois já contava com setenta e dois anos de idade, foi publicado o livro *Dusk of Dawn*⁵². Com o subtítulo “um ensaio acerca de uma autobiografia do conceito de raça”, o autor realiza a mesma retomada da trajetória do seu pensamento social que pretendeu vinte anos antes, com *Darkwater*⁵³, acrescentando o que evoluiu nesse intervalo de duas décadas, de forma que não se pode cogitar *Dusk of Dawn*⁵⁴ como pertencente ao

⁴⁹ DU BOIS, W.E.B. **Darkwater: voices from within the veil**. Mineola: Dover Publications, 1999. p. 17.

⁵⁰ *Ibid.* p. 17-18.

⁵¹ *Ibid.* p. 18-19.

⁵² DU BOIS, W.E.B. **Dusk of Dawn**. New York: Oxford University Press, 2007.

⁵³ DU BOIS, W.E.B. **Darkwater: voices from within the veil**. Mineola: Dover Publications, 1999.

⁵⁴ DU BOIS, W.E.B. **Dusk of Dawn**. New York: Oxford University Press, 2007.

“primeiro Du Bois”. Contudo, dado o seu caráter retrospectivo e reflexivo, analisaremos como o tema das identidades raciais é retomado e expandido.

Quase quarenta anos após a publicação de *As Almas do Povo Negro*⁵⁵, diferentemente do sentimento despertado no leitor pelos primeiros escritos, em *Dusk of Dawn*⁵⁶ (que aprofunda *Darkwater*⁵⁷) não se percebe mais a ideia de que a conduta dos brancos, guiada pela visão turvada pelo véu, estaria condicionada exclusivamente pela falta de conhecimento sobre o povo negro, com a consequente falta de reconhecimento do seu potencial de contribuição para aperfeiçoamento da sociedade ocidental. No auge de sua maturidade, o autor havia há muito abandonado o tom ingênuo de seu desejo inicial de assimilação dos negros na sociedade americana a partir de uma simples tomada de consciência pelo povo branco, que só faria sentido se a segregação não decorresse de uma construção intencional e vinculada a contextos sociopolíticos muito mais amplos. Ele admite que só após suas experiências na Europa e em Harvard começou finalmente “a ver o problema racial na América, o problema dos povos da África e Ásia, e o desenvolvimento político da Europa como um só”⁵⁸ e reconhece, com uma boa metáfora, que, no período que aqui mencionamos como “primeiro Du Bois”, “era como se estivesse viajando em um expresso em alta velocidade; meu principal pensamento era a relação que eu tinha com os outros passageiros do expresso, e não a velocidade e o destino”⁵⁹.

Até mesmo a alegoria do véu perdeu sua força, dando lugar a um novo esquema figurativo. A imagem consiste na situação de pessoas de raça negra presas em uma caverna, que se fecha por uma cortina de vidro transparente. Apesar de a barreira permitir a completa visualização dos que estão dentro da caverna, pedindo socorro, o clamor não desperta qualquer interesse nos que passam, seja porque não os compreendem, seja porque, mesmo entendendo a situação, estão mais preocupados com as suas próprias existências⁶⁰.

Na obra de 1940⁶¹, Du Bois reafirma e detalha as estruturas da sociedade racializada de *As Almas do Povo Branco*, que havia sido sintetizada na afirmação de que “esse mundo branco muitas vezes existia principalmente, no que me dizia respeito, para garantir, com uma

⁵⁵ DU BOIS, W.E.B. *As Almas do Povo Negro*. São Paulo: Veneta, 2021.

⁵⁶ DU BOIS, W.E.B. *Dusk of Dawn*. New York: Oxford University Press, 2007.

⁵⁷ DU BOIS, W.E.B. *Darkwater: voices from within the veil*. Mineola: Dover Publications, 1999.

⁵⁸ DU BOIS, W.E.B. *Dusk of Dawn*. New York: Oxford University Press, 2007. p. 23.

⁵⁹ *Ibid.* p. 14.

⁶⁰ *Ibid.* p. 66.

⁶¹ *Ibid.*

vigilância insone, que eu fosse mantido dentro dos limites”⁶². Ele relembra que os brancos detêm o poder de definir o mundo social e, dessa forma, garantir os seus próprios privilégios em todos os aspectos: material, social e simbólico⁶³. Definitivamente o autor sepulta qualquer resquício de “identidade racial” baseada em critérios naturais ou biológicos, declarando que “a raça se tornou uma questão de cultura e de história cultural”⁶⁴. Nesse momento reflexivo, o autor formula a célebre e contundente frase, afirmando que “o homem negro é uma pessoa que deve viajar no vagão ‘Jim Crow’ na Geórgia”⁶⁵.

Na base desse mundo racializado são identificáveis os elementos constitutivos da subjetividade branca. O primeiro elemento seria a percepção que os brancos têm acerca das outras raças, ainda alicerçada no racismo pseudocientífico e em preconceitos que os fazem se entender como superiores⁶⁶. Ou seja, para os brancos, o mundo seria formado de várias camadas sociais e raciais superpostas, “interpostas por lama”, sendo a sua naturalmente superior às outras raças⁶⁷. Esse pressuposto torna impossível admitir os estudos acerca da miscigenação, sendo este um fenômeno que poderia abalar as estruturas do mundo moderno, fundado no “reconhecimento e preservação das chamadas distinções raciais”⁶⁸. Outro elemento característico da subjetividade branca seria a convivência com a grande contradição entre os seus próprios ideais de justiça e a realidade de um mundo profundamente injusto, incompatível com a lógica e a racionalidade⁶⁹. Embora Du Bois entenda que as ações do poder dos brancos estejam normalmente direcionadas à conquista de riqueza e de poder, em *Dusk of Dawn* admite vários outros aspectos de fundamental importância na construção das identidades raciais, como “uma questão de reflexos condicionados; de hábitos, costumes e lendas há muito seguidos; de elementos subconscientes do pensamento e reflexos nervosos inconscientes”⁷⁰.

⁶² DU BOIS, W.E.B. **Darkwater: voices from within the veil**. Mineola: Dover Publications, 1999. p. 69.

⁶³ ITZIGSOHN, J.; BROWN, K. L. **The sociology of W. E. B. Du Bois: racialized modernity and the global color line**. New York: NYU Press, 2020. p. 46.

⁶⁴ DU BOIS, W.E.B. **Dusk of Dawn**. New York: Oxford University Press, 2007. p. 49.

⁶⁵ *Ibid.* p. 77.

⁶⁶ ITZIGSOHN, J.; BROWN, K. L. **The sociology of W. E. B. Du Bois: racialized modernity and the global color line**. New York: NYU Press, 2020. p. 46.

⁶⁷ DU BOIS, W.E.B. **Dusk of Dawn**. New York: Oxford University Press, 2007. p. 77.

⁶⁸ *Ibid.* p. 52.

⁶⁹ ITZIGSOHN, J.; BROWN, K. L. **The sociology of W. E. B. Du Bois: racialized modernity and the global color line**. New York: NYU Press, 2020. p. 47.

⁷⁰ DU BOIS, W.E.B. **Dusk of Dawn**. New York: Oxford University Press, 2007. p. 86.

Nessa altura da teoria social duboisiana, o tema das identidades raciais parece ter chegado à sua plena maturidade e a atenção do autor migrou para outros núcleos de interesse, que fogem ao escopo do presente trabalho. A teoria das identidades raciais, entretanto, nunca deixou de ser um grande legado para as Ciências Sociais. Em 1953 Du Bois redigiu um prefácio para a edição do aniversário de cinquenta anos de *As Almas do Povo Negro*, no qual reconhece a evolução de seu entendimento quanto às subjetividades e às identidades raciais ao longo do tempo, admitindo inclusive a imaturidade das suas hipóteses iniciais, mas nunca as renegando⁷¹. Sua contribuição evoluiu ao longo de quase um século de vida e de uma vasta produção intelectual, com tal perspicácia e audácia que lhe permitem dialogar com a teoria presente, como um pensador clássico que é.

Identidades raciais em Du Bois – uma teoria clássica em diálogo com a contemporaneidade

W. E. B. Du Bois era um homem do século XIX, que viveu uma vida longa o suficiente para acompanhar os avanços e percalços das primeiras seis décadas do século XX, aprofundar, discutir e amadurecer sua teoria social acerca das identidades raciais. Entretanto, não se pode esquecer que, desde a primeira edição de *As Almas do Povo Negro*⁷², já se passaram mais de 120 anos. A classicidade do autor é inegável, e ela consiste justamente na possibilidade de diálogo com o pensamento presente. A título de exemplificação, passaremos então a pontuar alguns possíveis debates, a partir de autores tanto convergentes quanto dissidentes nessa área temática.

Apesar de termos aqui utilizado a expressão “identidade racial”, vale reiterar que Du Bois não utilizava essa expressão no sentido moderno, à exceção apenas em uma passagem de *Dusk of Dawn*⁷³. Ele próprio atribui à mesma obra subtítulo que menciona um “conceito de raça” e não de identidade⁷⁴. Contudo, de acordo com a classificação de Kwame Appiah⁷⁵, as teorias atuais da identidade, que se agrupam em torno dos elementos nominal (rótulos

⁷¹ DU BOIS, W.E.B. *As Almas do Povo Negro*. São Paulo: Veneta, 2021. p. 369-371.

⁷² *Ibid.*

⁷³ DU BOIS, W.E.B. *Dusk of Dawn*. New York: Oxford University Press, 2007. p. 66.

⁷⁴ *Ibid.*

⁷⁵ APPIAH, K. A. *Lines of Descent: W. E. B. Du Bois and the emergence of identity*. Cambridge, MA e Londres: Harvard University Press, 2014. p. 147-157.

sociais), normativo, subjetivo e constitutivo da individualidade, constituem-se em um “campo conceitual reunindo pontos que Du Bois foi um dos primeiros a esclarecer sobre uma identidade social: a do negro”. Ou seja, apesar de ainda ter formulado uma teoria da raça, nada há de incompatível no seu conceito em relação ao que atualmente se admite como identidade racial. Du Bois suplantou não só as discussões pseudocientíficas acerca da superioridade da raça branca, mas alcançou uma compreensão de que o próprio conceito de raça é construído exclusivamente a partir do processo social.

Manuel Castells conceitua “identidade” como “o processo de construção de significado com base em um atributo cultural”⁷⁶, que se adequa perfeitamente ao que Du Bois buscava e conseguiu formular: uma contribuição para a formação da identidade do negro, que pode ser classificada como a que Castells denomina de “identidade de resistência”, construída pelos “desvalorizados”, como “trincheiras de resistência e de sobrevivência”⁷⁷. O resultado do enfrentamento dessa desvalorização só poderia se concretizar a partir da aglutinação de características culturais positivas (valores), que vão sendo paulatinamente reunidas e reforçadas, a fim de estabelecer uma fonte de significado, com o objetivo de garantir reconhecimento mútuo entre os que se entendem como iguais, além de uma possível proteção em relação aos que não compartilham da mesma identidade. Embora inicialmente Du Bois tenha se empenhado na análise da subjetividade negra e na necessidade de construção de uma identidade racial do negro, também percebeu que, como significado diferencial, a afirmação da identidade do grupo dominado requer conhecimento também acerca da identidade racial do branco, o que o levou a uma análise descritiva de uma subjetividade branca. Avançou ainda mais na investigação e na exposição da subjetividade racializada como fenômeno intencionalmente forjado na expansão do colonialismo capitalista europeu, a partir de elementos sociológicos, históricos, políticos e econômicos. Nesse sentido, já fazia sua perspicaz crítica da modernidade desde as primeiras décadas do século XX.

Indo além, Du Bois rejeitou qualquer determinismo histórico na formação dessas identidades, o que deixava em aberto a possibilidade de mudança social. Ou seja, ele acreditava que tanto o povo negro quanto o povo branco carregam potenciais de redefinição de suas identidades, que podem ser canalizados para a construção de um mundo diferente.

⁷⁶ CASTELLS, M. **O poder da identidade**. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2018. p. 70-71.

⁷⁷ *Ibid.* p. 73.

Nesse ponto, cabe recuperar a afirmação de Meer quanto à “mediação entre agência e estrutura”⁷⁸ presente desde *As Almas do Povo Negro*. Itzigsohn e Brown também enfatizam esse componente da teoria duboisiana, que consiste no confronto entre o arcabouço normativo da sociedade racializada [*Law*] e a possibilidade de os grupos realizarem escolhas indeterminadas [*Assumption of Chance*]. Apesar de o *Law* representar as estruturas cristalizadas a partir de escolhas do passado, não se deve admitir que ele seja imutável. Aliás, as estruturas estão sempre sujeitas ao efeito das novas escolhas, a uma permanente agência guiada pelas subjetividades, tanto para a mudança quanto para a sua manutenção⁷⁹.

Du Bois acreditava na possibilidade de criação da oportunidade de integração dos negros na sociedade americana, além de valorizar sobremaneira o potencial transformador da educação, a que uma parte da população negra já tinha acesso no final do século XIX. Ele demonstrou sua esperança de que essa parcela do povo negro, a quem denominou “décimo talentoso”, pudesse ser o motor de transformação em uma América segregada. De fato, ao longo do século passado muito do pensamento duboisiano foi fonte de inspiração, sobretudo para os movimentos sociais de luta contra o racismo nos Estados Unidos, que culminaram com o reconhecimento dos direitos civis plenos da população negra e a partir de “um movimento político poderoso e multifacetado, cujos sonhos e potenciais foram personificados em Martin Luther King Jr. nos anos 1960”⁸⁰.

Nas últimas décadas do século XX, entretanto, a força mobilizadora das identidades raciais passou a ser questionada. Manuel Castells, por exemplo, ao tratar desse tema, indica estudos sociológicos que apontam para uma progressiva perda de sentido da identidade racial nos Estados Unidos, em decorrência tanto da grande disparidade de condições de vida entre os negros de classe média e os negros mais pobres, quanto da construção de outras fontes de sentido para identidades diversas, dentre as quais a autodefinição de cunho religioso e de gênero⁸¹. Contudo, é interessante perceber como desde 1940 Du Bois já antevia a possibilidade de que o seu “décimo talentoso”, a partir da ascensão de riqueza, se

⁷⁸ MEER, N. W. E. B. Du Bois, double consciousness and the ‘spirit’ of recognition. *The Sociological Review*, v. 67, n. 1, p. 47–62, 2019. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0038026118765370>. Acesso em 04 mai. 2024. p. 51-52.

⁷⁹ ITZIGSOHN, J.; BROWN, K. L. *The sociology of W. E. B. Du Bois: racialized modernity and the global color line*. New York: NYU Press, 2020. p. 50-52.

⁸⁰ CASTELLS, M. *O poder da identidade*. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2018. p. 154.

⁸¹ *Ibid.* p. 158.

embrenhasse por um distanciamento da maioria da raça, e não se efetivasse a desejada liderança redentora⁸².

Mas esse arrefecimento de sentido constatado por Castells⁸³ não era unanimidade. Também nos anos 1990, outras vertentes do pensamento social empreenderam um confronto entre os conceitos da teoria de Du Bois acerca da identidade racial e o contexto social da época. Tratava-se de aferir se a consciência dual, quase cem anos depois, ainda se sustentava como uma descrição plausível de um dos elementos de subjetividade negra.

Paul Gilroy, em sua obra *Atlântico Negro*⁸⁴, de 1993, traduzida no Brasil em 2001, dentre várias outras discussões, faz uma recuperação do que em Du Bois era nominado como raça, sustentando a atualidade da ideia de identidade racial, com elementos próprios da segunda metade do século XX. Pensando em uma época em que não havia mais necessidade de enfrentamento do racismo científico e dos fundamentos biológicos da raça, o autor sustenta a existência de uma identidade racial negra, construída a partir da experiência histórica da diáspora e da escravidão, mas também das tradições africanas anteriores ao contato com a modernidade europeia. Nesse ponto fundamental da teoria, não há qualquer divergência com Du Bois. Ao contrário, Gilroy reaviva a característica de “dupla consciência” (que consta no subtítulo) como elemento dessa identidade, ampliando sua análise apenas em termos espaciais, para incluir, além dos negros dos Estados Unidos, os da Europa, da África e das Américas, de onde advém a expressão “Atlântico negro”⁸⁵. Para ele, essa identidade se sobrepõe aos sentimentos de nacionalidade e estaria lastreada em uma cultura negra, no que também converge com Du Bois, especialmente quando reafirma a importância da religiosidade e da música negras, ao que acrescenta a literatura (notadamente o romance) e a dramaturgia negras, como elementos de sua construção e de sua afirmação.

O livro *No Vestígio*, de Christina Sharpe, recentemente publicado no Brasil, é um excelente exemplo dessa contribuição literária na afirmação da identidade racial⁸⁶. Embora descarte a expressão “identidade racial”, a sua *blackness*, traduzida como “negritude”, incorpora elementos presentes em Du Bois, como a experiência da diáspora e da escravidão, integrada por componentes mais atuais, como a pobreza e o racismo não institucionalizado,

⁸² DU BOIS, W.E.B. *Dusk of Dawn*. New York: Oxford University Press, 2007. p. 66.

⁸³ CASTELLS, M. *O poder da identidade*. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2018. p. 154.

⁸⁴ GILROY, P. *O Atlântico Negro*. São Paulo: Editora 34, 2012.

⁸⁵ GILROY, P. *O Atlântico Negro*. São Paulo: Editora 34, 2012.

⁸⁶ SHARPE, C. *No vestígio: negritude e existência*. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

com todas as suas formas de expressão, desde a falta de acesso a condições materiais de vida digna, à violência policial e ao tratamento desigual por parte do aparelho estatal. Sharpe não cita Du Bois, nem compartilha da sua esperança e da sua ilusão messiânica, e por isso mesmo pode ser mencionada como integrante de um movimento denominado de “afropessimismo”⁸⁷. Mas não há como negar a presença da técnica, da estética e do conteúdo de *As Almas do Povo Negro* no trabalho de Sharpe, pois ainda que o véu seja desnecessariamente eufemístico — e efetivamente descartado — a objetividade da linha de cor e a subjetividade da dupla consciência moldam a ontologia da negritude, pouco importando que se utilizem ou não dos conceitos de raça ou de identidade racial.

Na obra *In the Shadow of Du Bois*, Gooding-Williams investigou a influência duboisiana no “pensamento político afro-moderno”. A questão da identidade não é seu tema central, mas o autor analisa abordagens que tentam estabelecer a identidade como elemento determinante da agenda política, como a teoria de Paul Gilroy. Gooding-Williams não refuta a possibilidade de uma identidade racial negra, mas sustenta que Gilroy nunca chegou a demonstrar que os elementos socioculturais originados da diáspora negra tenham concretizado a expressão ou a preservação de uma identidade racial, ou mesmo que essa identidade esteja em vias de concretização⁸⁸. Em certa medida, Gooding-Williams se alinha à crítica de Castells, que sustenta que qualquer tentativa de cultivo ou promoção de uma identidade racial negra, que tente se sobrepor às diferenciações de gênero, classe social e geração etária, estará fadada ao fracasso. Isso não quer dizer que a identidade não seja importante, mas apenas que precisa ser compatibilizada com outros elementos de agregação, em vista da necessária construção de uma agenda política, sobretudo para enfrentamento do racismo e da discriminação⁸⁹.

Enfim, se é possível afirmar, como faz Appiah⁹⁰, que em parte a noção de raça formulada por Du Bois era irrealista, isto se deve mais à grande expectativa de que esses elementos da identidade racial fossem suficientes para uma ação transformadora da complexa estrutura social de segregação do que propriamente a alguma inconsistência da teoria. Ainda

⁸⁷ LIMA, A. L. M. A metafísica do “vestígio”. **Argumentos - Revista de Filosofia**, Fortaleza, ano 16, n. 32, jul./dez. 2024. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/argumentos/article/view/93548>. Acesso em: 25 jul. 2024.

⁸⁸ GOODING-WILLIAMS, R. **In the shadow of Du Bois**: afro-modern political thought in America. Cambridge, MA e Londres: Harvard University Press, 2009. Edição Kindle. posição 2951.

⁸⁹ CASTELLS, M. **O poder da identidade**. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2018. p. 160.

⁹⁰ APPIAH, K. A. **Lines of Descent**: W. E. B. Du Bois and the emergence of identity. Cambridge, MA e Londres: Harvard University Press, 2014. p. 147-157. p. 161.

que no contexto contemporâneo a noção de raça possa parecer um conceito insuficiente para, isoladamente, gerar significado e mobilização, não há dúvidas de que, enquanto houver sociedades marcadas pelo racismo e pela discriminação, os atributos de raça e de cor sempre serão elementos importantes na construção das identidades sociais.

De tal modo, percebe-se que a teoria social de Du Bois acerca do tema das identidades raciais permanece atual e inquietante, e ainda é suficientemente pujante para dialogar com o pensamento contemporâneo, sempre nos mostrando que, apesar de vivermos em um mundo social e historicamente construído, nenhum futuro nos é absolutamente imposto, pois sempre haverá um amanhã que depende das nossas escolhas atuais.

Referências

ALEXANDER, J. A importância dos clássicos. *In*: GIDDENS, A.; TURNER, J. **Teoria social hoje**. Tradução Gilson César Cardoso de Sousa. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

APPIAH, K. A. **Lines of Descent: W. E. B. Du Bois and the emergence of identity**. Cambridge, MA e Londres: Harvard University Press, 2014.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

DU BOIS, W.E.B. **As Almas do Povo Negro**. Tradução Alexandre Boide. São Paulo: Veneta, 2021.

DU BOIS, W.E.B. **Darkwater: voices from within the veil**. Mineola: Dover Publications, 1999.

DU BOIS, W.E.B. **Dusk of Dawn**. New York: Oxford University Press, 2007.

DU BOIS, W.E.B. **O Negro da Filadélfia: um estudo social**. Tradução Cristina Patriota de Moura. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

DU BOIS, W.E.B. **The conservation of races**. The American Negro Academy Occasional Papers nº 2. Washington: American Negro Academy, 1897.

FREITAS, C. **W. E. B. Du Bois (1868-1963), com Carlos Freitas (UFRN)**. 1 vídeo (147 min. 57 s.). Publicado pelo canal Fernanda H. C. Alcântara. YouTube, 2023. Curso 200 anos de Sociologia - Módulo III, Parte 02, W. E. B. Du Bois (1868-1963). Disponível em: https://www.youtube.com/live/W06Z_2AcYQ. Acesso em 03 mai. 2024.

GILROY, P. **O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência**. Tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo: Editora 34, 2012.

GOODING-WILLIAMS, R. **In the shadow of Du Bois: afro-modern political thought in America**. Cambridge, MA e Londres: Harvard University Press, 2009.

ITZIGSOHN, J. **W. E. B. Du Bois (1868-1963), com José Itzigsohn (Brown University, EUA)**. 1 vídeo (125 min. 24 s.). Publicado pelo canal Fernanda H. C. Alcântara. YouTube, 2023. Curso 200 anos de Sociologia - Módulo III, Parte 02, W. E. B. Du Bois (1868-1963). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FUOXRAwIkkI>. Acesso em: 03 mai. 2024.

ITZIGSOHN, J.; BROWN, K. L. **The sociology of W. E. B. Du Bois: racialized modernity and the global color line**. New York: NYU Press, 2020.

LEWIS, D. L., Introduction. in DU BOIS, W.E.B. **Darkwater: voices from within the veil**. New York: Washington Square Press, 2004.

LIMA, A. L. M. A metafísica do “vestígio”. **Argumentos - Revista de Filosofia**, Fortaleza, ano 16, n. 32, jul./dez. 2024. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/argumentos/article/view/93548>. Acesso em: 25 jul. 2024.

MEER, N. W. E. B. Du Bois, double consciousness and the ‘spirit’ of recognition. **The Sociological Review**, v. 67, n. 1, p. 47–62, 2019. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0038026118765370>. Acesso em 04 mai. 2024.

MOURA, C. P.; BERNARDINO-COSTA, J. Apresentação. In: DU BOIS, W.E.B. **O Negro da Filadélfia: um estudo social**. Tradução Cristina Patriota de Moura. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

PASCHEL, T. S. Prefácio. In: DU BOIS, W.E.B. **O Negro da Filadélfia: um estudo social**. Tradução Cristina Patriota de Moura. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

ROBINSON, C. J. **Marxismo Negro: a criação da tradição radical negra**. Tradução Fernanda Silva e Sousa, Caio Neto dos Santos, Margarida Goldszajn e Daniela Gomes. São Paulo: Perspectiva, 2023.

SHARPE, C. **No vestígio: negritude e existência**. Tradução Jess Oliveira. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

A MODERNIDADE EM NOVOS MARES: UM COMENTÁRIO SOBRE “A ÉPOCA MODERNA”

MODERNITY IN NEW SEAS: A COMMENTARY ON “A ÉPOCA MODERNA”

LUAN DE OLIVEIRA VIEIRA¹

ARAÚJO, A; DORÉ, A; LIMA, L; MACHEL, M; RODRIGUES, R. (Orgs.). *A Época Moderna*. Petrópolis: Vozes, 2024, p. 633.

Esta resenha se propõe a apresentar o que os autores denominaram de primeiro manual de História Moderna, intitulado “A Época Moderna”, lançado no Brasil em 2024 pela editora Vozes. A obra — organizada por André de Melo Araújo, Andréa Doré, Luís Filipe Silvério Lima, Marília de Azambuja Ribeiro Machel e Rui Luis Rodrigues — possui 633 páginas de conteúdo, dividido entre uma introdução e quatro partes (I — “*Aspectos estruturais*”; II — “*Espaços e circulações globais*”; III — “*Transformações culturais*” e IV — “*Conflitos, revoltas e revoluções*”).

Cada parte do livro possui um número de capítulos e um enfoque: a primeira contém quatro capítulos e estabelece uma espécie de fundamento para o desenrolar dos acontecimentos históricos, tendo em vista a configuração sociopolítica do continente europeu; a segunda contém sete capítulos, tratando de um dos principais acontecimentos do contexto moderno, a chamada primeira globalização; a terceira contém seis capítulos e, seguindo o alargamento dos horizontes geográficos, discute choques e desenvolvimentos culturais correspondentes; a quarta contém quatro capítulos que são guiados pelo debate envolvendo a

¹ Licenciado em História na Universidade Federal de São Paulo. Mestrando no programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal de São Paulo. Trabalho realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo n.º 2024/12284-8. E-mail: luan.vieira765@gmail.com.

conceitualização moderna de “Revolução”, portanto versam sobre deslocamentos no funcionamento político do espaço euro-atlântico.

Os vinte e um capítulos são escritos em dupla; exceto o de n.º 16, “*Mulheres, gênero e cultura letrada*”, elaborado por três autoras. No total, são trinta e cinco autores,² e alguns participam de mais de um capítulo. Por exemplo, Rui Luis Rodrigues está no capítulo de n.º 2, “*O papel estruturante da religião*”, e no capítulo de n.º 12, “*Renascimento e Humanismo*”. Não é apresentada a razão para tal divisão em duplas, mas é possível supor que os organizadores buscaram textos “debatidos”, isto é, mesmo que ambos escritores concordassem com uma determinada corrente historiográfica, haveria debates durante a construção argumentativa do capítulo. Essa busca por debates é central à proposta do livro.

Na primeira parte da introdução, “*Historiografias das épocas modernas*”, há aprofundamento. A primeira frase do livro, “O que entendemos por Época Moderna?” (p. 12), explicita o objetivo de debater o significado de fazer a história de uma época chamada de “moderna” a partir do Brasil. Tal conceitualização é historicizada em diferentes aspectos: desde sua relação com o contemporâneo, suas possíveis divisões e, sobretudo, sua periodização. Para resumir, vale atentar que cada escolha acaba por priorizar certos recortes espaço-temporais, alguns elementos de uma determinada realidade e, no limite, uma narrativa histórica (p. 12-13).

Contudo, enquanto há uma imensa possibilidade de escolhas, até hoje não se estabeleceu um consenso sobre o que é a Época Moderna (p. 13-20). No Brasil, por vezes, esse campo historiográfico foi lido a partir de um encadeamento com a História Contemporânea. Foi somente com a consolidação do Sistema Nacional de Pós-Graduação, ao final da década de 1990, e, principalmente, com a expansão do ensino superior nos anos 2000 que a área conquistou maior autonomia em relação ao *telos* que antes a orientava, abrindo espaço para novas linhas de pesquisa sobre a Época Moderna em si. Era um momento para,

² Autores dos capítulos em ordem alfabética: Adone Agnolin, Anadir dos Reis Miranda, Andréa Doré, André de Melo Araújo, Antônio David, Beatriz Polidori Zechlinski, Bruna Soalheiro, Bruno Kawai Souto Maior de Melo, Célia Cristina da Silva Tavares, Cristine Tedesco, Daniel Gomes de Carvalho, Daniel Pimenta Oliveira de Carvalho, Elisa Fruhauf Garcia, Jacqueline Hermann, João de Azevedo e Dias Duarte, José Carlos Vilardaga, José Rivair Macedo, Leonardo Marques, Luís Filipe Silvério Lima, Marcos Sorrilha Pinheiro, Marília de Azambuja Ribeiro Machel, Marina Bezzi, Maximiliano Mac Menz, Monica Lima e Souza, Otávio Luiz Vieira Pinto, Patricia Souza de Faria, Rodrigo Faustinoni Bonciani, Ronaldo Vainfas, Rui Luis Rodrigues, Silvia Patuzzi, Suelen Siqueira Julio, Thiago Henrique Mota, Thomás A. S. Haddad, Verônica Calsoni Lima e Wolfgang Lenk.

como diria Christopher Hill, uma nova geração colocar novas perguntas à História. Nesse contexto, uma das principais frentes foi a reformulação, agora em chave imperial, da reflexão sobre a história colonial e a formação do Brasil. Era a oportunidade para realizar uma crítica da ideia de Modernidade que, formada no século XIX, estava na base da construção de um discurso de superioridade que legitimou as ações imperialistas da política europeia (p. 22). O livro propõe debater, nessa chave, o que se pode chamar de Época Moderna a partir das pesquisas e cursos universitários do Brasil (p. 19).

Essa escolha é central ao desenvolvimento do livro, visto que a cronologia adotada, que vai do século XV até o XVIII, é estabelecida via instituições de ensino brasileiras. Entretanto, e mais importante do que isso — até porque a cronologia é constantemente tensionada ou revista em função dos objetos e problemas enfrentados ao longo da obra —, os autores da introdução (os mesmos que organizaram a obra) indicam a negação do “nacionalismo metodológico”, descrito como enfoque excessivo ao processo de formação da nação tal como concebido no século XIX. A nosso ver, essa crítica por si só não compõe uma metodologia para tratar a História Moderna, funcionando mais como uma espécie de premissa metodológica.

A segunda parte da introdução, “*Moderno e Modernidade*”, indica outra premissa metodológica, estreitamente associada à primeira. Isso porque o “nacionalismo metodológico”, em resumo, tinha raízes no modo como o conhecimento histórico foi *disciplinado* na Europa, servindo de modelo para interpretações de diversas temporalidades, inclusive daquela que compete ao livro. Com isso em mente, os autores seguem em direção oposta: seu objetivo é afirmar a existência de “múltiplas modernidades”. Afinal, na Época Moderna, ocorreram contatos entre as quatro partes do mundo, e, mesmo que não deva ser entendida em termos globais, convém ao menos uma compreensão intercontinental e transoceânica (p. 22), que explore as *modernidades* na África, na América e na Ásia. Como é explicado (p. 24), tal premissa não busca excluir a origem da discussão no espaço europeu, mas abrir também o debate para perspectivas locais e globais de outros espaços. É uma iniciativa para dialogar — uma aposta que um explique o outro e vice-versa —, com o intuito de que esse conjunto de textos contribua para delinear várias modernidades.

Um dos grandes diferenciais da proposta do livro é sua fundamentação nessas premissas metodológicas, e não em uma metodologia rígida. Elas apontam o *inimigo* comum

a ser enfrentado pelos autores: o “nacionalismo metodológico”, responsável por encadear os acontecimentos históricos em uma narrativa que adota em uma concepção mais restrita de espaço-tempo — como é o caso da modernidade europeia. O modo como será enfrentado, todavia, fica em aberto. Ou seja, as premissas metodológicas afirmam o direcionamento inicial, mas não indicam o ponto de chegada. Em hipótese, é por isso que os capítulos foram escritos por mais de uma pessoa, permitindo debates sobre como enfrentar essa questão.

O resultado é um escrito orientado por uma concepção de História que, distanciando-se de um saber inserido em um projeto político marcado por sua homogeneidade, realiza um desprendimento, inclusive em termos de metodologia, que permite uma perspectiva mais abrangente sobre os acontecimentos da Época Moderna. Daí surge um dos principais diferenciais da obra: apesar de esse recorte histórico ter nascido na Europa, os pesquisadores e professores brasileiros o reenquadram em novos mares. Para além de “provincializar” a Europa, o maior feito desse processo é expor limites, levar à margem, desnaturalizar o que antes era hábito. A consequência são capítulos como: “*Trajetórias indígenas*” (II, c. 11), “*O Atlântico e as modernidades alternativas*” (II, c. 6), “*África atlântica e Europa Moderna*” (II, c. 7), “*Modernidade islâmica*” (II, c. 8), “*O espaço índico*” (II, c. 9), “*O Leste Asiático*” (II, c. 10) e “*Mulheres, gênero e cultura letrada*” (III, c. 16).

Como não há uma metodologia fixa que transpasse o livro, ocorrem debates sobre ela ao longo de suas páginas. É um trabalho aberto a diferentes abordagens perante a História, desde econômicas até outras mais culturalistas. Para exemplificar, não se restringe ao enfoque de Fernand Braudel, mesmo que ele seja muito articulado no primeiro capítulo, “*Agricultura e sociedade rural*”, destrinchando elementos que transcendem a formação de uma economia-mundo. Da mesma maneira, não se limita a Roger Chartier e suas interpretações sobre o impacto dos escritos, ainda que ele seja recorrente nas citações do capítulo de n.º 13 da parte III, “*O mundo dos impressos*”, para tratar da cultura moderna.

É evidente que há recorrências, como alinhamentos com a História Global, preocupação que se manifesta em diversos capítulos, mas não em todos, algo simbólico para a análise da obra. Por exemplo, o capítulo de n.º 4 da parte I, “*Capitalismo*”, justifica que analisará a Europa, porque interpreta que suas transformações podem ser lidas em perspectiva global (p. 149); já o capítulo de n.º 3 do mesmo segmento do livro, “*Sistemas políticos e estruturas de poder*”, não expõe, ao menos em nossa leitura, preocupações do tipo (p.

97-125). Com isso, podemos assumir fluidez no processo de construção da obra. Os autores possivelmente detinham liberdade para articular-se em relação às premissas, e, se assim for, a recorrência de um enfoque menos eurocentrado é indicativo, antes de mais nada, de desenvolvimentos próprios às pesquisas e cursos universitários do Brasil. Seja como for, esses desdobramentos são colocados à prova para responder, cada um a seu modo, a pergunta introdutória.

O desafio dos autores parece ter sido demonstrar, de forma didática, como certos aspectos da realidade — como os avanços no conhecimento geográfico (I, c. 5), humanista (II, c. 12) ou científico (II, c. 15) — se integram às múltiplas modernidades. E importa ressaltar essa forma didática porque, ao que tudo indica, os capítulos foram escritos para o “grande público” — curiosos em História, professores da educação básica ou estudantes do ensino superior —, pois os textos são bem encadeados e possuem uma linguagem relativamente acessível. Também por isso, ao final de cada capítulo, em vez do usual — uma lista de referências bibliográficas utilizadas na construção da argumentação —, apresenta-se uma bibliografia comentada. Por exemplo, o capítulo de n.º 2 da parte I, *“O papel estruturante da religião”*, não somente lista o trabalho de Jonathan Israel (2009), como também descreve sua abordagem, contribuição e impacto na historiografia. Assim, os autores estão incumbidos de introduzir um determinado espaço-tempo, não o esgotar. A proposta do livro, como já vimos, não parece deter a intenção de eleger uma narrativa que esgote os temas, e sim abrir o caminho para diversos debates.

Em um breve adendo, vale considerar que a intenção desses capítulos, de introduzir um determinado espaço-tempo, torna necessária a construção de uma narrativa, e existe certa proporcionalidade: quanto melhor narrado, mais fácil é a compreensão do leitor. Contudo, durante a criação dessas narrativas, o autor precisa adotar certos caminhos de como contar a História, o que falar e o que deixar de fora. Como o bom leitor já consegue imaginar, o recorte adotado pode facilmente suscitar objeções entre os especialistas de uma mesma área. Com esse simples raciocínio lógico, para evitar os meandros da Teoria da História, gostaríamos de indicar que há perspectivas em disputa no livro, e o mesmo leitor poderá captar isso, adotar seu lado ou discordar de ambos, tirar suas próprias conclusões; seja como for, interagir com a História e historiografia que lhe é revelada. Por exemplo, de que lado estará o leitor em relação à “teoria da confessionalização”? Ela é operativa para aprofundar nas relações entre

religião e política na Época Moderna, como narrado no último capítulo que citamos (p. 72-73), mas é também digna de revisão, com observado nas conclusões do capítulo de n.º 14 da parte III, “*Reformas religiosas*”, posto que é prudente considerar certos eventos em suas motivações religiosas, e não políticas. Enfim, resta o debate.

Encaminhando à conclusão, gostaríamos de especular alguns motivos para o possível interesse no manual. Ao público geral, ele interessa por ser o mais completo e abrangente no assunto, capaz de saciar a curiosidade sobre os mais diversos tópicos envolvendo três séculos de História. A obra também pode ser um meio de introduzir o público não acadêmico nos debates historiográficos envolvendo a História Moderna. Não obstante, os vinte e um capítulos são importantes para todos os professores de História que participam do ciclo da educação básica, pois, além de fornecer excelente insumo para aprimorar as aulas “tradicionais” — a exemplo do capítulo n.º 17 da parte III, “*O Iluminismo*” —, todos possuem bibliografias comentadas que permitem ao docente pesquisar outras referências para a construção de novas dinâmicas pedagógicas. Ainda falando sobre pesquisa, a obra é uma excelente aquisição aos estudantes universitários que buscam aprofundar-se em seu curso de História Moderna, também aos que desejam notas-de-rodapé para uma iniciação científica ou até — e isso pode ser mais interessante — aos que pretendem desenvolver um trabalho um pouco mais crítico sobre ela. Trata-se da possibilidade de considerar esse manual como fonte de pesquisa, uma vez que ele se propõe a ilustrar parte do campo historiográfico especializado em História Moderna no Brasil.

Em suma, é próprio da escrita da História o desejo por navegar, estabelecendo, geração após geração, novos mares. Aos próximos tripulantes, esse manual funcionará como mapa, não somente para conhecer a constelação das várias modernidades, mas principalmente para refletir sobre uma possível redefinição na forma como compreendemos a História e a historiografia da Época Moderna no Brasil. Esse tema, a conceitualização, é extensamente discutido na parte IV, “*Conflitos, revoltas e revoluções*”, no final do livro. Portanto, para encerrar por aqui também, vale citar a advertência à Luís XVI, pois, à indagação do rei, “É uma revolta?”, concluímos que, “Não, sua majestade, é uma revolução!”.